

BCME.DOAÇÃO

BCME


O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL E
PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO

BCME - BIBLIOTECA

CATIVO

1332.1
J84s
T

N.Cham. 1332.1 J84s 1
Autor: Juca, Afonso Eduard
Título: O setor bancario brasileiro : e



00600687 Ac. 14931
UFCE - BCME

**O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL E
PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO**

CATIVO

AFONSO EDUARDO DE OLIVEIRA JUCÁ

BCME - BIBLIOTECA

UFC/BU/ BCME 26 Mai 1997



R600687 Setor bancario brasileiro :
C346438

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
MESTRADO EM ECONOMIA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1994

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Afonso Eduardo de Oliveira Jucá
AFONSO EDUARDO DE OLIVEIRA JUCÁ

DISSERTAÇÃO APROVADA: 21 DE JUNHO DE 1994

Jair do Amaral Filho
Prof. JAIR DO AMARAL FILHO
Orientador da Dissertação

Ronaldo Fonseca de Paiva
Sr. RONALDO FONSECA DE PAIVA

Pedro Jorge Ramos Vianna
Prof. PEDRO JORGE RAMOS VIANNA

BCME - BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Eliane de Oliveira Jucá, a quem tudo devo.

À minha irmã, Maria Eliane de Oliveira Jucá, a quem tudo devo.

À minha irmã, Maria Eliane de Oliveira Jucá, a quem tudo devo.

À MINHA MÃE,
MARIA ELIANE DE OLIVEIRA JUCÁ,
A QUEM TUDO DEVO.

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a todos que tornaram possível a conclusão deste trabalho, contribuindo de alguma maneira com a sua realização.

Particularmente agradeço ao amigo e professor Jair do Amaral Filho pela orientação, cobrança e apoio; ao professor Pedro Jorge Ramos Vianna pelas observações feitas; ao Sr. Ronaldo Fonseca de Paiva que tornou possível a realização deste trabalho, incentivando-me, dentro do Banco Central do Brasil, a prosseguir com as pesquisas, propiciando-me as condições necessárias para o correto desempenho do que me propus a fazer.

Os agradecimentos se estendem ao Sr. Bruno Maurício Ribeiro em função do apoio e estímulo decisivos no longo período de desenvolvimento do projeto e ao Sr. Carlos Murilo Espínola Pereira de Carvalho pela ajuda quando da medição dos índices que compõem este trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CAPITAL FINANCEIRO	4
2.1 A contribuição de John Gurley, Edward Shaw e Raymond Goldsmith acerca do papel do setor financeiro em uma economia.....	5
2.2 A controvérsia da complementariedade entre o desenvolvimento financeiro e o desenvolvimento econômico - a visão de Luigi Fray e Maria da Conceição Tavares	13
2.3 Considerações finais	19
3 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL -ANTECEDENTES E A SITUAÇÃO ATUAL.....	21
3.1 Antecedentes às reformas institucionais	21
3.2 As reformas institucionais realizadas na década de sessenta	24
3.3 O setor bancário - organização e evolução entre 1.965 e 1.988	30
3.4 Crescimento do setor bancário até o ano de 1.988	31

3.5 As transformações no setor bancário entre 1.988 e 1.993	44
3.6 Considerações finais	48
4 A CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO : EVIDÊNCIA EMPÍRICA.....	50
4.1 A escolha das medidas de concentração	51
4.2 A evolução da concentração e a conjuntura econômica brasileira	56
4.3 Aspectos gerais da análise da concentração	70
4.3.1 O comportamento das operações de crédito entre 1.985 e 1.993	70
4.3.2 O comportamento dos depósitos à vista entre 1.985 e 1.993	72
4.3.3 O comportamento dos depósitos a prazo entre 1.985 e 1.993	73
4.3.4 O comportamento dos depósitos totais entre 1.985 e 1.993.....	75
4.3.5 O comportamento dos patrimônios líquidos entre 1.985 e 1.993	78
4.4 Análise do índice de concentração de Herfindahl - 1964/1993.....	80

4.5 Comentários sobre o número de instituições bancárias	86
4.6 Considerações finais	90
5 AS IMPLICAÇÕES DA ESTRUTURA DO SETOR BANCÁRIO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	91
6 CONCLUSÕES	99
7 ANEXOS	101
Tabela I - Operações de Crédito	102
Tabela II - Depósitos à Vista	103
Tabela III - Depósitos a Prazo	104
Tabela IV - Depósitos Totais	105
Tabela V - Patrimônio Líquido	106
Tabela VI - Operações de Crédito - 4 maiores	107
Tabela VII - Depósitos à Vista - 4 maiores	108

Tabela VIII - Depósitos a Prazo - 4 maiores	109
Tabela IX - Depósitos Totais - 4 maiores	110
Tabela X - Patrimônio Líquido - 4 maiores	111
Tabela XI - Participação dos Depósitos à Vista e a Prazo nos Depósitos Totais	112
Tabela XII - Evolução do Índice de Concentração de Herfindahl -1964/1.993	113
Tabela XIII - Número de Instituições Financeira Bancárias e de Agências	114
Tabela XIV - Número Médio de Agências por Instituição Bancária	115
Tabela XV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	116
Gráfico I - Índice de Concentração de Gini - Operações de Crédito	117
Gráfico II - Índice de Concentração de Theil - Operações de Crédito	118

Gráfico III - Índice de Concentração de Herfindahl - Operações de Crédito	119
Gráfico IV - Índice de Concentração de Gini - Depósitos à Vista	120
Gráfico V - Índice de Concentração de Theil - Depósitos à Vista	121
Gráfico VI - Índice de Concentração de Herfindahl - Depósitos à Vista... ..	122
Gráfico VII - Índice de Concentração de Gini - Depósitos a Prazo... ..	123
Gráfico VIII - Índice de Concentração de Theil - Depósitos a Prazo	124
Gráfico IX - Índice de Concentração de Herfindahl - Depósitos a Prazo.. ..	125
Gráfico X - Índice de Concentração de Gini - Depósitos Totais.....	126
Gráfico XI- Índice de Concentração de Theil - Depósitos Totais	127
Gráfico XII - Índice de Concentração de Herfindahl - Depósitos Totais.. ..	128
Gráfico XIII - Índice de Concentração de Gini - Patrimônio Líquido	129

Gráfico XIV- Índice de Concentração de Theil - Patrimônio Líquido	130
Gráfico XV - Índice de Concentração de Herfindahl - Patrimônio Líquido	131
8 APÊNDICE ESTATÍSTICO	132
9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	150

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise sobre a evolução institucional do setor bancário brasileiro com o intuito de entender as transformações ocorridas, a partir da década de sessenta, com a finalidade de adequar o sistema financeiro, como um todo, à realidade econômica nacional da época. Tais modificações originaram um setor bancário oligopolizado e altamente concentrado, o que pode ser comprovado através das medições levadas a efeito no desenrolar do trabalho no sentido de medir o grau de concentração do setor, procurando-se traçar um paralelo entre as mudanças no setor e as transformações ocorridas no cenário econômico nas últimas três décadas. Com esse intuito, procurou-se vislumbrar os efeitos exógenos e endógenos ao setor que criaram as condições de crescimento em patamares tão concentrados.

ABSTRACT

The present paper intends to unfold an analysis about the evolution of the Brazilian banking sector trying to understand the modifications that occurred, from the sixties, with the purpose of adjust the financial system, as a whole, to the national economic scenery then established. Those modifications created a banking sector oligopolized and heavily concentrated, what may be seen, in this paper, by the measure of the concentration in the sector, focusing the effects of the transformations in the economic ground over the sector. Those modifications created exogenous and endogenous conditions to the sector grow in a very concentrated base.

1 INTRODUÇÃO

As reformas de cunho institucional levadas a efeito, a partir da década de sessenta, com o intuito de adequar o setor financeiro brasileiro à nova realidade da economia, propiciando condições de alavancagem ao sistema econômico, tiveram o efeito esperado, na medida em que se induziu as instituições financeiras a se organizarem de forma a disponibilizar instrumentos capazes de agilizar o intercâmbio de recursos entre tomadores e poupadores, beneficiando de forma cabal a capacidade de formação bruta de capital da economia.

Destarte os benefícios oriundos desse processo de desenvolvimento do setor financeiro, instaurou-se, no País, um processo de concentração que, em um primeiro momento, contou com o incentivo das Autoridades Governamentais, através da indução a um processo de fusões e incorporações de instituições financeiras, até que o setor financeiro passou a operar dentro de uma dinâmica própria que conduziu ao fortalecimento do setor, colocando-o como responsável por parcela significativa do dinamismo da economia brasileira.

Essa presença marcante do setor financeiro no cenário econômico conduz inevitavelmente a colocações acerca do papel que o setor vem desempenhando em comparação com o que, teoricamente, deveria desempenhar em uma economia.

Esse trabalho procura, em resumo, medir o grau de concentração existente no setor bancário brasileiro, com a intenção de comprovar, através da

evidência empírica, o que o senso comum percebe, ou seja, quão concentrado se tornou o setor bancário no Brasil.

Para alcançar o objetivo proposto, julgou-se conveniente dividi-lo em quatro capítulos, onde serão feitas colocações e análises pertinentes sobre os principais pontos capazes de elucidar o questionamento realizado, ou seja, entender as modificações que instaram o setor bancário a ter a forma que tem atualmente, comprovando o grau de concentração do setor.

O segundo capítulo do estudo proposto apresenta os aspectos teóricos que sustentavam a idéia da necessidade de fortalecer o setor financeiro, instando-o a adquirir o papel de mola-mestra capaz de impulsionar os demais setores da economia, ressaltando os diversos autores que desempenharam papel de influência sobre os formuladores da política econômica no País, que diagnosticavam a necessidade de reformulação do setor financeiro. Em contraposição a esses autores, são analisados os pontos de vista de outros autores que sempre alertavam para o cuidado que se deveria ter no trato da questão, pelo perigo de se tornar a economia refém do setor financeiro.

No terceiro capítulo apresenta-se um histórico do setor financeiro no País antes das reformas institucionais da década de sessenta, as repercussões destas sobre a estrutura do setor, e as mudanças advindas das transformações ocorridas a partir de 1988.

O quarto capítulo foi desenvolvido com a finalidade de medir o grau de concentração existente no setor bancário através da utilização de três índices de concentração, o Índice de Gini, o Índice de Theil e o Índice de Herfindahl. Esses

índices foram utilizados para medir a concentração de três contas principais do balanço contábil do setor bancário que são capazes de explicar a variável crescimento inerente nesse processo. As rubricas utilizadas são depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido.

A título de enriquecimento na discussão acerca do papel do setor bancário como parceiro do desenvolvimento econômico, procurou-se no quinto capítulo dar especial atenção, a título exploratório, acerca dos efeitos sobre a execução da política monetária decorrente da existência de um setor bancário bastante concentrado.

No último capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho.

As tabelas e gráficos, assim como um pequeno apêndice estatístico, capaz de dirimir eventuais dúvidas acerca da metodologia utilizada para a medição do grau de concentração do setor através da utilização dos três índices de concentração antes referenciados, são apresentados em anexo.

O trabalho proposto, simultaneamente à sua natureza analítica, permite afirmar que o setor bancário brasileiro adquiriu características de um oligopólio, sendo bastante concentrado, fruto tanto de medidas que o induziram a adquirir a forma que hoje possui, quanto da própria dinâmica do capital financeiro, que cria condições para sua maturação em patamares eminentemente concentrado.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CAPITAL FINANCEIRO

Só a partir do Século XX se passou a tratar a questão do fenômeno financeiro de uma forma mais detalhada. Até então, dentro da ótica preconizada pelos preceitos clássicos, sempre se deixou de lado a necessidade de uma reflexão teórica mais elaborada sobre o fenômeno financeiro em si. Mesmo os principais teóricos neoclássicos, como Walras e Marshall, não se preocuparam mais amiúde da questão.

Na "Teoria Geral" de Keynes podemos encontrar uma exposição mais clara da importância da questão do financiamento, onde se depreende a relação intrínseca existente entre o fenômeno financeiro e os determinantes do investimento. Keynes preconizava, e nesse ponto sua teoria tem o mérito de recuperar a primazia financeira no capitalismo, ainda que de forma muitas vezes implícita, que para dinamizar a economia era necessário a existência de um setor financeiro forte capaz de dar sustentação ao crescimento econômico.

A própria evolução do capitalismo propiciou condições para o surgimento de novas formulações teóricas que tratassem do fenômeno financeiro em si. O aumento dos volumes de capitais em movimento entre os países forçou a necessidade de criação de mecanismos capazes de absorver a entrada de recursos em países subdesenvolvidos com a finalidade de investimentos produtivos. Neste contexto, em um primeiro momento, até foi possível prescindir de um setor financeiro estruturado em âmbito nacional, mas depois, em função das próprias inversões ocorridas e da maior disponibilidade de capitais, tornou-se imprescindível

a necessidade de desenvolvimento de um setor financeiro capaz de dar as respostas que o próprio crescimento econômico passava a demandar.

Dentro desse novo contexto que se instalava, convém ressaltar as formulações teóricas de alguns autores que abordaram a questão da intermediação financeira e que influenciaram diretamente a Reforma Bancária ocorrida no Brasil na década de 60, que preconizava a necessidade da existência de um setor financeiro bem estruturado, pois só assim se criariam condições para manter e mesmo acelerar o desenvolvimento econômico.

2.1 A Contribuição de John Gurley, Edward Shaw e Raymond Goldsmith acerca do papel do Setor Financeiro em uma Economia

Destacam-se dentro dessa conceitualização dois autores que sublinharam de maneira expressa a atuação positiva exercida sobre o desenvolvimento econômico por um setor financeiro desenvolvido, na medida em que propicia um dinamismo maior na relação poupança e investimento. Tal fato é fruto da diminuição dos riscos incorridos pelos poupadores e, do lado dos tomadores de recursos, pela maior gama de possibilidades elencadas na concessão de empréstimos, o que levaria à otimização da taxa de crescimento da economia.

O estudo teórico da questão do financiamento nesse contexto encontra nos economistas norte-americanos John G. Gurley e Edward S. Shaw ¹ seus mais ardorosos expoentes, tendo os mesmos voltado suas pesquisas no sentido de estudar os aspectos institucionais do fenômeno financeiro.

Eles preconizavam que para o correto entendimento da economia era necessário incluir a questão do financiamento no âmbito da teoria econômica. Dentro dessa premissa, tentaram entender o papel desempenhado pelo setor financeiro enquanto intermediário de recursos entre poupadores e tomadores.

Convém ressaltar de forma mais amíúde a concepção esquemática que os dois autores fazem dos agentes econômicos (famílias, empresas e Governo) e de que maneira eles introduzem o setor financeiro como dinamizador das relações desses agentes.

Na concepção esquemática proposta pelos autores, os agentes econômicos eram vistos como unidades de gastos que poderiam ser tanto deficitárias quanto superavitárias, ou até mesmo de orçamento equilibrado. Nas palavras dos autores "as unidades de gastos com orçamento equilibrado mantêm seus gastos em bens - quer de consumo, quer de investimentos - de maneira equilibrada com seus rendimentos. Já as unidades de gastos superavitárias recebem rendas que superam seus gastos em bens e serviços. Se vierem a poupar, suas poupanças superam seus investimentos de modo que suas posições financeiras melhoram. Já as unidades de gastos deficitárias deixam que seus gastos excedam

¹GURLEY, John G. , Shaw, EDWARD S. "Principal Aspects of Economic Development" in American Economic Review, EUA: n. 45 p. 515/538, set. 1955. "Financial Intermediaries in the Saving-Investment Process" in Journal of Finance, EUA: v. 11 p. 257/276, maio 1956 e "Money in a Theory of Finance", Washington - DC, The Brokings Institution, 1976.

seus recursos, demandando fundos emprestáveis, emitindo ativos financeiros ou títulos de dívida".²

O financiamento dos gastos das unidades poderia ser realizado de duas maneiras: 1) de forma interna, como no caso das unidades de orçamento equilibrado; 2) de forma externa o que conduz à questão de tomar recursos de e ceder recursos a outras unidades. Esse financiamento se processa de duas formas, de forma direta, onde uma unidade deficitária capta recursos de uma unidade superavitária, emitindo em troca um ativo financeiro primário ou direto, tendo ficado esse título emitido lastreado ou representado pelos bens que tornaram possível a tomada do financiamento.

Em face das dificuldades inerentes a esse processo, com características que impossibilitam um maior dinamismo nas relações de troca, entendida aqui como fluxo dinâmico de recursos entre tomadores e poupadores de recursos, ou seja, entre unidades deficitárias e superavitárias, coloca-se então a necessidade de introdução de instituições especiais, no caso os intermediários financeiros, que irão possibilitar a segunda forma de financiamento, a indireta.

A atuação dos intermediários financeiros se dá através da troca de recursos de unidades superavitárias (recebem títulos financeiros) para unidades deficitárias, que cedem ativos diretos que passarão a servir como lastro para a carteira de títulos das instituições financeiras que, atuando como garantia aos empréstimos tomados, se distinguem dos títulos emitidos pelas unidades primárias de gastos, sendo chamados de ativos financeiros secundários ou indiretos. A intermediação financeira propicia ganhos na medida em que o setor financeiro toma

²Vide GURLEY John G. & SHAW Edward S. "Financial Aspects of Economic Development" op. cit. p. 316.

emprestado a uma determinada taxa de juros e empresta a uma taxa maior, ganhando assim um *spread* entre a taxa de captação e empréstimo de recursos. Esse é, em síntese, o papel fundamental dos intermediários financeiros em uma economia capitalista.

A partir do momento em que cresce o papel dos intermediários financeiros em uma sociedade, ocorre uma natural expansão da economia como um todo, na medida em que a intermediação financeira propicia um melhor fluxo de recursos entre os diversos setores econômicos, influenciando de maneira direta na formação de capital necessário para o desenvolvimento econômico.

Em relação à estrutura do setor financeiro ele pode ser dividido em dois segmentos principais, o setor bancário ou monetário e o setor não-bancário ou não-monetário, cuja diferença básica é a possibilidade do primeiro de criar moeda sob a forma escritural. Ressalte-se que os dois tipos citados de intermediários financeiros podem criar crédito, das mais variadas formas, na medida em que podem competir entre si pelos ativos das unidades de gastos, quer elas sejam superavitárias, quer sejam deficitárias.

Em suma, a atividade financeira desempenha papel ímpar em uma economia em razão da segurança relativa que oferece às unidades superavitárias, funcionando como incentivadora para essas unidades no sentido de pouparem mais e aplicarem suas sobras de recursos no mercado financeiro, recebendo em troca uma remuneração compatível. Essas são incentivadas a pouparem mais no presente em troca da possibilidade de, através de investimentos realizados via intermediários financeiros, obter ganhos que possibilitariam um consumo futuro maior. Seria necessário ressaltar sobre esse ponto os autores pressupõem que os agentes

econômicos levam em consideração a questão do custo de oportunidade onde os poupadores devem decidir entre o investimento ou consumo presente e a poupança futura. Esse maior volume de recursos propicia maior volume de investimentos na economia como um todo. Com o crescimento do setor financeiro, técnicas de intermediação financeira mais elaboradas permitem que os recursos disponíveis para investimento sejam investidos da maneira a mais eficiente possível, sendo aplicados onde as taxas de retorno forem maiores. Esse procedimento induziria - pelo menos nos pressupostos clássicos - a um maior retorno social dos recursos investidos, levando a um maior crescimento da economia.

A possibilidade de delegar às instituições financeiras o papel de intermediária entre os poupadores e os tomadores de recursos cria, por um lado, um ambiente na economia que predispõe os agentes econômicos ao aumento das intermediações, por conta da maior segurança que as instituições financeiras passam para a economia como um todo e da possibilidade de criação intempestiva de mecanismos de intermediação mais elaborados que venham a atender ao próprio desenvolvimento das relações econômicas advindas desse processo. Por outro lado, a intermediação de capital através do setor bancário conduz a um maior dinamismo da economia, o que leva a um maior crescimento econômico, pois os intermediários financeiros utilizam os recursos colocados sob sua guarda da maneira a mais eficiente possível, frente ao que ocorreria se se utilizasse apenas a forma de empréstimos diretos, pois permite uma maior disponibilização de recursos a serem aplicados, possibilitando o oferecimento desses recursos sob a forma de empréstimo em condições mais favoráveis, na medida em que a maior segurança oferecida aos poupadores de recursos induz à diminuição do prêmio pago a eles, fazendo com que tal fato traga resultados positivos para a economia em sua totalidade, beneficiando o crescimento econômico.

Em resumo, na lógica proposta por GURLEY e SHAW, pode-se dizer que o desenvolvimento das técnicas de intermediação financeira é benéfico para o desenvolvimento econômico, por diminuir os riscos inerentes ao processo de poupança-empréstimo e por possibilitar maior flexibilização na transferência de recursos e na concessão de empréstimos, o que traria resultados positivos em relação à otimização da taxa de crescimento da economia.

Essas idéias tiveram grande influência então, criando a certeza de que o setor financeiro desempenharia um papel importante no processo de desenvolvimento econômico, propiciando um maior fluxo de recursos na economia que traria, sem dúvida, efeitos benéficos em relação às possibilidades de crescimento econômico, na medida em que possibilitaria a diminuição do risco e a redistribuição mais eficiente de recursos realizada pelo setor financeiro.

Outros autores se destacariam no sentido de ressaltar esse ponto, sobressaindo dentre eles, Raymond Goldsmith que trabalhou baseado na relação existente entre a estrutura e o desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento econômico. Sua tese era a de que "a superestrutura financeira, na forma de ativos primários ou secundários acelera o crescimento econômico e melhora o desempenho da economia na proporção em que facilita a migração de fundos para os seus melhores usos".³

Apesar dessa afirmação, ele ressalta que não seria possível demonstrar de forma precisa a real relação existente, destacando - o que em última análise confirma a relação existente - que "a existência e desenvolvimento de uma

³GOLDSMITH, Raymond W. "La Estructura Financiera y El Crecimiento Económico", CEMLA, México, p. 46, 1963.

superestrutura de instituições e instrumentos financeiros é uma condição necessária, porém não suficiente para o crescimento econômico, sendo a relação entre o desenvolvimento econômico e o crescimento do setor financeiro bastante complicada e não enquadrável de maneira simples".⁴

Segundo esse raciocínio, o desenvolvimento econômico se daria de forma mais rápida se pudesse contar com uma estrutura financeira capaz de responder às necessidades que se colocam em tal processo. Para GOLDSMITH, a pergunta que convém fazer sobre essa questão é a seguinte: "A natureza da estrutura do setor financeiro, as formas dos instrumentos colocados a disposição dos poupadores e o *modus operandi* das instituições financeiras influenciam ou influenciaram de alguma forma a taxa e o tipo de desenvolvimento econômico de um País?"⁵

O próprio autor, em resposta a esse questionamento conclui que mesmo sendo de difícil mensuração essa relação, a realidade parece impor como factível tal complementaridade, uma vez que "quanto mais desenvolvido o setor financeiro se encontra para atender da melhor forma possível as demandas específicas dos detentores de poupança e dos tomadores de recursos, operando de forma ágil e eficaz o capital colocado sob sua guarda, maiores serão as possibilidades de se acelerar o crescimento da economia"⁶

As principais críticas que foram feitas às idéias desses autores são três. A primeira é a de que não se poderia esperar que os intermediários financeiros viessem a distribuir os recursos captados de forma a propiciar o maior retorno social possível, como a "mão invisível" de Adam Smith poderia fazer supor, o que seria

⁴Vide GOLDSMITH, Raymond W.; op. cit. p. 46.

⁵Vide GOLDSMITH, Raymond W.; op. cit. p. 48.

⁶Vide GOLDSMITH, Raymond W.; op. cit. p. 49.

função desempenhada pelo setor público, na medida em que o setor financeiro não tem interesse em desempenhar essa tarefa. Assumia-se, assim, uma postura intervencionista do Estado no setor financeiro.

Em segundo lugar há que se destacar que não haveria esta relação causal direta entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico pode se dar, em relação à questão do financiamento, de diversas formas, entre elas reinversões de lucros, financiamentos externos e gastos governamentais, mas é necessário reconhecer que a existência de um setor financeiro bem estruturado é importante nesse contexto, pois como bem coloca GOLDSMITH, essa é uma condição necessária, porém não suficiente para a manutenção do crescimento econômico em uma economia.

Por fim, outro fator que deve ser questionado é a afirmação de que "o desenvolvimento da intermediação financeira possibilitaria uma melhoria em relação à eficiência alocativa dos recursos investidos, acarretando um maior crescimento da economia". Nos parece que não existe absolutamente nenhuma evidência de que tal venha a ocorrer, pois os intermediários financeiros não têm a preocupação de aplicar os recursos colocados sob sua guarda com critérios de eficiência alocativa ou de retorno social. A experiência brasileira, e mesmo de outros países, demonstra exatamente uma realidade que difere dessa premissa, pois o setor financeiro não parece ter interesse nenhum em investir em setores da economia baseado em premissas de equidade social, cabendo ao Estado desempenhar tal papel. No caso brasileiro essa questão parece mais pertinente, na medida em que se constata que, destarte as reformas implementadas no País, a partir da década de sessenta, de cunho eminentemente direcionado ao desenvolvimento do setor financeiro, o setor público continuou como o maior agente de crédito, apesar das

modificações ocorridas nos últimos anos. Desconsiderando-se a ótica do retorno social (eficiência alocativa macroeconômica), vale notar que a eficiência alocativa privada (microeconômica) padece de sérios conflitos entre lucro versus segurança o que, na maioria das vezes, se contrapõe àquela colocação.

2.2 A Controvérsia da Complementariedade entre o Desenvolvimento Financeiro e o Desenvolvimento Econômico - A visão de Luigi Fray e Maria da Conceição Tavares

Luigi Fray ⁷ opõe-se a essas colocações, ressaltando que a relação de causa e efeito entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico não se daria naquela mecânica porque o desenvolvimento econômico se tornaria refém do setor financeiro. Esse autor preconizava que o crescimento econômico de um país necessariamente exerceria influência sobre o setor financeiro, instando-o a adequar os mecanismos de intermediação, poupança e investimento à nova realidade econômica.

Ele ressalta, porém, que a intermediação financeira desempenhava papel ímpar no contexto da economia, mas devia sempre ter em conta a relação de causa e efeito existente na propalada complementariedade entre desenvolvimento do setor financeiro e o desenvolvimento econômico. Nas palavras do autor "a atividade financeira, agindo como um mecanismo complexo de seguro contra os riscos, que limitariam ou impediriam a mobilidade tanto da poupança quanto do investimento, favorece um processo mais intenso e rápido de acumulação; além disso, ela aumenta

⁷FRAY, Luigi; Desenvolvimento Econômico e Estrutura do Mercado Financeiro, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, p. 56, 1961.

posteriormente as dimensões e o ritmo desse processo, pois é devido à sua existência que o investimento muitas vezes pode preceder a poupança".⁸

Essa dinâmica própria que assumiria o setor financeiro o instaria a um processo de crescimento que poderia ter efeitos adversos sobre a atividade econômica como um todo pois o desenvolvimento econômico passaria a andar a reboque do setor financeiro, o que, evidentemente, poderia resultar em distorções no processo de crescimento econômico. O maior progresso técnico e o crescimento da acumulação do capital levariam a modificações sobre a oferta e a procura de mecanismos financeiros, influenciando assim a estrutura do setor, tendendo a favorecer o crescimento e a concentração bancária.

Mas como seria possível escapar dessa armadilha que se colocava como inexorável ? A saída seria através da "intervenção racionalizadora e coordenadora na atividade financeira realizada apenas pelos participantes que possuíam poder de decisão superior àquele detido pelos outros participantes do sistema; tal poder compete ao Estado, que deveria operar controlando e disciplinando a ação dos outros participantes em matéria de financiamento das atividades produtivas, através da chamada política de investimentos".⁹

Essa política de investimentos se destinaria a fazer com que os investimentos em geral, ou alguns deles em particular, tomassem determinadas direções que não seriam seguidas se o sistema fosse deixado às reações automáticas de interdependência de seus vários elementos.

⁸Vide FRAY, Luigi; op. cit. p. 45.

⁹Vide FRAY, Luigi; op. cit. p 231.

A manutenção do desenvolvimento econômico mediante uma ação racionalizadora no mercado financeiro se daria através da adoção, pelo Estado, de instrumentos e métodos configuráveis na esfera da política dos investimentos. Entre os vários instrumentos e métodos passíveis de exercer esta influência, podemos citar a política monetária que atuaria no sentido de adequar a política de investimentos visando ao desenvolvimento; e a política fiscal para efeito da continuação do desenvolvimento econômico, seja com caráter restritivo a alguns desequilíbrios que ameacem se estender o suficiente para acarretar danos ao modelo de desenvolvimento, seja com o objetivo de expansão através da manutenção de incentivos de diversos feitios.

Convém ressaltar que, independentemente dos instrumentos utilizados na esfera da política macroeconômica, deve-se sublimar as ligações existentes entre os diversos instrumentos selecionados, com o intuito de manutenção do desenvolvimento. Nesse sentido, a manutenção de um setor financeiro capaz de responder de imediato às necessidades inerentes a cada momento do desenvolvimento econômico aparece como fator importante no processo.

Porém, e nesse sentido subvertendo a lógica proposta por GURLEY e SHAW, o comando do processo de desenvolvimento econômico passa ao largo do setor financeiro, na medida em que esse setor não está comprometido com objetivos maiores de política macroeconômica, cabendo ao Estado traçar diretrizes capazes de orientar os diversos setores da economia na busca do desenvolvimento econômico, onde o setor financeiro desempenharia o papel de coadjuvante em todo o processo, possibilitando a intermediação financeira em patamares mais seguros, o que traria efeitos diretos sobre a questão da acumulação de capital.

Outro autor que questiona a relação entre o desenvolvimento financeiro e o desenvolvimento econômico é Maria da Conceição Tavares, que analisa o setor financeiro e seu desenvolvimento dentro de um contexto surgido a partir da natural complexidade da economia em crescimento. Dentro desse enfoque ela ressalta que o dinamismo do capitalismo moderno necessariamente sublima a hegemonia do capital financeiro sobre o capital em geral.

Suas colocações destacam que o desenvolvimento do setor financeiro observado a partir da década de sessenta não se deu como uma reação endógena ao processo acelerado de crescimento econômico pelo qual vinha atravessando o País, mas como fruto de mudanças profundas de caráter institucional e legal que modificaram completamente o setor financeiro brasileiro, com o intuito de adequá-lo às necessidades que o crescimento econômico criava em relação à questão da intermediação financeira e de formação bruta de capital.

Os resultados dessas transformações foram "uma modernização operativa, diversificação de instrumentos financeiros e um certo grau de especialização de funções, que permitiram o funcionamento mais fluido dos mercados monetário e creditício, bem como o aparecimento de um mercado de capitais institucionalizado".¹⁰

Em relação ao financiamento dos diversos setores da economia, logrou-se uma expansão baseada no desenvolvimento de esquemas de endividamento extrabancário, através da captação de recursos excedentes dos agentes econômicos superavitários e da emissão de títulos de dívida, quer pública quer privada. Criaram-se linhas de crédito que possibilitaram o aumento do

¹⁰CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Ed.Zahar, p. 213, 1976.

consumo, com natural repercussão sobre diversos setores econômicos. Os financiamentos de longo prazo passaram ao largo dos bancos comerciais, continuando a depender de recursos obtidos através de fundos nacionais ou estrangeiros criados com essa finalidade. Convém destacar esse ponto pois os bancos comerciais tiveram participação nos financiamentos de longo prazo, na medida em que atuavam como repassadores dos recursos obtidos através de fundos nacionais ou estrangeiros.

Para CONCEIÇÃO TAVARES, o desenvolvimento do setor financeiro brasileiro teria, em resumo, logrado resolver de forma total "os problemas fundamentais de liquidez ou de financiamento corrente das empresas, do déficit governamental e do financiamento do consumo, sem ter logrado um aumento substancial da taxa real de poupança interna".¹¹

Esse desenvolvimento do setor financeiro, algo inerente ao processo de desenvolvimento econômico, engendrou o surgimento de um setor que logrou êxito em ressaltar a hegemonia do capital financeiro sobre o capital em geral, em um processo de acumulação financeira que conduziu à concentração do setor financeiro e à centralização do capital financeiro em suas mãos.

Essa hegemonia ocorreu baseada na suposição de que o crescimento da economia não podia prescindir de forma alguma do desenvolvimento de um setor financeiro adequado a atender a nova realidade que se impunha no País. Para CONCEIÇÃO TAVARES, o capitalismo moderno não pode passar ao largo do setor financeiro, sendo necessário ressaltar qual o seu papel nesse contexto. Nesse contexto, devemos destacar o papel do setor financeiro em uma economia moderna,

¹¹CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da op. cit. p. 216.

com o intuito de avaliar até que ponto, no caso brasileiro, ele se adequou ao que dele se esperava.

Em uma economia de mercado, dotada de uma base industrial que possibilite o surgimento de uma dinâmica capitalista própria, o setor financeiro deveria desempenhar o papel de dinamizador das relações econômicas.

Como dinamizador das relações econômicas, o setor financeiro deve desempenhar o papel ímpar de possibilitar a criação de crédito, com o intuito de permitir que os diversos agentes econômicos - empresas, governo e famílias - tenham um nível de dispêndio superior à sua renda corrente. Assim, em uma economia capitalista em rápido crescimento, as relações financeiras crescem de tal forma que propiciam o crescimento da acumulação financeira em patamares superiores ao do crescimento da acumulação bruta de capital, favorecendo o financiamento do crescimento econômico, funcionando como multiplicador das relações existentes.

Outro importante papel a ser desempenhado por este setor em uma economia moderna é o de transferir recursos financeiros (multiplicados pela criação de crédito) para as unidades demandantes desses recursos. Tal fluxo é melhor atendido através da diversificação dos instrumentos de intermediação financeira, compatibilizando os interesses dos poupadores e dos tomadores de recursos em relação a diversos fatores, como prazo e segurança.

Sob esse prisma, as transformações na estrutura de produção de um país colocam as necessidades de reajustes nos esquemas de financiamento, sendo que, nesse sentido, a economia, ao atingir um estágio de capitalismo moderno, exige

que o setor financeiro se adeque e passe a desempenhar as funções dele exigidas nesse estágio do capitalismo.

2.3 Considerações Finais

Nosso objetivo nesse capítulo foi o de apresentar as principais teses de autores que se debruçaram sobre questões de suma importância para a compreensão das modificações ocorridas no País a partir da década de sessenta e seus desdobramentos sobre a atual estrutura do setor financeiro brasileiro, marcadamente concentrado, atualmente com características marcadamente oligopolísticas.

Os escritos de GURLEY, SHAW e GOLDSMITH influenciaram de maneira direta os formuladores da política econômica no Brasil nos anos sessenta, tendo inspirado, com suas teses, a Reforma Bancária ocorrida em 1964 e seus desdobramentos posteriores, onde se privilegiava o fortalecimento do setor financeiro como ponto chave para dar sustentação ao desenvolvimento econômico.

Esses pontos de vista traziam implícita a idéia de que o setor financeiro passaria a ser considerado como o eixo dinâmico da economia, sem o qual os demais setores enfrentariam limitações em um processo de crescimento econômico.

Outros autores, entre eles FRAY e CONCEIÇÃO TAVARES alertavam para essa relação de causa e efeito, ressaltando, entretanto, que a economia não poderia se tornar refém do setor financeiro, sob pena de desvirtuar

completamente eventuais progressos inerentes a um processo de crescimento econômico. Esses autores admitiam o importante papel que o setor financeiro deveria desempenhar em uma economia moderna que passasse por um processo de crescimento acelerado, mas destacando a necessidade de que o setor financeiro se adequasse de forma a cumprir o papel que lhe era devido nesse contexto.

Neste contexto, a inserção do setor financeiro no processo se daria como dinamizador das relações econômicas, pois ele possibilitaria transformações nas estruturas de produção em níveis além do factível em uma situação onde o setor não estivesse adequado às necessidades da economia.

3 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - ANTECEDENTES E SITUAÇÃO ATUAL

3.1 Antecedentes às Reformas Institucionais

A avaliação do panorama do mercado financeiro no período anterior às reformas ocorridas nos anos de 1964/65 nos permite concluir que era necessário reformular o sistema financeiro nacional de forma a torná-lo parceiro no processo de desenvolvimento da economia brasileira, que passava por um surto desenvolvimentista com início a partir, principalmente, do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na década de cinquenta.

Até a reforma do Sistema Financeiro, o setor bancário brasileiro sustentava-se, principalmente, no tripé formado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), pelo Banco do Brasil, que funcionava tanto como banco comercial quanto como executor da política monetária do Governo e pelos Bancos Comerciais em geral.

Existiam ainda Bancos de Fomento - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA) - Caixa Econômica Federal, Caixas Econômicas Estaduais, Bolsas de Valores e Corretoras, Sociedades de Crédito e Financiamento e Companhias de Seguro e Capitalização.

Essa gama diversificada de instituições, entretanto, não cumpria a contento aquela que deve ser a finalidade principal de um sistema financeiro qual

seja, promover a intermediação financeira entre os detentores e os tomadores de capital, visando ao desenvolvimento da economia.

Os Bancos Comerciais baseavam suas atividades quase que exclusivamente em operações de curto prazo, sem elevação do nível real de empréstimos, apesar do processo de industrialização pelo qual passava a economia brasileira.

Os créditos de médio prazo eram fornecidos pelas Sociedades de Crédito e Financiamento que, frente à instalação das indústrias automobilística e de bens de capital (ainda em fase inicial), passaram a provê-los sob a forma de colocação de letras de câmbio com deságio e formação de fundos de participação. Essas modalidades de empréstimos eram utilizadas com o intuito de superar os impedimentos da Lei de Usura (Decreto nº 23.501, de 27.11.33), que impedia o pagamento de juros nominais acima de 12% a.a..

Os créditos de longo prazo só eram possíveis de se obter nos Bancos de Fomento ou através de créditos externos obtidos junto a agências de desenvolvimento internacionais.

Essa era, sinteticamente, a situação do crédito no País até 1964, salientando que as Bolsas de Valores funcionavam de forma incipiente.

O crescimento da economia era financiado, dado a pouca relevância do sistema financeiro, por recursos próprios, reinversões de lucros e utilização de capitais estrangeiros. Com isso foi possível promover a expansão da capacidade produtiva da economia brasileira à época.

Entretanto, tais recursos eram limitados, o que concorria para a necessidade da introdução de modificações que resolvessem a questão que se colocava então, qual seja, o esgotamento da estrutura de financiamento existente, frente às necessidades da manutenção do crescimento econômico

Como bem salienta Maria da Conceição Tavares, o sistema financeiro nacional passava a não mais atender aos anseios da nova ordem: "A incapacidade de muitos países latino-americanos e, em particular, da economia brasileira, de estabelecer uma estrutura financeira capaz de suportar e resolver os problemas apontados, entre os quais destaca-se o das transferências inter-setoriais de recursos dentro do setor privado e deste para o público".¹²

O estágio de desenvolvimento do sistema financeiro passou a ser visto como um ponto de estrangulamento ao crescimento rápido da economia brasileira. Era necessário a introdução de modificações no setor com o intuito de se criar condições de financiamento, a fim de assegurar a expansão do processo produtivo e o consumo. Como enfatizam Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos: "era necessária a criação de um sistema que fornecesse o necessário suporte financeiro ao desenvolvimento econômico do País".¹³

Dessa constatação nasce a necessidade de reformulação do sistema financeiro nacional visando adequá-lo à nova realidade que se colocava para a economia brasileira. Não era mais possível prescindir da intermediação financeira como forma de manutenção e expansão do surto desenvolvimentista pelo qual

¹²TAVARES, Maria da Conceição; *op.cit.*, p. 89.

¹³SIMONSEN, Mário Henrique, CAMPOS, Roberto; *A Nova Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, p. 176, 1974.

passava o País. Havia, em suma, a necessidade de adequar o mercado financeiro à nova fase de crescimento da economia e prepará-lo para desempenhar papel fundamental na etapa de internacionalização pela qual passaria o País a partir do final da década de sessenta.

Esses desajustes do sistema financeiro levaram à implementação de mudanças a partir de 1964. Os objetivos da Reforma do Setor Financeiro foram: a) criação de mecanismos de controle que propiciassem a regularização do mercado monetário; b) reorganização do mercado financeiro com vistas a adequá-lo às necessidades dos setores produtivos, e; c) criação de um mercado de capitais capaz de propiciar aumento na taxa de formação bruta de capital.

Em resumo, preconizava-se que o sistema financeiro fosse moldado em uma estrutura especializada e atuante segundo determinações emanadas de autoridades (Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários) que zelassem pelo seu correto funcionamento.

3.2 As Reformas Institucionais realizadas na década de Sessenta

As medidas consubstanciaram-se em três grandes reformas: Reforma Bancária, Reforma do Mercado de Capitais e Reforma do Sistema Financeiro da Habitação. A avaliação dessas reformas, no âmbito deste trabalho, restringir-se-á ao seu objetivo, qual seja, analisar os fatos e acontecimentos que moldaram, no passado, a atual estrutura oligopolizada do sistema bancário nacional. Assim, dar-se-á ênfase à análise da Reforma Bancária, tecendo-se inicialmente comentários

acerca das Reformas no Mercado de Capitais e no Sistema Financeiro da Habitação, quer pela sua importância, quer suas correlações com o crescimento do setor bancário propriamente dito.

Em relação à reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, as modificações introduzidas ocorreram como fruto do diagnóstico oficial de que o déficit habitacional já era elevado na década de sessenta, sendo que a causa do problema, conforme consta do "Programa de Ação Econômica do Governo" era de ordem financeira: "a insuficiência de habitações populares é fundamentalmente de natureza financeira.¹⁴ Era, pois, necessário criar mecanismos capazes de incentivar a construção de habitações populares, dando condições às famílias de obter financiamentos habitacionais.

O conjunto de leis promulgadas na área da habitação (Lei de Estruturação do Sistema Financeiro da Habitação, Lei do Inquilinato, Lei das Incorporações Imobiliárias e Lei de Incentivo à Construção Civil) tinham como objetivo resolver a questão do déficit de moradias dando, ao mesmo tempo, incentivos ao setor da construção civil.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a instituição da poupança compulsória do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado com o intuito de substituir o instituto da estabilidade no emprego, e a utilização de recursos das cadernetas de poupança, propiciaram ordenamento e recursos necessários para a implementação de uma política efetiva de construção e aquisição de imóveis. A constituição do SFH pode ser analisada, nos dias de hoje, como uma série de modificações levadas a efeito com o intuito real de amenizar a questão do

¹⁴EPEA, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-66; Documentos EPEA n° 01-Rio de Janeiro, EPEA, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965.

déficit habitacional nacional. Os desvirtuamentos posteriores que ocorreram e que inviabilizaram o SFH, afastando-o dos objetivos inicialmente propostos serão apenas destacados, mas não esmiuçados, por estarem além do escopo deste trabalho.

A reforma do Mercado de Capitais, efetuada através da Lei nº 4.728, de 21.06.65, buscou a criação de um sistema que provesse o setor produtivo com fluxos estáveis de recursos, a juros compatíveis.

Pretendia-se, assim, estimular a abertura do capital das empresas¹⁵ e o desenvolvimento de um mercado privado de fundos de longo prazo. Entre as modificações criadas com a Lei da Reforma do Mercado de Capitais, podemos citar a criação da figura legal das ações e debêntures conversíveis em ações e a redefinição da forma de atuação das Bolsas de Valores, bem como o próprio papel a ser desempenhado pelas bolsas.

Para a consecução desses objetivos, qual seja, a criação de mecanismos que propiciassem fluxos entre os setores econômicos e o fornecimento de recursos de longo prazo capazes de financiar a expansão da economia, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instituição incumbida da normatização e fiscalização do mercado bursátil.

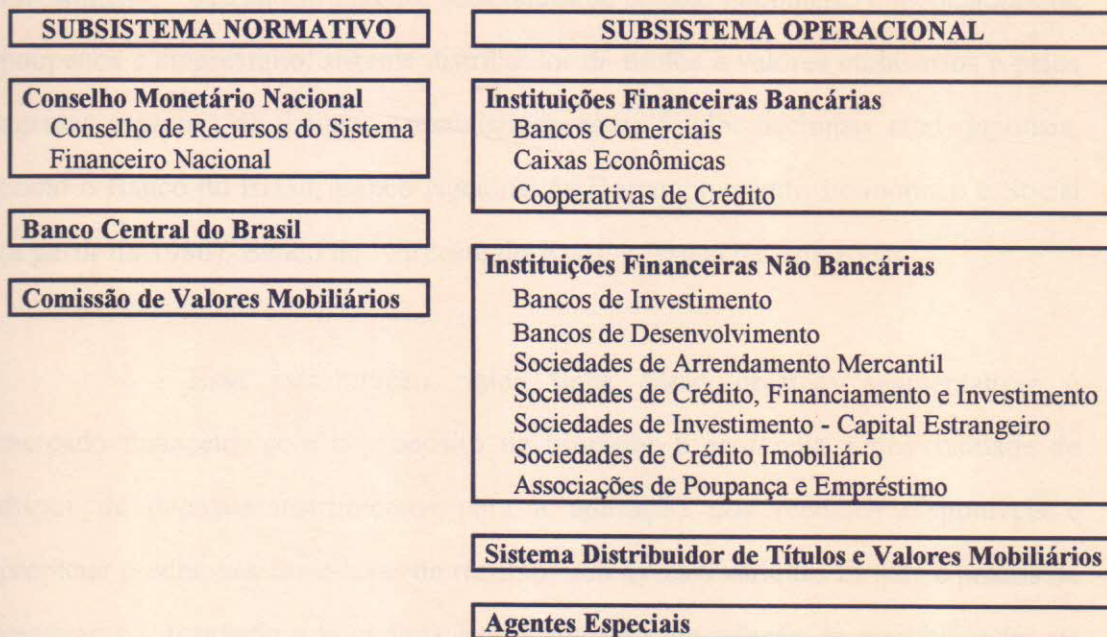
A Reforma Bancária, materializada pela promulgação da Lei nº 4.595, de 31.12.64, foi, com certeza, a mais importante das reformas introduzidas. O seu cerne foi a criação de um Banco Central autônomo em relação ao Poder Executivo e encarregado da execução política monetária, segundo os três instrumentos clássicos: o redesconto, as operações de mercado aberto e os depósitos compulsórios.

¹⁵Vide EPEA, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-66; op. cit. p. 74.

A antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), até então responsável por algumas funções de Autoridade Monetária, foi extinta e suas funções, acrescidas com a absorção das Carteiras de Câmbio e de Redesconto do Banco do Brasil, assim como do Serviço do Meio Circulante, sob responsabilidade, até então, do Ministério da Fazenda, foram assumidas pelo Banco Central do Brasil. Foi criado, também, o Conselho Monetário Nacional (CMN), composto por nove membros - Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central do Brasil, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e mais 6 membros, dos quais 4 seriam diretores do Banco Central. Já no ano de 1967 o Conselho Monetário Nacional começaria a sofrer modificações em sua estrutura e principalmente em suas funções, desvirtuando inteiramente um dos objetivos propostos quando da aprovação da Lei nº 4.595, qual seja a atuação da Autoridade Monetária de forma independente do Poder Executivo. Em 1993, o Conselho Monetário Nacional, segundo a Lei nº 8.056, de 28.06.90, era composto de 17 membros, sendo 7 representantes nomeados pelo Presidente da República e demissíveis *ad nutum*.

A nova estrutura do Sistema Financeiro Nacional diferia substancialmente da anteriormente existente, permanecendo praticamente inalterada até a promulgação da Constituição de 1988. O Sistema Financeiro passou a ser dividido em dois subsistemas que interagiam entre si de forma a propiciar contato permanente com o objetivo de mantê-lo sempre funcionando de maneira a mais afinada possível tendo em vista as funções que o sistema financeiro deveria desempenhar no contexto geral da economia.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL



O primeiro subsistema é o normativo e tem como função definir as regras a serem seguidas nas relações entre os tomadores de poupança e os poupadores. A sua composição é a seguinte: Conselho Monetário Nacional, Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - criado oportunamente com o objetivo de solucionar eventuais questionamentos que não precisem passar necessariamente pelo Conselho Monetário, dando a este maior disponibilidade de tempo para a análise de questões mais gerais -, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

O segundo subsistema tem como função realizar as transferências de poupança segundo as regras emanadas do subsistema normativo e era composto, rigidamente, pelas seguintes instituições: instituições financeiras bancárias ou monetárias, constituído pelos bancos comerciais, caixas econômicas e cooperativas de crédito; instituições financeiras não bancárias ou não monetárias, formada pelos bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de

investimento - capital estrangeiro, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo; sistema distribuidor de títulos e valores mobiliários e pelos agentes especiais de fomento, administradores de fundos nacionais e/ou regionais, como o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (a partir de 1986), Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

Essa estruturação rígida tinha como objetivo segmentalizar o mercado financeiro com o propósito de propiciar à economia a possibilidade de dispor de diversos instrumentos para a aplicação dos recursos disponíveis e propiciar crédito aos tomadores de recursos sob as mais variadas formas e prazos de vencimento, tornando a economia ágil e eficiente em relação às possibilidades de crescimento, eliminando o estrangulamento que ocorria até 1964. Cada segmento do subsistema operacional se especializou em uma determinada fatia do mercado, de forma a oferecer a mais ampla gama possível de instrumentos capazes de atender às necessidades de tomadores e poupadores.

Somente com o advento da Constituição de 1988 foram introduzidas modificações estruturais que vieram dar novas feições ao sistema financeiro, sendo a mais importante a criação dos bancos múltiplos. Tais modificações serão objeto de análise mais adiante, com o intuito de caracterizar eventuais impactos sobre a estrutura do setor bancário.

As alterações aprovadas nas reformas financeiras da década de sessenta procuraram, então, dar ordem ao setor ao mesmo tempo em que criavam mecanismos ágeis de intermediação financeira. Podemos dizer, e esta foi a razão de todo esse apanhado histórico, que a evolução posterior do setor bancário, aquele que mais nos interessa e que é composto dos bancos comerciais e das caixas

econômicas, é fruto de todas as reformulações ocorridas. Sendo assim, o conhecimento das transformações ocorridas e da nova estruturação do Sistema Financeiro Nacional é necessário para colocações e questionamentos sobre acontecimentos e desdobramentos posteriores.

A racionalidade embutida na primeira fase da reforma era a de que os intermediários financeiros - principalmente os bancos - serviriam como alavanca em um processo de desenvolvimento econômico. A utilização de recursos externos para sustentar o crescimento econômico não poderia prescindir de um setor financeiro de âmbito nacional, capaz de interagir com o sistema financeiro internacional, alçando ao mercado internacional os tomadores de recursos nacionais. Em suma, era necessário a criação de um setor capaz de canalizar os recursos internados, o que levou, inevitavelmente, à constatação de que seria imprescindível concentrar o setor financeiro. Nesse sentido, as ações governamentais a partir de 1964 induziram a fusões e incorporações no setor. Das mais de 500 sedes existentes até 1964, só restavam 250 em 1968 e 121 em 1973.

3.3 O Setor Bancário : - Organização e Evolução entre 1.965 e 1.988

Pretende-se nesta seção apresentar a evolução do setor bancário no Brasil no período compreendido entre as reformas institucionais que moldaram o sistema financeiro nos anos sessenta e a promulgação da nova Constituição Brasileira em outubro de 1988. Nosso intuito é o de procurar ver como o sistema bancário reagiu às mudanças ocorridas, como se deu seu crescimento global no período em análise e como o setor interagiu nas diversas fases de crescimento

econômico pelas quais atravessou o País. Em resumo, pretende-se focar a questão do desenvolvimento financeiro dentro da necessidade de relacioná-lo com as mudanças na estrutura de produção e consumo.

3.4 Crescimento do Setor Bancário até o ano de 1.988

A nova estrutura do setor bancário, delineada com a reforma levada a efeito na década de sessenta, surgiu como forma de adequá-lo à nova realidade das políticas econômicas que deveriam ser adotadas. O sistema financeiro passou a ser encarado como importante parceiro no âmbito das políticas macroeconômicas a serem utilizadas.

O comportamento do setor financeiro, nas diversas fases pela qual passou a economia brasileira nestes quase 25 anos enfocados nessa seção, será analisado enfocando o setor dominante do mercado financeiro - o setor bancário, constituído pelos bancos comerciais e caixas econômicas -, com a finalidade de não fugir ao escopo desta dissertação, qual seja, analisar a questão da concentração do setor bancário - quer privado, quer público, independente da origem do capital dominante.

Os ciclos aqui detalhados procurarão, assim, vislumbrar os efeitos ocorridos sobre a estrutura dos bancos comerciais frente às modificações ocorridas em cada fase. A periodicidade utilizada englobará quatro fases distintas, que em grandes traços, retratam o ciclo da economia brasileira no período em questão.

O primeiro, que vai de 1964 até 1966, pode ser caracterizado como a fase de reformas e mudanças nas regras institucionais em vários setores da economia, assim como no setor bancário comercial. As reformas implementadas induziram, implicitamente, a concentração do setor bancário, pois tais medidas propiciariam custos operacionais menores - suposta a existência de economias de escala - com conseqüente queda nas taxas de juros, facilitando o crescimento econômico sustentado em empréstimos internos e externos.

A segunda fase compreende o período que vai de 1967 até 1973, caracterizada pelo chamado "milagre econômico", com elevadas taxas de crescimento do PIB. As modificações ocorridas na fase anterior, somadas às transformações de ordem fiscal, ao aumento do gasto público e a uma política monetária expansionista, permitiram a manutenção do crescimento econômico em patamares elevados.

O papel desempenhado pelo setor bancário já assume contornos de importância nessa fase por conta da colocação em prática de sistemas de financiamento de curto e médio prazo às empresas, além de um sistema de crédito ao consumidor. A estratégia adotada pelos governos da época privilegiava o crescimento econômico baseado na utilização de recursos externos.

O processo de concentração do setor bancário aparece, sob essa perspectiva, como uma conseqüência natural das medidas adotadas para o setor. Em um primeiro momento podemos afirmar que a concentração do setor, apesar de não explicitada claramente, era esperada como conseqüência das mudanças ocorridas, sendo até certo ponto desejada no sentido de inserir a economia brasileira, via sistema financeiro, na captação de recursos financeiros externos. Houve, portanto,

uma progressiva e crescente penetração de fluxos financeiros externos no mercado doméstico, via sistema financeiro. Tal processo era entendido como necessário, por um lado, pela baixa formação de poupança interna - incapaz de sustentar um crescimento acelerado da economia - e por outro lado, pela necessidade de captação de poupança externa.

A existência de um mercado financeiro internacional com ampla folga de liquidez encontrou o País em um processo de retomada do dinamismo da economia, tornando-o uma área privilegiada e que oferecia uma das melhores oportunidades lucrativas para aplicações. Ressalte-se aqui a mudança ocorrida em relação às fontes de financiamento externo até então obtidas junto a governos e organismos internacionais. Nessa nova fase, a ênfase se deu nos empréstimos externos captados através do sistema financeiro privado internacional.

Segundo Paulo Davidoff, o que ocorreu "segundo o discurso oficial da época, foi que as tomadas de recursos externos constituíam elemento de vital importância para a viabilização de altas taxas de crescimento do produto interno. Tal afirmativa se assentava no suposto de que a economia brasileira, dado seu estágio de desenvolvimento - ainda com notórias insuficiências quanto à produção de diversos bens intermediários e de capital - esbarraria com restrições tanto pelo lado do setor externo como pelo lado da poupança interna, caso intentasse acelerar sua taxa de crescimento. O apelo a recursos externos era, portanto, condição *sine qua non* e expressava em última instância, a contribuição de 'poupanças externas' ao desenvolvimento da economia nacional." ¹⁶

¹⁶DAVIDOFF, Paulo Cruz; Dívida Externa e Política Econômica - A Experiência Brasileira nos Anos Setenta, Ed. Brasiliense, p. 15, 1984.

Colocava-se como imprescindível a utilização de recursos externos obtidos via financiamentos em instituições financeiras internacionais para o crescimento do produto interno. Sob o enfoque externo, podemos ver que o momento da inserção brasileira nos circuitos financeiros internacionais ocorreu quando o capital internacional passou a procurar novas opções de inversões fora do eixo Europa-Estados Unidos. Nesse sentido, "a economia brasileira foi 'capturada', juntamente com várias outras economias, em um movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidades de valorização."¹⁷

O número de instituições financeiras bancárias ou monetárias - bancos comerciais e caixas econômicas - conforme boletins do Banco Central, começa a decrescer a partir de então, passando de 250 sedes em 1968, para 266 sedes em 1969, 184 sedes em 1970, 161 sedes em 1971, 134 sedes em 1972 e 121 sedes em 1973. O número de agências cresce no período passando de 7.888 em 1968 para 9.483 agências em 1973.

A diminuição do número de instituições financeiras bancárias, fruto da política adotada para o setor, foi conseqüência, também, de instrumentos e variáveis diversas colocadas em prática, principalmente no período pós-67 e que podem ser entendidas como indutoras da concentração ocorrida e delimitadoras do setor até a promulgação da Constituição de 1988.

O primeiro e maior instrumento propiciador da concentração foi a existência de um controle de cartas-patentes de instituições financeiras, que eram emitidas pelo Banco Central e que autorizavam o funcionamento das instituições (sedes) e mesmo das dependências. Esse controle tem o mesmo efeito que o

¹⁷Vide DAVIDOFF, Paulo Cruz; op. cit. p. 17/18

representado pelas barreiras à entrada no setor industrial, condicionando o ingresso de novos participantes no setor.

A existência dessa restrição criou um mercado paralelo de cartas-patentes, o que pode ser visto tanto como delimitador de entrada, como refúgio seguro para detentores de cartas-patentes de bancos que não se dessem bem na atividade bancária. Esse mercado paralelo de cartas-patentes funcionava como coadjuvante no rol de regulamentações governamentais sobre o setor. Era permitida a compra e venda de cartas-patentes como forma de mobilidade do setor face às severas restrições de emissão de novas cartas-patentes. Destaque-se como fundamental que as cartas-patentes referiam-se não somente às sedes das instituições financeiras, mas, também, a agências/dependências das mesmas.

O crescimento do tamanho dos bancos, limitado pelas restrições de emissão de novas cartas-patentes e a existência de um mercado "secundário" das mesmas, foi uma consequência natural da diminuição do número de sedes.

Outra variável determinante nesse processo foi a exigência de um capital mínimo em relação aos depósitos, que variou em função do período considerado, em torno de 20% (vinte por cento), colocando em xeque o crescimento de pequenos bancos - que detinham pouco capital, e privilegiando o crescimento dos bancos maiores ao permitir a eles maior captação de depósitos, e por via de consequência, maior alavancagem operacional.

Outra variável foi o incentivo dado à criação de bancos de âmbito nacional, com favorecimento aos grandes bancos que passaram a atuar em locais onde a atividade bancária era menos concentrada, concorrendo diretamente com

bancos existentes de âmbito apenas regional ou mesmo local. Foram dados incentivos, também, às fusões e incorporações de instituições bancárias através de medidas que privilegiavam tais fatos. Dentre elas podemos destacar os financiamentos concedidos para a aquisição de cartas-patentes de instituições financeiras que viessem a encerrar suas operações e incentivos diretos em relação a fusões entre instituições financeiras.

Todo esse processo indutor de concentração era baseado na premissa de que a concentração e a conglomeração trariam diminuição dos custos operacionais e conseqüente queda da taxa de juros efetiva. Tal afirmação é em parte verdadeira, na medida em que pode haver diminuição efetiva dos custos operacionais em decorrência do crescimento, mas com certeza a margem maior obtida com essa diminuição é internalizada no caso de um setor que atuaria de forma oligopolizada, o que parece ser o caso brasileiro, pois a diminuição dos custos operacionais não foi seguida da diminuição da taxa de juros efetiva cobrada nos empréstimos concedidos aos demais setores da economia.

O resultado final de todo esse processo de concentração foi a oligopolização do setor financeiro, em um processo de consolidação contínua onde o setor criou dinamismo próprio capacitando-o a desempenhar papel de destaque na economia brasileira contemporânea.

A terceira fase tem início em 1973 e se estende até 1979, sendo caracterizada pelo surgimento dos primeiros sinais de esgotamento do crescimento econômico baseado no endividamento externo, em função das dificuldades de obtenção de superávits comerciais significativos capazes de equilibrar o Balanço de Pagamentos, por conta, principalmente, da elevação das taxas de juros externas. A

dimensão financeira da dívida externa passou a ter dinâmica própria condicionando o restante da política econômica. A obtenção de recursos externos com o intuito de equilibrar o Balanço de Pagamentos passou a ditar os passos da economia brasileira, sujeitando a economia doméstica às vicissitudes que ocorriam no âmbito externo. Nesse contexto, o Governo passou a acelerar a tomada de recursos externos com a finalidade já colocada, em um ambiente de aceleração das taxas de inflação e desaceleração nas taxas de crescimento da economia.

O comportamento do setor bancário nesse período, segundo boletins do Banco Central, foi, em linhas gerais, similar ao observado no período anterior, tendo o número de instituições bancárias apresentado a seguinte evolução: 121 sedes em 1973, 115 matrizes em 1974, 112 sedes em 1975 e 1976 e 113 sedes até o ano de 1979. O número de dependências passou de 7.965 em 1973 para 17.378 agências em 1979.

Nessa fase esteve salientado ao extremo o papel desempenhado pelo sistema financeiro dentro do contexto de políticas econômicas levadas a efeito pelos governos da época, que baseavam o crescimento econômico na obtenção de financiamentos externos. A inserção dos circuitos bancários domésticos na esfera internacional vinha sendo encarada como a única forma capaz de manter o crescimento da economia brasileira, dentro do processo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. As conseqüências dessa política de endividamento externo são conhecidas e desembocam na crise financeira da década de oitenta, com o esgotamento desse modelo de crescimento.

A opção pelo desenvolvimento econômico levou a um crescimento da economia como um todo, assim como das instituições financeiras. A crise de

financiamento da dívida externa conduziu a um diagnóstico equivocado por parte do Governo Federal, o que, em última instância, acarretou os graves problemas que ocorreriam nos anos oitenta. O Governo perdeu o objetivo básico de cunho desenvolvimentista, passando a atuar em uma frente quase diária, onde a captação de recursos externos com o objetivo de "fechar" o Balanço de Pagamentos se deu de forma descontrolada em relação à destinação dos recursos internados.

A quarta fase vai da segunda crise do petróleo em 1979 até o ano de 1988 e é caracterizada pelo estrangulamento do financiamento externo e do choque financeiro neste mesmo ano. A economia no início chegou a manter certo dinamismo em consequência das inversões de capital externo que ainda ocorriam, mas o dinamismo que caracterizou o início da década de setenta já era passado para a economia brasileira. A atuação do Governo Federal objetivando manter o crescimento da economia e proteger o setor privado do crescimento das taxas de juros externas, pode ser resumida na estatização da dívida externa de responsabilidade do setor privado, através do depósito no Banco Central do contravalor em cruzeiros das dívidas assumidas no exterior, passando a União a dar o aval para o pagamento dessas dívidas que ficaram assim, sob a responsabilidade do Governo Federal. Tal medida foi consubstanciada através da Resolução nº 432, do Conselho Monetário Nacional.

O papel do sistema financeiro nessa fase é a princípio idêntico ao que vinha desempenhando anteriormente no âmbito externo, mas a nível doméstico o setor já estava consolidado e bem estruturado para fazer frente ao período recessivo que se instalaria em seguida, dispondo de mecanismos que permitiriam ao sistema manter, pelo menos, seus ganhos com a intermediação financeira.

O número de instituições financeiras no período ora considerado, segundo consta em boletins do Banco Central, passou de 113 sedes em 1979 para 106 instituições no final do segundo semestre de 1988. O número de dependências passou a ser de 14.880 no final de 1988, com uma média de 140,4 agências por matriz.

Convém ressaltar o desempenho do setor bancário nesse período, quando os ganhos do setor foram elevados, fruto do descompasso existente entre as taxas de remuneração pagas aos depositantes de recursos nos bancos e as taxas cobradas dos tomadores de recursos. Nessa fase começava a perder importância os ganhos obtidos com a intermediação realizada quando da obtenção de recursos externos. Nem mesmo no período recessivo, com a conseqüente diminuição dos empréstimos e financiamentos por parte das instituições financeiras, em decorrência da diminuição das atividades econômicas e fruto das maiores exigências impostas aos tomadores de recursos em função do crescimento do risco de inadimplência, observou-se queda nos ganhos obtidos por parte dos bancos.

Começou, a partir de então, a ganhar importância os ganhos do setor financeiro nas transações envolvendo as operações realizadas com títulos públicos federais. A partir da década de oitenta, os bancos comerciais passaram a desempenhar um papel diferente do que vinham desempenhando até então, qual seja o de servir de intermediário entre o mercado financeiro internacional e os tomadores de recursos domésticos, passando a trabalhar no intuito de captar recursos privados, quer através de captações via depósitos a prazo, quer através de depósitos à vista, com a finalidade de financiar a dívida pública federal, possibilitando ao governo federal manter suas inversões em patamares elevados, superando o constrangimento

que se verificava no *front* externo, onde a captação de recursos passou a ser praticamente impossível a partir de 1982.

A exaustão do modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na utilização de poupança externa para contrabalançar a deficiência de poupança doméstica e em gastos governamentais, foi fruto principalmente da crise do petróleo de 1979 e das mudanças ocorridas no mercado financeiro internacional, com elevação das taxas de juros praticadas. Devemos citar a elevação das taxas de juros internacionais, pelo efeito perverso de tal elevação no crescimento dos pagamentos do serviço da dívida externa brasileira. A economia entrou em uma fase de perda de dinamismo em função desse gargalo de financiamento, quer em decorrência da fragilidade do setor público, quer em função da diminuição de afluxos de capital externo.

A crise do mercado financeiro internacional teve como conseqüência inicial a moratória mexicana em 1982, o que cortou o fluxo de recursos externos para o País, colocando o Brasil frente à necessidade de fazer face a pagamentos cada vez maiores de juros da dívida assumida. A partir de então o crescimento econômico se deparou com limitações de financiamento que colocaram o País em uma encruzilhada.

O crescimento econômico vinha sendo financiado a partir da década de cinquenta por inversões públicas no período de Juscelino Kubitschek, via utilização de recursos de organismos internacionais, e a partir de então em meados da década de sessenta por gastos financiados por recursos obtidos no exterior através de empréstimos concedidos por instituições financeiras internacionais privadas, em um modelo de crescimento onde a presença do Estado era vista como

fundamental para assegurar o dinamismo necessário para o desenvolvimento do País.

A crise de 1982 encontrou o País em uma situação de dependência de recursos externos para, já nesta fase, fazer face ao constrangimento que vinha ocorrendo em relação ao Balanço de Pagamentos. Em um processo que vinha ocorrendo desde o final da década de setenta, o Governo Federal com vistas a assegurar a manutenção do setor privado nacional e a assegurar, se possível, o crescimento econômico, permitiu, por um lado, a estatização da dívida externa contraída pelo setor privado, e por outro lado, a continuação da política de gastos públicos que ocasionaram o desequilíbrio orçamentário do Tesouro Nacional. Iniciou-se uma política de fortes desvalorizações cambiais com o objetivo de permitir ao País a obtenção de saldos comerciais expressivos que contrabalançassem os déficits cada vez maiores que vinham ocorrendo na conta de serviços, não compensado pelo Balanço de Capital.

Em relação a esse ponto Hélio Bontempo observava que "o processo de ajustamento adotado para viabilizar as transferências líquidas de recursos ao exterior, caracterizou-se; de um lado pelas desvalorizações cambiais reais e aumento nas taxas de juros internas, que oneram o setor público crescentemente endividado; e do outro, pelos subsídios e incentivos ao setor exportador e substituidor de importações, bem como a outros setores público e privado, pela redução da demanda agregada, e pelo controle de preços das estatais, que reduzem as receitas do setor público. As políticas de ajustamento lograram a obtenção do equilíbrio externo, mas provocaram desequilíbrio interno, através do aumento do déficit público e de seu financiamento interno." ¹⁸

¹⁸BONTEMPO, Hélio César; Transferências Externas e Financiamento do Governo Federal e Autoridades Monetárias, Mimeo

O Governo, ao se deparar com um enorme constrangimento no setor externo passou a fazer face a suas despesas utilizando-se de mecanismos pouco utilizados até então. O Banco do Brasil, que possuía ainda algumas funções que poderiam ser consideradas como de uma Autoridade Monetária, passou a utilizar mais amiúde a chamada "conta-movimento" com a finalidade de adiantar e mesmo financiar despesas da União previstas ou não no Orçamento.

A "conta movimento" foi criada em março de 1965 com a finalidade de registrar as transações entre o Banco do Brasil e o recém criado Banco Central, por falta de mecanismo apropriado para suprimentos específicos e suficientes de recursos para a realização de operações de interesse governamental. Com o decorrer do tempo, tal conta se transformou em verdadeiro crédito aberto sem limites do Banco Central ao Banco do Brasil, terminando por movimentar todo o relacionamento financeiro entre os dois bancos. A "conta movimento" representava um meio dissimulado de injeção de recursos inflacionários na economia, através de aplicações do Banco do Brasil, na medida em que o Orçamento Monetário (OM) contemplava inúmeras despesas de natureza fiscal e as metas quantitativas nele programadas eram cronicamente ultrapassadas. Assim, tal mecanismo sancionava a subordinação da política monetária frente ao excesso e descontrole dos gastos governamentais.

Somente através do Voto CMN nº 45/86, de 30.01.86 tal prática foi abolida, sendo extinta a "conta-movimento", obrigando o Governo a tornar as operações de mercado aberto - com títulos federais - prioritárias como fonte de financiamento das despesas incorridas ou a incorrer, desvirtuando o objetivo principal dessas operações em relação à política monetária.

Esse era, então, o panorama vivenciado pelo setor bancário nesse período. Como apontado anteriormente, a despeito da instabilidade reinante no período que vai até a promulgação da Constituição de 1988, o setor bancário cresceu, tendo se tornado um setor com alto grau de conglomeração, além de oligopolizado. O setor financeiro continuou "funcionando" à parte do setor produtivo - indústria, agricultura e serviços - tendo a partir de um determinado momento, relegado a um segundo plano a intermediação financeira entre o capital externo e os tomadores de recursos no mercado doméstico, desenvolvendo-se no sentido da intermediação financeira com títulos públicos federais, em um processo que lhe permitia apropriar-se de um "spread" tanto maior quanto fosse a taxa de inflação.

Cabe ao setor financeiro, em geral, permitir a intermediação entre poupadores e tomadores de recursos, com a finalidade de financiar a acumulação, a produção e o consumo, utilizando-se de uma gama de instrumentos que permitem que a intermediação financeira ocorra de forma a satisfazer a preferência dos poupadores e a necessidade dos tomadores de recursos.

Sob esse prisma podemos dizer que o objetivo traçado nas reformas do sistema financeiro nacional foi alcançado, pois o setor respondeu aos incentivos concedidos, tendo permitido o crescimento da produção e possibilitado ao consumidor acesso a fontes de crédito que viabilizassem a aquisição de bens de consumo, bem como o aproveitamento do potencial dinâmico da economia entre o final da década de sessenta e setenta.

A consequência foi o surgimento de um setor altamente concentrado e oligopolizado, onde o número de instituições decresceu acentuadamente, apesar da instalação, a nível nacional, de uma rede de dependências que possibilitaram o surgimento de uma malha bancária que cobre todo o território nacional, permitindo o acesso de grande parcela da população aos serviços prestados pelo setor bancário.

3.5 As Transformações no Setor Bancário entre 1.988 e 1.993

A situação estrutural do Sistema Financeiro somente passaria por modificações mais importantes a partir de 1988, com a introdução de diversas transformações que tiveram como objetivo reestruturar o setor financeiro com o intuito de adequá-lo à nova realidade do cenário econômico nacional. O próprio crescimento do sistema acabou por instar a tomada da iniciativa de mudanças, uma vez que a tendência que se instalou durante o período que se iniciou com as reformas da década de sessenta foi a de conglomeração financeira, onde os bancos comerciais, em sua grande maioria, possuíam diversas outras instituições não bancárias, entre as quais bancos de investimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento.

A "departamentalização" verificada nos conglomerados financeiros criava dificuldades de acompanhamento por parte do Banco Central, uma vez que cada empresa do conglomerado possuía contabilidade própria, que por sua vez diferia bastante em relação à contabilidade das outras empresas. Essa contabilidade própria para cada instituição podia em última instância esconder a real situação

financeira do conglomerado, por conta de que cada balanço/balancete atendia a regras próprias em relação a seus demonstrativos contábeis ¹⁹.

A adoção do COSIF pode ser vista como de extrema importância para amparar a reformulação mais abrangente pela qual passou o sistema financeiro nacional no final da década de oitenta. A criação da figura dos Bancos Múltiplos, através da Resolução nº 1.524, de 21/09/88, do Conselho Monetário Nacional, possibilitou que viesse a ser realizada em uma única instituição financeira, as operações, quer ativas, quer passivas, facultadas aos Bancos Comerciais, aos Bancos de Investimento, aos Bancos de Desenvolvimento, às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e às Sociedades de Crédito Imobiliário. A única ressalva colocada é o impedimento de coexistência em um mesmo banco múltiplo, de um banco de investimento e de um banco de desenvolvimento, em função, é claro, da própria natureza jurídica de cada uma das instituições, uma privada e outra pública.

Através da Constituição de 1988 foi eliminado o sistema de concessão de cartas-patentes, que funcionavam como barreira à entrada no setor financeiro. A partir de então a constituição de uma instituição financeira passou a depender do cumprimento de certos requisitos instituídos pelo Banco Central, destacando-se em relação às exigências a necessidade de inversão de um determinado volume de capital próprio mínimo.

¹⁹ O primeiro passo para unificar as informações contábeis dos diversos segmentos financeiros foi a adoção do Balanço Consolidado das Instituições Financeiras (COSIF), a partir de 1988, que trouxe linearidade aos demonstrativos das empresas, possibilitando uma análise mais precisa da situação financeira do conglomerado. A partir de então o balanço do conglomerado passou a representar a consolidação dos balanços de cada instituição que fazia parte da empresa.

Esse capital mínimo se constitui, hoje, na única barreira legal à entrada no setor bancário, devendo-se destacar que o capital mínimo requerido difere em função do tipo de instituição a ser criada, se banco comercial ou banco múltiplo, ou se se trata de instituição bancária de capital nacional ou estrangeiro. A título de ilustração, a constituição de um banco comercial de capital nacional exigia um capital mínimo equivalente a US\$ 3,4 milhões de dólares, a preços de 30.06.93, capital esse que deveria ser acrescido quando da criação de novas agências, dependendo da sua categoria, ressalvando que para a instalação de agência pioneira não se exigia capital mínimo. Para os bancos de capital estrangeiro, esse patamar de capital mínimo se eleva para US\$ 6,8 milhões de dólares. Em relação aos bancos comerciais, o nível mínimo exigido varia em função da quantidade de carteiras que comporão a nova instituição, sendo que no caso de constituição com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento, de desenvolvimento e de crédito imobiliário, o capital mínimo requerido era de US\$ 8,3 milhões em 30.06.93, além de capital mínimo adicional variando em função do número de agências e de suas categorias. Essas exigências podem ser, ainda assim, analisadas como barreiras ao estabelecimento de novas instituições, mas ressalte-se que, a partir de então, a possibilidade de transformação de uma instituição financeira em um banco múltiplo passou a ser mais factível.

A criação destes ocorreu objetivando promover o crescimento do número de instituições bancárias, na medida em que possibilitaria a transformação de bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, entre outros, em bancos múltiplos. Tal transformação poderia, conforme preconizado, levar a uma desconcentração do setor pelo surgimento de novas instituições bancárias, em um processo de diversificação das opções colocadas ao dispor dos demais setores da economia. A diversificação do setor poderia beneficiar

a economia como um todo, por conta da busca da melhoria dos serviços por elas prestados, levando ao surgimento de novos instrumentos de empréstimo e aplicação de recursos. O objetivo embutido nessas medidas era a de instar as instituições líderes do setor financeiro, os bancos comerciais, a se adequarem às novas necessidades do mercado, promovendo a criação de novos instrumentos de atrativo aos clientes, além, é claro, de promover redução de custos por conta da transformação dos antigos conglomerados financeiros em uma única instituição.

Dentro desse prisma de diversificar as opções oferecidas, insere-se a Resolução nº 1.602, de 27/04/89, que facultou a transformação das Caixas Econômicas Estaduais em Bancos Múltiplos, desde que suas operações ficassem restritas às dos bancos comerciais e sociedades de crédito imobiliário.

A análise desse possível efeito desconcentrador sobre o setor bancário será apresentado em capítulo posterior, através dos índices de concentração, com o intuito de demonstrar de forma cabal a concentração existente.

O advento dos bancos múltiplos acarretou o crescimento do número de instituições bancárias, que passou de 106 instituições no segundo semestre de 1988, para 232 instituições no primeiro semestre de 1993. As duas fases que atravessou o setor bancário em relação ao número de instituições em funcionamento no País irá nos permitir analisar o efeito sobre os índices de concentração decorrentes dessa variação.

3.6 Considerações Finais

O objetivo desse capítulo foi o de apresentar um panorama evolutivo do sistema financeiro nacional a partir das reformas implementadas na década de sessenta, com especial atenção nas modificações levadas a efeito com a Reforma Bancária.

A reformulação do sistema financeiro nacional era necessária com o intuito de torná-lo coadjuvante no processo de crescimento econômico que atravessava o País a partir da década de cinquenta. O sistema financeiro passou a não atender aos anseios da nova ordem econômica, servindo de ponto de estrangulamento no processo de crescimento, a partir da constatação de que o sistema não possuía instrumentos capazes de aprimorar as transferências inter-setoriais de recursos dentre os setores da economia, que então se impunham.

O conjunto de reformulações levadas a efeito objetivou segmentalizar o mercado financeiro com o intuito de propiciar à economia em crescimento a possibilidade de dispor de diversos instrumentos para a aplicação de recursos disponíveis e propiciar crédito sob as mais diversas formas e prazos de vencimento aos tomadores de recursos.

Até a promulgação da Constituição de 1988 o sistema financeiro funcionou baseado em ditames rígidos que, associados a diversos fatores, levaram a um processo de concentração bastante significativo, dentro da premissa de que tal concentração e conglomeração teria efeitos positivos no processo de intermediação financeira. O advento dos bancos múltiplos se deu com o intuito de adequar o setor

bancário à nova realidade do cenário econômico nacional, não trazendo, contudo, até o momento, possíveis efeitos desconcentradores.

4 A CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO : EVIDÊNCIA EMPÍRICA

O objetivo deste capítulo é o de fazer a medição e a análise do grau de concentração do setor bancário brasileiro utilizando-se de dados do universo de bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas, disponíveis através do Balanço Consolidado das Instituições Financeiras - COSIF. Em relação à metodologia escolhida para a aferição do grau de concentração, observações posteriores tentarão explicar o porquê da utilização dos três índices escolhidos para medir a concentração no setor; quais sejam: o de Gini, o de Theil e o de Herfindahl.

Baseado em estudos realizados a respeito do crescimento do setor bancário, que identificam a variável crescimento, inerente ao processo de concentração, com a variação no volume de depósitos e operações de crédito, optou-se por realizar a medição do grau de concentração tendo como base essas duas rubricas principais. A título de enriquecimento teórico decidiu-se por analisar os depósitos em suas duas formas mais significantes, ou seja, depósitos à vista totais e depósitos a prazo.

Por hipótese, pressupomos que, quanto maior a concentração nos depósitos, que são o principal lastro das operações ativas das instituições financeiras, maior será a concentração nas operações de crédito. Esta natural vinculação entre esses recursos pode ter desdobramento em relação à análise do Patrimônio Líquido. Por isso, como consequência da análise destes dois "fatores", buscou-se, ainda, estender a avaliação ao grau de riqueza das instituições financeiras, medido pelo Patrimônio Líquido das mesmas. Nesse sentido, nossa

hipótese é a de que, quanto maior o grau de concentração nos depósitos e operações de crédito, maior será a concentração da riqueza acumulada do setor bancário.

4.1 A Escolha das Medidas de Concentração

A escolha de um determinado índice para ser utilizado na medição do grau de concentração é uma questão até certo ponto difícil, na medida em que diversos estudos foram realizados com o intuito de mostrar a superioridade e mesmo a igualdade entre os índices. Pode-se afirmar, com segurança, que existe uma elevada correlação entre os índices utilizados nos estudos de concentração, sem que se possa destacar uma eventual superioridade de um determinado índice em relação aos demais. Entre os índices utilizados mais amiúde estão as "razões de concentração" - parcela das maiores firmas no mercado - e os Índices de Herfindahl, de Hirschman, de Niehaus, de Horvarth, de Entropia, de Gini e de Theil.

Desse grande número de índices de concentração pode-se medir com elevado grau de acuidade a concentração do setor bancário, mas antes de justificarmos a escolha dos índices antes mencionados para a realização desse trabalho, é conveniente tecer algumas observações acerca da questão da concentração em seus aspectos conceituais.

Como primeiro passo, parece necessário a distinção entre dois tipos de concentração, a concentração absoluta, , onde se estuda a proporção em que um pequeno número de empresas controla determinada faixa do mercado, sendo a taxa de concentração tão somente um ponto na curva de concentração que relacionaria a

participação acumulada da variável em análise em função do número de instituições. A taxa não seria representativa da distribuição total do tamanho das empresas, não mostrando, ainda, o tamanho relativo das maiores. Em resumo, a concentração absoluta é falha na medida em que não se utilizam todos os pontos existentes sobre a curva de concentração, o que dependendo do número de empresas utilizadas na análise do grau de concentração, pode vir a gerar resultados inconclusivos.

Esse argumento vem sendo colocado com empecilho à utilização das medidas de concentração absoluta, o que vem estimulando estudos acerca da medição do grau de concentração relativa, onde a compreensão da estrutura de um setor só é factível através do conhecimento de todas as empresas individuais que compõem o universo pesquisado, o que possibilita, como consequência, vantagens inerentes quando se realizam comparações temporais.

No caso desse estudo em particular, o melhor entendimento sobre a evolução do setor bancário não se dará com a utilização de índices de concentração que levam em consideração tão somente a participação de alguns bancos no total do setor, o que propiciaria uma visão distorcida da questão. Ele se dará, assim, com a escolha de um conceito de concentração que venha a abarcar com maior amplitude a totalidade dos bancos integrantes do sistema e não apenas considerando-se a parcela dominante do mercado. Tal procedimento propiciará uma síntese do formato de toda a curva de concentração.

No cálculo dos índices considerados nesse trabalho optou-se, conforme descrito, pelos Índices de Concentração de Gini, Theil e Herfindahl. Esses índices são bastante eficazes na análise da questão, na medida em que levam em conta em seus cálculos diversos fatores, entre os quais o número de bancos e a

variação no seu número e a participação relativa de determinada instituição no total do setor bancário. Uma descrição metodológica dos índices utilizados encontra-se detalhada no apêndice desse trabalho.

O primeiro índice utilizado no estudo da concentração bancária foi o Índice de Gini ²⁰, definido por:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n (q_{i-1} + q_i),$$

onde q_i significa a proporção acumulada do universo das instituições bancárias até um determinado extrato i , em relação à variável que se está levando em consideração, ou seja, operações de crédito, depósitos e patrimônio líquido; sendo n o número de instituições existentes no período considerado.

O Índice de Concentração de Gini mede, assim, o grau no qual a Curva de Lorenz se desvia da diagonal principal que representaria uma distribuição uniforme, onde a concentração seria nula. O Índice de Gini leva em conta o grau de desvio do tamanho dos bancos com respeito ao tamanho médio. Como limitação poderíamos citar o fato de não tomar em consideração separadamente o número total de bancos, o que em uma situação extrema de existência de apenas dois bancos de mesmo tamanho não indicaria concentração.

A interpretação do Índice de Concentração de Gini em relação ao setor bancário se dá da seguinte forma: se o índice for igual ou muito próximo de

²⁰HOFFMAN, Rodolfo; Estatística para Economistas, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1980.

zero, temos a indicação de não existência de concentração no setor bancário; se o índice for igual a um, o mercado estaria dominado por alguns poucos bancos.

A segunda medida utilizada foi o Índice de Theil. Para o entendimento do enfoque desenvolvido por Theil é necessário a compreensão de alguns conceitos, dentre os quais se destacam o "conteúdo informativo", a "entropia" e a "redundância". No apêndice que se segue a esse trabalho esses pontos estão melhor explicitados como forma de auxiliar no entendimento do mesmo.

O Índice de Theil ²¹ é definido da seguinte forma:

$$T = 1 - e^{-R},$$

onde R é a redundância. Dada uma distribuição qualquer e conhecido o valor da sua redundância, podemos achar a fração T do universo considerado que não teria participação na variável escolhida, se o total da variável em estudo fosse equitativamente distribuída entre as empresas restantes, mantendo-se constante o valor da redundância. Essa fração T, que é uma medida do grau de concentração da distribuição, é denominada Índice de Concentração de Theil.

A terceira medida do grau de concentração utilizada é o Índice de Concentração de Herfindahl ²², definido por:

$$H = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right)^2,$$

²¹Vide HOFFMAN, Rodolfo; op. cit.

²²Vide HOFFMAN, Rodolfo; op. cit.

e que consiste na soma dos quadrados da participação de cada banco no setor. O Índice de Herfindahl varia de zero até um, sendo igual a um quando existe a concentração máxima, ou seja, uma única instituição é responsável por 100% de um determinado setor. O Índice de Herfindahl assume valores perto de zero apenas quando o número de firmas é elevado e a variável econômica tem distribuição uniforme entre as instituições consideradas.

As principais características do Índice de Herfindahl estão melhor explicitadas no apêndice, mas podemos desde já evidenciar as seguintes características: ele aumenta na medida em que aumentam os desvios com respeito ao tamanho médio da firma e na medida em que diminui o número de bancos.

Este índice proporciona uma boa estimativa mesmo quando não se tem acesso à totalidade das informações acerca da variável analisada, o que não é o caso do presente estudo, sendo a razão pela qual tantos outros levados a efeito com relação à questão da concentração nos mais diversos setores têm utilizado esse indicador.

Utilizando-se da metodologia proposta para o cálculo dos índices de concentração de Gini, Theil e Herfindahl, procedeu-se à coleta de dados das instituições bancárias, incluídos bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas estaduais e Caixa Econômica Federal, considerando-se as instituições que apresentavam valores diferentes de zero em ao menos uma das seguintes contas: operações de crédito, depósitos à vista e depósitos a prazo. Na avaliação da concentração do patrimônio líquido das instituições financeiras, consideraram-se tão

somente aquelas que, constituídas, já estivessem em operação no mercado financeiro.

Com base nos balanços dessas instituições, consolidados nas posições de 30.06 e 31.12, procedeu-se à análise de uma série iniciada no 1º semestre de 1985, finalizando no 1º semestre de 1993. A adoção desse período se deu em função da disponibilidade de todos os dados necessários ao trabalho só ocorrer a partir de 1985, quando no âmbito do Banco Central do Brasil passou-se a acompanhar os balanços de todas as instituições financeiras.

A análise dos resultados obtidos, conforme tabelas anexas, indica aumento do grau de concentração, qualquer que seja o índice escolhido, ou qualquer das rubricas levadas em conta: operações de crédito, depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos totais e patrimônio líquido.

4.2 A Evolução da Concentração e a Conjuntura Econômica Brasileira

Com o intuito de esclarecer os fatores que influenciaram o comportamento da concentração bancária no País, elaborou-se, inicialmente, tópico relativo à análise da conjuntura econômica no período considerado, com a finalidade de traçar um paralelo entre as transformações ocorridas na economia brasileira e seus efeitos em relação à estrutura do sistema bancário nacional.

Com a finalidade de fazer análise de uma série histórica mais alongada em relação aos Índices de Concentração, optou-se por dar prosseguimento ao estudo levado a efeito no âmbito do Banco Central do Brasil no ano de 1985²³. Adotando-se a metodologia considerada então, calculou-se o Índice de Concentração de Herfindahl, prosseguindo-se a série histórica iniciada em 1964 até 1984, que foi estendida até o 1º semestre de 1992. Procedeu-se, ainda, às análises do Índice de Concentração de Herfindahl elaborado dentro dos parâmetros utilizados quando do cálculo dos Índices de Gini e Theil.

No anexo estatístico são apresentadas todas as tabelas e gráficos referentes aos resultados apresentados por esses índices.

O cenário econômico brasileiro tem passado nos últimos anos por modificações profundas que buscaram, de uma forma ou de outra, reordenar o sistema produtivo nacional, que se encontrava em grande desordem provocada pelas altas taxas anuais de inflação. Os setores que compõem a atividade econômica mostraram-se pouco estimulados de forma geral, com exceção do setor de serviços que tem apresentado taxas de crescimento no meio da crise.

O longo processo iniciado nos anos 30, visando o crescimento e o desenvolvimento do País, via processo de substituição de importações, contando, a partir de 1956, com a utilização maciça de poupanças externas - principalmente empréstimos externos - que financiaram gastos governamentais, enfrentou um processo de exaustão a partir de 1979 com a segunda crise do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais, agravado a partir de 1982 com as mudanças ocorridas no mercado financeiro internacional.

²³ PAIVA, Ronaldo F. & Outros; A Concentração dos Depósitos no Sistema Bancário Brasileiro 1964/1984, Banco Central do Brasil, 1985.

A economia brasileira se encontrou diante de um dilema: como continuar a financiar o crescimento econômico? Financiamento passou a ser a questão primeira da economia, principalmente devido à fragilidade do setor público e à diminuição da entrada de capitais estrangeiros no País. Essa fragilidade do setor público influenciou decisivamente o nível das taxas de juros e, conseqüentemente, a taxa de inflação.

As altas taxas anuais de inflação ocasionaram instabilidade política e econômica, instando os executores da política econômica a implementar uma série de planos de ajustamento macroeconômico, a exemplo do Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989 e Plano Brasil Novo em 1990, com o propósito de, simultaneamente, reassumir o controle sobre os preços e sobre o crescimento econômico.

A crise financeira do setor público acarretou grande desordem na economia brasileira, com influências sobre as taxas de juros e a taxa de inflação, apesar do instituto da correção monetária de preços e salários. A correção monetária não foi capaz de freiar distúrbios nos preços relativos, o que criou um componente inercial na taxa de inflação, onde a inflação presente é fruto da inflação passada, devido ao fato dos agentes econômicos praticarem ajustamentos de preços e salários considerando a inflação de períodos prévios. Todo esse processo de instabilidade econômica e política gerado pelas altas taxas de inflação levaram à adoção de planos de caráter heterodoxo.

Já em novembro de 1985, o Governo José Sarney aplicou um ensaio de choque fiscal com a finalidade de resolver o déficit financeiro nas contas

governamentais, principalmente, através do realinhamento das tarifas públicas. Esse realinhamento induziu a correções de preços em todos os setores da economia, tornando inócua a tentativa efetuada, e levando à adoção de medidas heterodoxas de controle da taxa de inflação - O Plano Cruzado, instituído em 28.02.86, pelo então Ministro Dílson Funaro ²⁴.

Esse plano de estabilização se destacava pela tentativa de reordenar a economia sem a adoção de políticas recessivas. As principais medidas adotadas pelo Plano Cruzado visando quebrar a inércia inflacionária e restaurar o crescimento econômico foram:

- a) criação de novo padrão monetário;
- b) congelamento de preços e salários;
- c) instituição de tablita a ser utilizada para retirar a inflação embutida nos compromissos assumidos por instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas, e para reduzir o déficit e a dívida pública;
- d) concessão de abono salarial;
- e) instituição de "gatilho" para proteger a massa salarial;
- f) manutenção da taxa de juros em patamares negativos, e;
- g) manutenção da taxa de câmbio fixa

Os resultados iniciais foram bastante promissores, com rápida elevação do nível da atividade econômica, do emprego e do salário real. Com a drástica redução do patamar da inflação, os aplicadores, em geral, julgaram que seus recursos estavam com nível de remuneração aquém do desejado, o que associado a outros fatores, entre os quais maior segurança em relação ao horizonte econômico,

²⁴Para maiores detalhes, consultar NASSIF, Luís; O Cruzado: por dentro do choque. São Paulo: Cultura 1986 e ASSIS, José Carlos; A sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

levou, conseqüentemente, a um acentuado processo de monetização na economia, que explicou a ampla expansão dos meios de pagamento (M1) e da demanda por bens e serviços.

Nesse período, a participação dos depósitos à vista sobre os depósitos totais chegou a ser de 66,72% conforme tabela XI anexa.

A ocorrência de distorções no percurso do Plano Cruzado obrigou o Governo Federal a adotar medidas corretivas a partir de julho de 1986, tendo sido criados empréstimos compulsórios sobre o consumo de combustíveis, aquisição de automóveis e viagens internacionais. Tencionava-se, com isso, elevar a arrecadação do Tesouro, objetivando-se a implementação de programas de crescimento com justiça social.

O aumento potencial da arrecadação do Tesouro Nacional não foi seguido de corte nos gastos governamentais que poderiam possibilitar equilíbrio orçamentário, o que somado a desequilíbrios no *front* externo e a desvirtuamentos variados, dentre eles a cobrança generalizada de ágio na aquisição de bens e na prestação de serviços, minaram qualquer eventual possibilidade de sucesso desse plano de estabilização econômica.

A situação se agravava continuamente até que, em meados daquele ano, foi promovido um realinhamento de preços de determinados produtos, e adotadas medidas visando ampliar a poupança interna, reduzir o déficit público e incrementar as exportações. As medidas, entretanto, não alcançaram o êxito esperado. Já no início de 1987, o governo se deparou novamente com

estrangulamentos macroeconômicos, que ensejaram, também, decretação de moratória sobre o pagamento dos encargos da dívida externa.

No período de adoção do Plano Cruzado, a inflação foi reduzida a menos de 10% ao mês durante os dez primeiros meses, ocasionando efeitos diretos sobre o *modus operandi* do sistema financeiro nacional. Em relação à questão da concentração bancária era de se esperar que os agentes econômicos se comportassem de maneira a diluírem suas aplicações por conta do aumento do fator segurança na economia como um todo. Essa diluição era esperada, pois, em um primeiro momento, os agentes, além de aumentarem sua preferência pela liquidez, pulverizaram seus depósitos nas instituições financeiras, consequência da maior confiança no novo horizonte econômico.

Em relação ao crédito, podia-se esperar aumento real nas operações de crédito firmadas, como efeito do aumento observado nos depósitos à vista e das mudanças no cenário econômico com a adoção do plano de estabilização. A concentração nas operações de crédito aumentou ao se considerar todos os bancos e diminuiu ao não se levar em conta o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o que demonstrou elevação da participação relativa dessas duas instituições financeiras oficiais como prestadoras de recursos, que detinham 43,44% do volume total das operações de crédito no 2º semestre de 1986, o que bem demonstra as características operacionais dessas duas instituições, mais afeitas às resoluções emanadas do Governo Federal, do que à diminuição dos riscos inerentes ao empréstimo de recursos.

Deve-se reportar que a elevada expansão real do crédito atendeu, preferencialmente, à demanda de empresas de pequeno porte, que foram estimuladas pela redução das taxas de juros nominais ²⁵.

O agravamento do quadro econômico levou à substituição do Ministro Dílson Funaro por Luís Carlos Bresser Pereira em abril de 1987; que em face aos desequilíbrios econômicos, tanto interno quanto externo, adotou um segundo plano de estabilização econômica - Plano Bresser.

A adoção desse plano se tornou imperativa, pois a redução drástica dos juros nominais, ocorrida durante 1986, levou a um rápido declínio da poupança financeira e das reservas cambiais, com aumento do consumo, sem que tenha havido equivalente contrapartida no nível de investimento do setor privado.

Esses fatos, associados à questão do déficit público que continuava a encorajar as expectativas inflacionárias, levaram a economia a conviver com a ameaça simultânea de hiperinflação e recessão.

No plano de estabilização adotado pelo Ministro Bresser Pereira, foram inseridas medidas estabilizadoras de curto prazo, consubstanciadas em um congelamento temporário de preços, acompanhado por uma flexibilização não rígida, porém controlada; minidesvalorizações cambiais e reforma institucional das finanças públicas; salários com reajustes considerando-se médias quadrimestrais de inflação. Tratava-se de uma política ortodoxa com conotações heterodoxas, onde o destaque era a redução da demanda agregada através de uma política monetária mais restritiva, procurando-se a redução do déficit público.

²⁵BANCO CENTRAL DO BRASIL; Relatório Anual - 1986.

O efeito direto dessas medidas sobre os empréstimos do sistema financeiro foi de redução real de 14,1% em relação ao volume de operações de crédito contraídas no ano de 1986.

Sobre os depósitos à vista e a prazo, os efeitos, como se podia esperar, foram de desmonetização da economia, o que pode ser comprovado comparando-se a participação dos depósitos à vista sobre o total de depósitos (depósitos à vista + depósitos a prazo), que passou de 66,72% no 1º semestre de 1986, para 49,36% no 2º semestre de 1987, conforme tabela XI anexa.

Com relação aos índices de concentração de operações de crédito, constatou-se aumento no 1º semestre de 1987 nos índices de concentração de Gini e Theil, ao se considerar todos os bancos, e queda ao se desconsiderar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, ou seja, a importância relativa dessas duas instituições aumentou. Tal fato pode ser entendido se for levado em conta que o retorno da inflação e a subsequente redução dos depósitos à vista fez com que as instituições financeiras passassem a ter suas captações oneradas por taxas de juros crescentes, deteriorando as condições financeiras dos tomadores de empréstimos. O Governo Federal agiu no sentido de criar linhas de crédito para as instituições financeiras e programas de refinanciamento às pequenas e médias empresas (via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, principalmente). No 2º semestre de 1987, ocorreu exatamente o contrário, mas com variações mínimas nos índices de concentração.

Em relação aos depósitos totais, o comportamento daqueles índices foi similar ao observado para as operações de crédito. No 1º semestre de 1987, o Banco do Brasil sozinho detinha 30,72% dos depósitos totais contra 39,34% no 2º

semestre de 1987, sendo que no 2º semestre de 1986 participava com apenas 23,57%. Em resumo, no 1º semestre de 1987 a participação do Banco do Brasil no âmbito dos depósitos totais cresceu bastante, o que explica o crescimento dos índices. No 2º semestre de 1987 ocorreu exatamente o contrário, o crescimento dos depósitos totais nos maiores bancos, excluídos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, foi maior que o crescimento verificado nessas duas instituições, conforme pode ser visto nas tabelas IV e IX anexas.

Apesar de todas as medidas adotadas no plano de estabilização, os resultados ficaram aquém do esperado, com a inflação mantendo-se abaixo de 10% por mês somente nos primeiros quatro meses.

Esses resultados adversos levaram à substituição do Ministro Bresser Pereira por Mailson da Nóbrega em dezembro de 1987. O primeiro ano da sua administração foi marcado pelo objetivo primordial de evitar a hiperinflação procurando-se atacar o déficit público. A ineficácia de se evitar a aceleração da inflação acabou levando o Governo Sarney a implementar um terceiro plano de estabilização econômica: o Plano Verão, em janeiro de 1989.

Mais uma vez se contemplou, basicamente, o congelamento de preços, salários e câmbio, com medidas de desindexação da economia e de ajuste fiscal de forma incipiente, além de maiores restrições na área monetária. Medidas foram adotadas para o controle do nível de liquidez da economia, que deveria ser mantido dentro de limites consistentes com as metas do plano.

A intervenção nos mecanismos de formação de preços não foi suficiente para evitar o retorno das altas taxas de inflação vigentes após o

descongelamento, demonstrando a impotência desse artifício em conter o ritmo de inflação, se adotado fora de um contexto mais amplo de ajuste econômico.

A manutenção de uma política monetária baseada na elevação da taxa de juros reais, procurava evitar maior aceleração do processo inflacionário, mas acabava não provocando sua estabilização, por ausência de uma política fiscal efetiva e atuante.

O Plano Verão não logrou os resultados esperados, tendo a taxa de inflação se mantido abaixo de 10% ao mês somente nos 3 primeiros meses. A aproximação das eleições presidenciais, com o conseqüente fim do Governo Sarney, induziu os agentes econômicos e o próprio Governo Federal a ir administrando a economia sem maiores expectativas de reversão da inflação ou de um maior ordenamento do quadro econômico.

Durante esses dois anos, 1988 e 1989, os índices de concentração das operações de crédito em Gini e Theil cresceram, quer se exclua o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal ou não, com leve queda na participação relativa desses dois bancos no conjunto das operações de crédito concedidas. As taxas de inflação elevadas, o cenário econômico incerto, as taxas de juros reais em níveis elevados, e a recessão, servem para explicar essa seletividade cada vez maior para a concessão de empréstimos por parte das instituições financeiras.

Convém ressaltar que durante esses dois anos, os três principais bancos atuantes no setor de empréstimos eram oficiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado de São Paulo. O setor foi palco de tal

concentração que, no 2º semestre de 1989, a Caixa Econômica Federal respondia por 46,59% de todos os créditos concedidos.

Em relação aos depósitos totais, o comportamento dos índices de concentração foi similar ao observado em operações de crédito, com crescimento elevado dos índices.

O ano de 1990 se iniciou em meio a um período de estagnação do investimento agregado da economia e dentro de um processo de expansão dos índices inflacionários, em um ambiente de incertezas quanto à política econômica a ser seguida a partir de 15 de março pelo governo eleito em 1989, do Presidente Collor de Melo.

A nova equipe econômica diagnosticou que a inflação vinha sendo sustentada pelo flagrante desequilíbrio orçamentário do setor público e realimentada pela indexação da economia. A questão da estagnação do processo de acumulação da capacidade produtiva foi entendida como resultante da excessiva participação do Estado na economia.

Adotaram-se, simultaneamente, dois programas, um de ajustamento da economia e o outro de reformas estruturais ²⁶.

No campo do ajustamento econômico decidiu-se pela inconvertibilidade temporária de significativa parcela dos haveres financeiros que, por amplamente indexados e prontamente disponíveis, impossibilitavam qualquer tentativa de estabilização.

²⁶Para maiores detalhes consultar Plano Collor (Avaliações e Perspectivas) da Revista Brasileira de Economia, v. 45 Número Especial Jan. de 1991 FGV.

No campo dos salários e preços optou-se por um congelamento com novas feições, onde se previam repactuações periódicas de acordo com a inflação prevista.

Essas medidas tiveram duas conseqüências imediatas: redução brutal do poder de compra da população, e significativo alongamento do perfil da dívida interna federal, com conseqüente redução dos juros.

Paralelamente a esse alongamento do perfil da dívida interna federal, procurou-se reorganizar financeiramente o Estado, ampliando-se as bases de tributação, buscando-se maior eficiência na arrecadação, via, entre outros, o fim do anonimato nas transações econômicas e financeiras. Procedeu-se à reforma patrimonial e administrativa, além da suspensão dos benefícios fiscais e subsídios.

A inflação reduziu-se, num primeiro momento, tendo sido de menos de 10% ao mês somente nos dois primeiros meses, mas acelerou nos últimos meses do ano. Esse recrudescimento, fruto de indexação velada existente por conta das peculiaridades da economia brasileira - oligopolizada e com alta concentração de renda - mostrou que a inflação resistiu a declinar e estava sujeita a variações por conta de choques de oferta.

Em relação à política de crédito, todas as medidas adotadas após o Plano Brasil Novo pautaram-se pela necessidade imediata de combate à inflação, assumindo que em uma etapa posterior surgiriam condições de incentivo às atividades produtivas e comerciais. Houve um drástico corte nos montantes de

crédito disponíveis, tanto em relação a pessoas físicas como para financiamento de investimentos e custeio de atividades empresariais.

Neste ano os índices de concentração de Gini e Theil demonstraram uma leve concentração no primeiro semestre, seguida de leve desconcentração no segundo, tendo a participação relativa do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal declinado quase que imperceptivelmente.

Em relação à evolução da oferta monetária, assistiu-se a um processo de monetização da economia, logo após a decretação do plano de estabilização, com os depósitos à vista atingindo 41,41% dos depósitos totais no primeiro semestre de 1990, passando para 32,63% no segundo semestre daquele ano. Destaque-se, nesse período, o enxugamento de liquidez que ocorreu como consequência do confisco levado a efeito nessa época.

O comportamento da concentração dos depósitos totais foi inverso ao das operações de crédito. No primeiro semestre ocorreu um processo de desconcentração, com a manutenção da participação relativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no somatório dos depósitos totais; só que em patamar inferior àquele verificado no primeiro semestre de 1990.

Todas as medidas adotadas pelo Plano Brasil Novo tiveram como resultado o recrudescimento do processo recessivo, sem que a taxa de inflação diminuísse acentuadamente. Contribuíram para esse quadro, ainda, a péssima performance do setor agrícola e o impasse no processo de renegociação da dívida externa.

Em janeiro de 1991 novas medidas econômicas foram adotadas com o intuito de incrementar e complementar as mudanças efetivadas anteriormente. As principais foram a extinção da indexação da economia, fim das aplicações de "overnight" para pessoas físicas e empresas não financeiras, a criação do Fundo de Aplicação Financeira - FAF e da Taxa Referencial - TR²⁷, além da proibição de contratos incluindo artigos relacionados à correção em períodos menores do que seis meses. Procurava-se, assim, quebrar a inércia do processo inflacionário, acabando com a ciranda de especulação financeira, procurando canalizar recursos de curto prazo para o financiamento da capacidade produtiva.

O comportamento do crédito a partir de 1991 refletiu-se nos índices de concentração de Gini e Theil no sentido de elevar o grau de concentração das operações de crédito de uma maneira uniforme e constante, com leve queda na participação relativa do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal no total de operações de crédito.

Em relação aos depósitos totais, constatou-se um aumento na participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no total de depósitos, denotando uma maior participação dessas instituições no conjunto de depósitos à vista e a prazo.

²⁷A TR representa média das taxas pagas pelas principais instituições captadoras aos que investem em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Recibos de Depósitos Bancários - RDB.

4.3 Aspectos Gerais da Análise da Concentração

4.3.1 O Comportamento das Operações de Crédito entre 1.985 e 1.993

A análise conjunta dos índices de concentração de Gini e Theil calculados para todos os bancos mostrou que ambos apresentaram crescimento: Gini variou +16,22% (0,76575 - 0,88997) e Theil +22,44% (0,73260 - 0,89700), como pode ser visto na tabela I anexa.

Dois fatores que influenciam esses índices alteraram-se significativamente no período: o número de instituições bancárias, que passou de 110 para 232, e a participação relativa do maior banco e dos quatro maiores bancos, conforme pode ser visto nas tabelas VI e XIII anexas.

O maior banco, que no 1º semestre de 1985 participava com 20,83% do total das operações, finalizou o 1º semestre de 1993 com 24,12%, atingindo um máximo de 46,59% no 2º semestre de 1989. Já os quatro maiores bancos passaram de 45,21% para 55,93% no mesmo período, com máximo de 67,69% no 2º semestre de 1989.

Deve-se atentar que o crescimento na quantidade de instituições não implica necessariamente em redução nos índices de concentração, apesar da aparente e natural tendência a se pensar nesse sentido, considerando-se que eles entrariam no mercado já plenamente estabelecidos e participando de igual para igual da divisão do mercado com os que nele já estavam estabelecidos. Isso não

corresponde à realidade, pois novos bancos, geralmente, operam no início de suas atividades em escala inferior à média do mercado, e, portanto, em um primeiro momento não contribuem para desconcentrá-lo.

Com o advento da Resolução nº 1.524, de 21.09.88, do Conselho Monetário Nacional, que criou os bancos múltiplos, diversas instituições financeiras optaram por essa forma de organização. Algumas delas não possuíam carteira comercial, ou somente passaram a operar a partir de então com esse tipo de atividade, ainda que de forma incipiente. Essa é a razão pela qual, mesmo com o crescimento observado no número de instituições, não se registrou declínio nos índices de concentração.

Na análise dos índices de Gini e Theil, calculados excluindo o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, também constatou-se crescimento de ambos. O índice de Gini elevou-se 20,36% (0,68957 - 0,82998), do 1º semestre de 1985 ao 1º semestre de 1993, e o índice de Theil cresceu 34,07% (0,59772 - 0,80135), no mesmo período, como pode ser visto na tabela I anexa.

Essa análise específica justifica-se pelo fato do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal serem as duas maiores instituições em volume de operações de crédito, conforme consta em tabela VI anexa, e estarem sujeitas às peculiaridades próprias de instituições financeiras oficiais.

Pela análise da tabela I anexa, a partir do 1º semestre de 1990, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal diminuíram suas influências sobre as operações de crédito realizadas no setor financeiro, diminuindo a concentração do mercado e perdendo participação em relação ao total. Entre o 2º semestre de 1987 e

o 2º semestre de 1989, os dois bancos tiveram em média 51,77% do volume total das operações de crédito. Do 1º semestre de 1990 ao 1º semestre de 1993, a participação média declinou para 45,25%.

4.3.2 O Comportamento dos Depósitos à Vista entre 1.985 e 1.993

Da análise da concentração dos índices de Gini e Theil em relação aos depósitos à vista dos bancos depreende-se um comportamento similar ao das operações de crédito, com crescimento final de 3,68% do índice de Gini (0,87842 - 0,91078) e queda de 0,98% do índice de Theil (0,89789 - 0,88913), apesar das grandes oscilações ocorridas no período.

A participação relativa do maior banco oscilou de 48,20%, no 1º semestre de 1985, para 20,48%, no 1º semestre de 1993, com ápice de 53,74% no 2º semestre de 1987. Considerando-se os quatro maiores bancos essa relação variou de 66,34% para 48,91% entre os primeiros semestres de 1985 e o de 1993, sendo o pico de 74,27% no 2º semestre de 1989.

No mesmo período, 1985/93, os índices de Gini e Theil, calculados sem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, apresentaram crescimento mais acentuado. O índice de Gini variou +13,85% (0,78995 - 0,89934) e o índice de Theil +16,73% (0,74768 - 0,87279), conforme tabela II anexa.

A tabela II anexa, referente ao comportamento dos depósitos à vista, mostra que no período 1º semestre 1985 - 1º semestre 1988, os índices tiveram leve

aumento, e que a partir do 2º semestre de 1988 as curvas desses índices descreveram trajetórias bastante aproximadas das curvas representativas de todos os bancos: acentuado crescimento, pequeno decréscimo e tendência à estabilização.

Ao analisar-se as tabelas II e VII anexas, percebe-se que a partir do 1º semestre de 1989 diminuiu a distância entre as curvas que representam os índices de concentração com e sem Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Pode-se interpretar, portanto, que houve perda de participação dos dois bancos em relação ao total. Os volumes de depósitos à vista que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal possuíam, não mais influenciavam os níveis de concentração do mercado como em períodos anteriores.

O Banco do Brasil, instituição líder em volume de depósitos à vista durante todo período analisado, apresentou redução do valor semestral médio de participação relativa. De 39,30%, do 1º semestre de 1985 ao 2º semestre de 1988, para 23,48%, do 1º semestre de 1989 ao 1º semestre de 1993.

4.3.3 O Comportamento dos Depósitos a Prazo entre 1.985 e 1.993

Em relação aos depósitos a prazo também detectou-se aumento dos índices de concentração. O índice de Gini variou +13,27% (0,75746 - 0,85801) e o índice de Theil +28,68% (0,67505 - 0,86867), embora tenham apresentado oscilações durante o período, conforme tabela III anexa.

A participação relativa do maior banco cresceu de 7,91% para 29,04%, do 1º semestre de 1985 ao 1º semestre de 1993, com máximo de 26,06% no 1º semestre de 1990. Considerando-se os quatro maiores bancos essa relação variou de 28,81% para 49,41% entre os primeiros semestres de 1985 e 1993, sendo o máximo de 51,49% no 2º semestre de 1989.

Observando-se os índices encontrados quando excluídos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, verificou-se também elevação da concentração, embora em percentuais mais baixos que os encontrados para todos os bancos. O índice de Gini variou +4,66% (0,75925 - 0,79465) e o índice de Theil +11,28% (0,67766 - 0,75410).

A tabela III anexa apresenta, no período 1985-93, inicialmente queda nos índices de concentração, depois acentuada elevação até o pico no 1º semestre de 1990, pequena redução, e novo crescimento com tendência à estabilização.

Com exceção do 1º semestre de 1985, sempre o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal lideraram o *ranking* dos detentores de depósitos a prazo. Essa constatação merece ser enfatizada em função do motivo que levou a maior concentração das captações de recursos privados por parte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O objetivo final de todo esse esforço dispendido com o intuito de cooptar recursos privados era, em última análise, o de financiar os gastos governamentais, quer de forma direta através de inversões em obras públicas, quer de forma indireta através de operações com títulos públicos federais, ajudando, assim, a financiar a dívida pública federal. Ressalte-se, nesse sentido, conforme anteriormente mencionado, o papel que passou a desempenhar o setor financeiro como um todo em relação à questão do financiamento da dívida pública federal. Em

BCME - BIBLIOTECA

resumo, em relação aos seus dois maiores agentes financeiros, o Governo Federal passou a utilizá-los de forma a permitir o financiamento do déficit público e para a manutenção de seus gastos além da capacidade de geração de recursos via arrecadação de impostos, taxas e contribuições.

As tabelas III e VIII mostram, ainda, que houve um distanciamento dos valores ao longo do período; em outras palavras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentaram sua participação relativa, de modo que, quando compara-se as tabelas referenciadas percebe-se que são menores os índices de concentração quando os consideramos. Tanto assim que o valor médio de participação relativa do maior banco nos períodos 2º semestre 1985 - 1º semestre 1989 e 2º semestre 1989 - 1º semestre 1993, subiu de 15,49% para 23,79%.

4.3.4 O Comportamento dos Depósitos Totais entre 1.985 e 1.993

Os depósitos totais são a soma dos depósitos à vista com depósitos a prazo. Na tabela XI anexa pode-se observar sua composição ao longo do período 1985/93. Percebe-se que neste período ocorreram grandes variações nas participações relativas dos depósitos à vista e a prazo. As alterações dos níveis inflacionários que ocorreram de 1985/93, como efeito dos diversos planos de estabilização econômica implementados, tiveram significativa influência nessas variações. Como era de se esperar, o volume dos depósitos à vista apresentou comportamento inverso ao da inflação, enquanto os depósitos a prazo variaram no mesmo sentido. Quanto maior a inflação menor o volume dos depósitos à vista e maior o de depósitos a prazo, medidos em termos reais.

No Plano Cruzado, por exemplo, a participação dos depósitos à vista atingiu elevados valores: 66,72% no 1º semestre de 1986 e 58,18% no 2º semestre de 1986; enquanto os depósitos a prazo responderam por 33,28% e 41,82% dos depósitos totais.

No 2º semestre de 1989, final do Governo Sarney, verificou-se a maior taxa de inflação semestral do período 1985/89, 687,10%, e a menor participação, até então, dos depósitos à vista, 26,89%.

O Plano Collor, que derrubou a inflação por poucos meses, e acarretou, conseqüentemente, a elevação da participação dos depósitos à vista que passaram para 41,41% do total. Com o subsequente recrudescimento da inflação, o peso dos depósitos à vista nos depósitos totais foi caindo até atingir 8,66% no 1º semestre de 1993 - nível mais baixo de todo o período, contra 91,34% dos depósitos a prazo.

Assim, como elevaram-se as concentrações dos depósitos à vista e a prazo, os índices de Gini e Theil, calculados para todos os bancos em relação aos depósitos totais, cresceram, respectivamente, 8,02% (0,79768 - 0,86168) e 13,59% (0,76494 - 0,86888), como pode ser visto na tabela IV anexa.

A participação relativa do maior banco passou de 25,06% para 27,05% do 1º semestre de 1985 ao 2º semestre de 1993, com máximo de 39,34% no 2º semestre de 1987. Considerando os quatro maiores bancos essa relação foi de 44,76% e 49,08%, com máximo de 53,93% no 2º semestre de 1989.

O comportamento dos depósitos totais apresenta como fato mais significativo a elevação de patamar dos índices de concentração, ocorrida a partir do 2º semestre de 1989. Desde então eles permaneceram praticamente estabilizados.

Os índices de Gini e Theil calculados excluídos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal revelaram comportamento semelhante aos encontrados para todos os bancos. O índice de Gini variou +6,72% (0,75254 - 0,80312) e o índice de Theil +13,60% (0,67379 - 0,76544), segundo tabela IV anexa.

O comportamento mostra, em linhas gerais que inicialmente houve declínio da concentração até o 2º semestre de 1987, elevação daí até o 1º semestre de 1990, novo declínio no 1º semestre de 1990 e a partir daí pequenas oscilações com tendência à estabilização.

Esse comportamento pode ser explicado pelos seguintes fatos: até 1987, pelo crescimento das participações dos três maiores bancos seguintes ao Banco do Brasil; a partir do 1º semestre de 1988, pelo significativo aumento do número de bancos, além do crescimento nas participações dos maiores bancos seguintes ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal; e, finalmente, do 2º semestre de 1990 até o 1º semestre de 1993, pelos efeitos opostos do pequeno crescimento do número de bancos e da redução das participações dos maiores bancos considerados.

Em relação às instituições líderes dos segmentos analisados vê-se que o Banco do Brasil liderou o *ranking* de depósitos totais do 1º semestre de 1985 ao 2º semestre de 1989, quando a Caixa Econômica Federal assumiu a primeira colocação, mantendo-a até o final do período sob análise, fruto da política adotada

pelo Governo Federal com o intuito de privilegiar a captação de recursos privados através de suas instituições financeiras, com o objetivo de financiar seus gastos diretos, e, em última análise, a dívida pública federal.

Os gráficos X e XI anexos mostram que, desconsiderando o período compreendido entre o 2º semestre de 1986 e o 1º semestre de 1988, as curvas representativas dos índices de concentração de Gini e Theil tiveram trajetórias semelhantes, incluídos ou não o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. No citado período ocorreu o maior hiato entre as duas curvas, precisamente no 2º semestre de 1987. Nesse semestre, essas duas instituições juntas possuíam 42,34% do mercado, o que fez com que a concentração medida para todos os bancos fosse bastante superior àquela obtida excluídos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

4.3.5 O Comportamento dos Patrimônios Líquidos entre 1.985 e 1.993

Pela análise dos índices de Gini e Theil para todos os bancos em relação aos patrimônios líquidos, constatou-se que entre o 1º semestre de 1985 e o 1º semestre de 1993 os índices mantiveram-se praticamente constantes, tendo Gini variado - 2,09% (0,85674 - 0,83881) e Theil - 1,10% (0,86710 - 0,85758), apesar das oscilações ocorridas no período, conforme tabela V anexa.

A participação relativa do maior banco (Banco do Brasil durante todo o período) oscilou de 38,18% no 1º semestre de 1985, para 25,85%, no 1º semestre de 1993, com máximo de 38,55% no 1º semestre de 1986. Para os quatro

maiores bancos esta relação variou de 65,77% (valor máximo) para 49,88%, entre o 1º semestre de 1985 e o de 1993.

No mesmo período, 1985/1992, os índices de Gini e Theil, calculados excluídos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cresceram de forma mais acentuada. Gini variou + 5,33% (0,75186 - 0,79191), e Theil + 11,26% (0,70032 - 0,77918).

A tabela V anexa mostra que, no período compreendido entre o 1º semestre de 1985 e o 2º semestre de 1988, os índices declinaram, sendo que os índices tornaram a crescer a partir de então até o 1º semestre de 1993.

Pela análise do comportamento dos patrimônios líquidos, percebe-se que diminuiu a participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no total, pois a distância entre as curvas que representam os índices de concentração considerando todos os bancos e aquelas que não consideram esses dois bancos, reduz-se ao longo do período. Os dois bancos juntos detinham valores equivalentes a 51,52% do total dos patrimônios líquidos no 1º semestre de 1985, e apenas 34,74% no 1º semestre de 1993.

Deve-se observar que para a análise da concentração relativa aos patrimônios líquidos, foram consideradas apenas as instituições financeiras que apresentavam patrimônio líquido positivo, pois a não adoção desse procedimento simplesmente impossibilitaria o cálculo dos índices de concentração, e que detinham valores em ao menos uma das variáveis analisadas: depósitos à vista, depósitos a prazo e operações de crédito, pois procurou-se quantificar a influência no grau de concentração do mercado bancário, daquelas instituições que efetivamente se

encontravam em operação, não se considerando instituições financeiras que efetivamente autorizadas a funcionar, por diversos motivos, não se encontravam, até então, em pleno funcionamento, disponibilizando para o mercado qualquer uma das atividades bancárias aqui analisadas, operações de crédito, depósitos à vista e depósitos a prazo.

4.4 Análise do Índice de Concentração de Herfindahl entre 1.964 e 1.993

Outro índice de concentração passível de utilização neste trabalho é o índice de Herfindahl. Optou-se por fazer a análise sobre o seu comportamento de maneira isolada com o intuito de confrontar e prosseguir até o primeiro semestre de 1993, a série histórica desse índice de 1964 até 1984, que faz parte de trabalho desenvolvido no âmbito do Banco Central do Brasil ²⁸, sobre o grau de concentração dos depósitos totais no Sistema Bancário Brasileiro; e com o intuito de verificar as mudanças em termos de concentração/desconcentração ocorridas a partir do advento dos bancos múltiplos em 1988.

No trabalho em tela, optou-se pela utilização do índice de Herfindahl por esse considerar o número total de empresas no setor e a distribuição dos recursos entre elas. Em resumo, estas são as principais características desse índice: levar em conta o número total de empresas de determinado setor e, considerar o tamanho relativo delas, ou seja, a participação relativa de cada uma.

²⁸PAIVA, Ronaldo Fonseca de, Outros; A Concentração dos Depósitos no Sistema Bancário Brasileiro - 1964/1984; Banco Central do Brasil, 1985.

Com o intuito de simplificação, utilizou-se o valor dos trinta e seis maiores bancos (trinta e cinco bancos ao se excluir o Banco do Brasil), sendo o restante agrupado como se fosse um único banco. A exclusão do Banco do Brasil se deu em razão da sua significativa participação no sistema bancário, tornando-se necessário verificar sua isoladamente influência em termos de concentração global.

Com a finalidade de ampliar a análise desenvolvida, optou-se por se efetuar os cálculos dos índices de concentração de Herfindahl de duas maneiras diferentes: mantendo-se a metodologia utilizada no trabalho citado; e, procedendo-se ao cálculo considerando cada instituição financeira como fator influenciador dos índices.

Tal medida serve a dois propósitos: analisar o comportamento deste índice em uma série maior, de 1964 até o 1º semestre de 1993, e efetuar o cálculo do índice de uma maneira mais acurada do ponto de vista estritamente técnico.

Dado o caráter mais abrangente dos cálculos efetuados para o período 1964/1993, faz-se a seguir uma análise mais detalhada do comportamento do índice de concentração de Herfindahl, segundo a primeira metodologia citada.

Da análise do período 1964/1984, constata-se redução neste índice de concentração de Herfindahl, que passou de 0,25026 para 0,08833, incluído o Banco do Brasil, e de 0,10707 para 0,06892, ao excluí-lo, como pode ser visto na tabela XII anexa. Nesse período três momentos distintos merecem ser destacados:

- De 1964 até 1966, quando observou-se aumento do índice de concentração que passou para 0,28893, incluído o Banco do Brasil, e 0,11024, excluindo-o, sendo o maior índice observado em toda a série.

- De 1966 até 1978, quando ocorreu tendência homogênea de redução do índice, que passou para 0,08027, Banco do Brasil incluído, e 0,04889, sem considerá-lo.

- Após 1978, quando verificou-se comportamento menos homogêneo dos índices, com oscilações anuais, mas com redução ao final do período, passando em 1984 para 0,08833, com o Banco do Brasil, e 0,06892, ao desconsiderá-lo.

Todo esse processo de concentração/desconcentração foi claramente reflexo das modificações passadas pela economia brasileira no período estudado.

No início, as mudanças da política econômica governamental com o intuito de reverter o processo inflacionário da época (1964/1966), resultaram em recessão na economia, que associada à reformulação do sistema financeiro, tiveram reflexo imediato no aumento dos índices de concentração.

A desconcentração observada a seguir foi fruto, basicamente, da diminuição da participação do Banco do Brasil nos depósitos totais e o conseqüente aumento da participação dos demais bancos no total, embora não no mesmo patamar. Isso aconteceu devido ao próprio desenvolvimento do sistema financeiro, com o surgimento dos grandes conglomerados, fato que elevou o nível de concorrência no sistema, onde o Banco do Brasil mantinha, até então, posição de quase primazia.

Prosseguindo a avaliação do índice de concentração de Herfindahl, utilizando-se a mesma metodologia adotada, pode-se estender a análise para data mais atual, com a vantagem de ter-se uma série histórica que permite vislumbrar os efeitos das mudanças no quadro econômico.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, após 1984, a concentração cresceu em ambos os casos (com ou sem Banco do Brasil). O crescimento, ao se incluir o Banco do Brasil, foi da ordem de 34,50% e, ao excluí-lo, de 94,02%, finalizando com 0,11880 e 0,13377, respectivamente, ao final do 1º semestre de 1993.

Conforme visto, o índice de concentração sem levar em conta o Banco do Brasil superou o índice de concentração que o inclui. Isso ocorreu entre o 2º semestre de 1989 e o 1º semestre de 1990 e refletiu, sem dúvida, a perda da participação relativa do Banco do Brasil no total de depósitos à vista.

No 1º semestre de 1985, o Banco do Brasil detinha 25,06% dos depósitos totais do sistema bancário brasileiro. No 2º semestre de 1987, verificou-se a maior diferença entre os índices de concentração calculados com e sem Banco do Brasil (0,17583 e 0,05718, respectivamente). Nesse semestre o Banco do Brasil detinha 39,34% dos depósitos, o que explicou o pico no índice de concentração.

A partir do 1º semestre de 1990 verificou-se mudança na liderança das instituições, tendo a Caixa Econômica Federal superado o Banco do Brasil nos depósitos totais. Nesse semestre, a Caixa Econômica Federal passou a deter 18,05% dos depósitos totais e o Banco do Brasil 10,51%. No final da série, esse

comportamento se manteve, com participação de 22,54% para a Caixa Econômica Federal e de 10,93% para o Banco do Brasil, que detinha 46,7% do total dos depósitos em 1964.

Essa redução explica a inversão nos índices, ocorrida a partir do 1º semestre de 1990, com o índice de todos os bancos inferior ao índice obtido desconsiderando o Banco do Brasil.

Isso foi fruto da política governamental implementada para os bancos oficiais que, a partir de um determinado momento, foi direcionada com vistas a privilegiar a Caixa Econômica Federal que apresentava problemas estruturais passando a desempenhar, também, papel de importante instrumento do Governo Federal na área de investimentos.

Além disso, constatou-se o crescimento ocorrido em algumas outras instituições bancárias, quer privadas, quer públicas estaduais, que aumentaram consideravelmente suas participações no total dos depósitos do sistema bancário. Isso foi resultado de incentivos levados a efeito a nível federal, que induziram a verticalização dos bancos, via fusões e incorporações, para que formassem conglomerados financeiros.

Outros efeitos benéficos para essas instituições foram: redução dos custos operacionais das grandes instituições, postura mais agressiva em termos de captação de depósitos e economias de escala, que permitiram utilização maciça de equipamentos de informática, como foi o caso de dois grandes bancos privados nacionais, o Banco Bradesco e o Banco Itaú. Em relação a este último banco, resalte-se a implantação de empresa de informática própria (ITAUTEC) criada com

o intuito de atender as necessidades no campo de informática detectadas pelo banco comercial detentor do capital social da empresa e, em um segundo momento, para a venda de equipamentos e *softwares* desenvolvidos tendo como cliente a indústria bancária brasileira. As instituições financeiras oficiais não tiveram acesso, em um primeiro momento, à utilização de equipamentos de informática, entendidos aqui como equipamentos disponibilizados aos clientes nas agências bancárias oficiais.

Procedeu-se, também, aos cálculos dos índices de concentração de Herfindahl considerando-se todas as instituições financeiras uma a uma, levando em conta a participação relativa de cada uma delas isoladamente.

No caso de operações de crédito, vislumbra-se aumento no índice de concentração, do 1º semestre de 1985 até o 1º semestre de 1993, que passou de 0,07450 para 0,10929, com pico de 0,23974, no 2º semestre de 1989, quando a Caixa Econômica Federal detinha 46,59% das operações de crédito. Tal comportamento corrobora colocações anteriormente realizadas, acerca da utilização das instituições financeiras públicas como agentes capazes de permitir a manutenção dos gastos governamentais em patamar acima do efetivamente factível.

Baseado na metodologia utilizada para o cálculo dos índices de concentração de Gini e Theil, calculou-se o índice sem incluir o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Neste caso, verificou-se aumento no índice entre 1985 e 1993, que passou de 0,03699 para 0,04912.

Em relação aos depósitos à vista constatou-se redução do índice de concentração, calculado considerando-se todos os bancos, que passou de 0,24999

para 0,08463. Ao se desconsiderar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o índice revelou aumento da concentração, passando de 0,07057 para 0,07227.

A análise do índice de Herfindahl, calculado em relação aos depósitos a prazo, revelou crescimento de 0,03895 para 0,10651, ao se considerar todos os bancos, e leve queda, ao se desconsiderar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal do cálculo do índice (0,04030 - 0,03974).

Ao se considerar os depósitos totais, o cálculo do índice revelou leve aumento quando considerados todos os bancos (0,08688 - 0,09785). Ao não se considerar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o comportamento do índice de concentração denotou leve queda (0,04476 - 0,04016).

Esse comportamento pode ser explicado pelas próprias características dessas instituições financeiras públicas, que passaram a perder participação em relação aos recursos captados via depósitos à vista (ressalte-se que essas duas instituições só passaram a adotar a prática de remuneração dos recursos deixados em contas de depósitos à vista, quando tal prática já se tornara uma constante no ambiente bancário) e a aumentar a participação em relação aos recursos captados via depósitos a prazo, com intuito já plenamente caracterizado em colocações feitas anteriormente

4.5 Comentários sobre o Número de Instituições Bancárias

Como pode-se perceber na tabela XIII anexa, ocorreram duas fases distintas quanto ao número de bancos relacionados. Na primeira, que vai do 1º

semestre de 1985 ao 2º semestre de 1988, houve redução desse número, que passou de 110 para 106. Na segunda, do 1º semestre de 1989 ao 1º semestre de 1993, ocorreu significativo crescimento, de 125 para 232. Observe-se, também, que a partir de 1990 houve desaceleração no ritmo de crescimento do número de bancos.

Duas razões principais podem explicar o aumento do número de bancos a partir de 1989. A primeira, decorreu da promulgação da Constituição, em outubro de 1988, quando, no artigo nº 192, inciso I, parágrafo 1º, ficou determinado que a autorização para o funcionamento das instituições financeiras seria inegociável e intransferível, extinguindo, portanto, as cartas-patentes e o mercado que existia para negociá-las. O controle de cartas-patentes funcionava como uma barreira à entrada na indústria bancária. A segunda, adveio da Resolução nº 1.524, de 21.09.88, do Conselho Monetário Nacional, que facultou aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento, a organização opcional em uma única instituição financeira, o banco múltiplo.

Eles surgiram, assim, com a finalidade de racionalizar custos e centralizar a administração. A partir de então, instituições que antes eram, por exemplo, empresas de um mesmo conglomerado financeiro, passaram a poder optar por se tornarem uma única instituição financeira, com redução de custos operacionais. As operações desenvolvidas por cada empresa do conglomerado financeiro continuaram a ser efetuadas de modo independente, com a vantagem de manter uma única contabilidade para cada carteira da instituição. Além disso, instituições que atuavam no mercado financeiro não bancário, como era o caso de financeiras ou sociedades de crédito imobiliário, puderam se transformar em bancos múltiplos, passando a poder operar com a carteira comercial, ressalvando que, no

início o fizeram em patamares incipientes, existindo até hoje instituições que funcionam de maneira apenas oficial.

Quanto ao número de matrizes, de agências e o número médio de agências bancárias por banco podemos ver que ao comparar-se o início com o final do período, verifica-se o aumento no número de bancos da ordem de 111,00% (110 para 232), elevação de 7,54% (15.788 para 16.978) no número de agências, e diminuição de 48,99% (143,5 para 73,2) no número médio de agências por banco.

Do 1º semestre de 1985 ao 2º semestre de 1988, o número médio de agências por instituição bancária permaneceu praticamente estável. A partir daí, até o 1º semestre de 1993, essa relação caiu continuamente, passando de 140,4 para 73,2, por efeito da elevação no número de bancos, que cresceu de forma mais acentuada que o número de agências.

Essas diferentes magnitudes de crescimento ocorreram devido ao fato de que, enquanto o número de bancos passou por um período de significativo crescimento - por razões já expostas acima, o número de agências se expandiu de forma bem mais moderada. Todo o processo de constituição do setor financeiro desencadeado a partir da década de sessenta privilegiou a constituição de bancos com rede de agências espalhadas em todo o território nacional, sendo que a partir da década de oitenta, já se encontrava plenamente constituída uma rede nacional de agências capazes de atender a praticamente todos os recantos do País, o que somado à estagnação econômica do País e ao perfil de alguns dos novos bancos múltiplos criados, explica esse descompasso existente entre a taxa de crescimento dos bancos e das agências, principalmente a partir de 1988. Os bancos múltiplos criados a partir de então, o foram, em sua grande maioria, com a finalidade de

atender nichos específicos de mercado (clientela e operações específicas), o que não conduz à necessidade de criação de redes de agências de caráter quer estadual, quer regional ou mesmo nacional.

A redução ocorrida no porte médio das instituições foi reflexo da ação de um conjunto de fatores que fizeram e fazem parte das atividades bancárias nos últimos anos. Destacam-se dois:

- uso intensivo da informática: na tentativa de reduzir seus custos com instalações de atendimento, os bancos concluíram sobre a importância de diminuir o fluxo de clientes às agências. Atuaram, para isso, em duas frentes. A primeira, consistiu em informatizar ao máximo suas dependências, elevando a eficiência do atendimento e, conseqüentemente, diminuindo o tempo de permanência do cliente na agência. A segunda, buscou estabelecer ligação com os clientes, via computador, o *home banking*. Com esse serviço, o cliente, sem sair do escritório, pode ter informações sobre: saldo e movimentação em conta-corrente, saldo e movimentação de cobrança/contas a pagar, operações de empréstimo, entre outros serviços.

- especialização de alguns novos bancos, que surgiram com objetivo de atuar em área específicas do mercado, sem a preocupação inicial de instalar rede numerosa de agências. Os bancos múltiplos criados a partir de instituições não bancárias buscavam preencher determinadas lacunas existentes na atividade bancária tradicional, não competindo, no varejo, portanto, com os grandes bancos na captação de depósitos à vista. Por suas próprias características eles se especializaram em operações especiais de intermediação de empréstimos externos e

lançamentos de ações de empresas, denotando a procura, por parte desses bancos, de algo mais do que quantidade, optando por qualidade.

4.6 Considerações Finais

O intuito deste capítulo foi o de analisar o grau de concentração do setor bancário brasileiro visando medir os efeitos advindos das transformações ocorridas no setor a partir da década de sessenta.

Para a execução desse propósito utilizou-se três índices de concentração: o de Gini, o de Theil e o de Herfindahl, calculados nas rubricas que mais caracterizam a atividade bancária, ou seja, depósitos à vista e a prazo e operações de crédito, estendendo-se o estudo ao Patrimônio Líquido, baseado na hipótese de que quanto maior o grau de concentração de depósitos em geral e de operações de crédito, maior será a concentração da riqueza acumulada do setor bancário.

Em seguida, procurou-se traçar um paralelo entre as transformações ocorridas na economia brasileira e seus efeitos na estrutura do sistema bancário nacional, com o intuito de esclarecer os fatores que influenciaram o comportamento da concentração bancária no País.

Ao lado dessa análise de correlação foi formulado tópico acerca do comportamento de cada índice de concentração em relação às rubricas consideradas no presente trabalho, com a intenção de mostrar, de maneira sucinta, o comportamento dos índices de concentração no período levado em conta.

5 AS IMPLICAÇÕES DA ESTRUTURA DO SETOR BANCÁRIO SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A execução da política econômica se dá através de quatro meios principais que, agindo concomitantemente, dentro de uma dinâmica particular a cada um deles, procuram atingir objetivos determinados por seus formuladores, que, em geral, pretendem promover o desenvolvimento econômico sustentado, garantindo a estabilidade da economia e o controle da inflação.

De forma geral, os instrumentos de execução da política econômica são classificados em quatro categorias básicas, ou seja, a política monetária, a política fiscal, a política cambial e a política de rendas ou de intervenção direta. Cada instrumento listado se utiliza de determinados mecanismos para a execução dos objetivos maiores de política econômica, devendo operar na mais fina sintonia possível para a obtenção de resultados os mais similares possíveis aos objetivos propostos.

A política monetária pode ser entendida como o controle do volume de moeda em circulação e das taxas de juros, de maneira a garantir a liquidez da economia em função de metas traçadas para cada momento econômico. As Autoridades Monetárias agem no sentido de regular a oferta de moeda e de crédito segundo a conveniência do sistema econômico.

A política fiscal está intrinsecamente ligada às receitas e despesas do Governo, em relação à carga tributária a ser cobrada dos agentes econômicos e sua contrapartida, os gastos governamentais.

A política cambial está intimamente conectada à administração das taxas de câmbio e ao controle das relações com o exterior.

Além desses instrumentos ortodoxos, política monetária, política fiscal e política cambial, temos diversas formas de intervenção direta, consubstanciadas na política de rendas, que é exercida pelo Governo através da intervenção direta sobre a economia com a finalidade de alcançar objetivos traçados pela política econômica.

Tal política diz respeito a uma ampla gama de formas de atuação do Estado sobre as atividades produtivas em seu espectro mais amplo. A política de intervenção direta, em geral, se consubstancia através da atuação em três áreas principais: regulação da atividade de produção, fixação e controle de preços dos produtos e regulação da remuneração dos fatores de produção.

Convém ressaltar que os quatro instrumentos mais comuns de execução de política econômica operam concomitantemente, devendo ser salientado os efeitos cruzados e cumulativos na execução dessas políticas.

Para o objetivo que se propõe nesse capítulo, devemos considerar tão somente a política monetária, pois pretende-se fazer colocações que tragam algum esclarecimento sobre eventual perda de graus de liberdade na execução da política

monetária por parte da Autoridade Monetária, em função da estrutura oligopolizada em que se organiza o setor bancário brasileiro.

Conforme anteriormente colocado, a partir da década de oitenta, houve uma mudança em relação à origem do lucro no setor bancário. Os ganhos advinham basicamente da atividade bancária tradicional, ou seja, a intermediação financeira entre os agentes econômicos. Até o final da década de setenta, o setor privado da economia representava o maior tomador dos empréstimos concedidos pelo setor bancário, enquanto que, atualmente, o setor público representa a maior parcela deles, quer por via direta, quer por via indireta.

A instabilidade econômica reinante no País a partir dos anos oitenta forçou a essa mudança de eixo, pois as empresas, em geral, passaram a transacionar no mercado financeiro não mais como tomadores de recursos, e sim como aplicadoras, em função da ausência de perspectivas em relação à expansão da economia, o que tolhia as possibilidades de obtenção de lucros com a expansão da capacidade produtiva.

O setor público, fonte principal dos recursos captados pelo setor privado até um determinado momento, se viu forçado, em função de sua fragilidade financeira a dirigir-se ao mercado com o intuito de captar recursos oriundos do setor privado da economia, para fazer face à suas necessidades de financiar o estoque de sua dívida e realizar novas despesas.

Esse processo de endividamento público, no caso brasileiro, parece levar inexoravelmente a um completo desvirtuamento do instrumento mais flexível a ser utilizado com objetivos de execução de política monetária, ou seja, as operações

de mercado aberto, cujo objetivo maior seria o controle da liquidez da economia através de ajustes realizados com a negociação de títulos públicos federais. No caso brasileiro, como anteriormente comentado, a necessidade de financiamento da dívida pública federal através da rolagem dos títulos públicos parece ter subvertido esse objetivo maior de controle da liquidez da economia.

Os demais instrumentos de execução de política monetária, as reservas bancárias e o redesconto (assistência financeira de liquidez) parecem ter perdido qualquer condição de influenciar a questão da oferta monetária, por conta do ambiente de elevadas taxas de inflação pela qual passa o País nos últimos anos.

Assim, a política monetária como um todo perde um de seus principais atributos, qual seja, influenciar a oferta de moeda e a taxa de juros, o que, associado a um setor financeiro estruturado de forma oligopolizada pode trazer conseqüências sobre o controle exercido pela Autoridade Monetária. A necessidade de rolagem da dívida pública federal se interpõe como algo mais importante do que o controle de outras variáveis, o que pode tornar o setor público até certo ponto dependente da intermediação financeira executada pelo setor bancário, enquanto intermediário dos recursos aplicados pelos investidores em instrumentos lastreados em títulos públicos federais.

Nesse sentido, a existência de um setor bancário concentrado traz efeitos diretos sobre diversas questões que se impõem, requerendo estudos adicionais no sentido de medir o efeito da concentração sobre a concorrência do setor bancário e o impacto da estrutura sobre as possibilidades de evolução do mercado bancário.

Torna-se imperativo trabalhar, também, a questão da estrutura do setor bancário como barreira para a efetiva eficácia da execução da política monetária. É necessário medir de que maneira a concentração do setor afeta a execução da política monetária. Seria conveniente atentar para o fato de que o governo, ao incentivar explicitamente a concentração bancária no Brasil, em nenhum momento se preocupou em medir as mudanças de caráter macroeconômico que poderiam advir das transformações na estrutura do setor bancário. Em resumo, o governo deveria estar atento na condução da política monetária como função das modificações na estrutura de mercado do setor financeiro.

A literatura, mesmo de autores estrangeiros, acerca dessa questão está ainda em seus primeiros passos, sendo que os poucos autores que tratam do assunto de forma direta, concluem pela existência de algum tipo de influência da forma como se estrutura o setor bancário sobre a eficácia na execução da política monetária, ressaltando a necessidade de manutenção de mais estudos acerca da questão, pelas próprias implicações que tal avanço representaria.

O autor que mais se destaca em relação a essa questão é Miquel Faig-Aumalle.²⁹ Em seu trabalho, o autor apresenta um *survey* sobre a literatura analítica sobre o comportamento do setor bancário em condições oligopolísticas, enfocando suas implicações sobre a política monetária. Como primeiro passo, FAIG-AUMALLE revê a literatura existente sobre este ponto, enfocando quatro artigos que, em essência, alertam para a influência sobre a execução da política monetária causada pela existência de um setor bancário oligopolizado.

²⁹FAIG-AUMALLE, Miquel; Implications of Banking Market Structure for Monetary Policy: A Survey, IMF, 1987.

Com o intuito de avançar mais na literatura sobre a questão, o autor desenvolve um pequeno modelo partindo da perspectiva de que sob o ponto de vista da execução da política monetária, os principais produtos bancários são os empréstimos e os depósitos. Em seguida o modelo básico é estendido assumindo que diversas variáveis endógenas e exógenas ao setor bancário influenciam seu comportamento.

Partindo de alguns pressupostos básicos, o primeiro modelo desenvolvido, que em hipótese alguma foge das conclusões emanadas dos modelos seguintes, considera que o objetivo de um banco é o de escolher uma taxa de juros paga nos depósitos à vista (r_D) e uma taxa de juros cobrada nos empréstimos concedidos (r_l), que maximize seus lucros (Π), em uma função expressa por $\Pi = r_l \cdot L + r_s \cdot S - r_D \cdot D$, sujeito às seguintes restrições:

$$L + S + R = E + D;$$

L = função demanda de empréstimos ($L' < 0$);

D = função demanda por depósitos ($d' > 0$);

$R = k \cdot D$ (reservas requeridas).

onde:

Π = lucros;

L = empréstimos;

S = *securities*;

D = depósitos;

k = proporção dos depósitos à vista mantidos como reservas requeridas.

A solução do modelo é a que se segue:

$$r_l \left(1 + \frac{1}{\mathcal{E}_l} \right) = r_s = \frac{r_d}{1-k} \left(1 + \frac{1}{\mathcal{E}_d} \right) \quad (1)$$

onde:

r_s = taxa de juros pagos nos títulos públicos;

\mathcal{E}_l = elasticidade da função demanda por empréstimos;

\mathcal{E}_d = elasticidade da função demanda por depósitos.

Na situação de otimização, o banco igualaria o retorno marginal de qualquer ativo ao custo marginal de obtenção de fundos de qualquer fonte. Assim, a taxa de juros pagas nos títulos públicos assume importância ímpar.

Nesse sentido, podemos supor que a estrutura do setor bancário passa a ter importância na definição da taxa de juros paga nos títulos públicos, pois a influência de um banco operando em concorrência perfeita sobre a definição da taxa pode ser considerada não relevante, o que se modifica ao se considerar um setor bancário oligopolizado que opera, lado a lado a diversos outros fatores que podem vir a desvirtuar os propósitos básicos de execução da política monetária, qual seja, em seu espectro mais amplo, o controle da liquidez na economia.

Com isso, e apesar de se tratar de estudo do setor bancário americano que difere do setor bancário brasileiro, entre outros, por conta da taxa de juros paga sobre os depósitos à vista deixados nos bancos comerciais, depreende-se

que, em um setor oligopolizado, o volume total de depósitos e empréstimos concedidos será menor do que o que existiria em uma situação de competição perfeita. Além disso, a possibilidade de variar a taxa de juros cobrada nos empréstimos concedidos r_l e a taxa de juros pagas nos depósitos à vista mantidos nos bancos r_d , permite ao setor bancário alguma forma de intervenção sobre a taxa de juros paga na negociações levadas a efeito com títulos públicos federais r_s , conforme pode ser visto na equação (1) anterior.

Essa conclusão leva inexoravelmente à colocação precípua da necessidade de se trabalhar mais amiúde a realidade do setor bancário brasileiro, onde a premência de rolagem da dívida pública federal pode trazer mais poder de intervenção ao setor bancário na determinação das taxas de juros de mercado. Esse não é, em última análise, o objetivo maior desse trabalho, mas impõe-se a constatação de que maiores estudos precisam ser efetuados em relação a essa questão, por conta dos desdobramentos possíveis.

6 CONCLUSÕES

A avaliação que pode ser feita a partir das conclusões obtidas no presente trabalho permitem colocar que as reformas institucionais lograram êxito em relação ao que se propuseram, ou seja, dotar o País de um setor financeiro moderno, capaz de responder com destreza ao cenário econômico que se impunha a época, possibilitando o crescimento econômico, desempenhando papel importante lado a lado às outras fontes de financiamento do crescimento econômico.

As disfunções que ocorreram a partir desse momento podem ser creditadas a dois fatores: a) a própria dinâmica do capital financeiro, que cria condições em seu interior para seu desenvolvimento, pois o crescimento do setor financeiro se dá baseado em parâmetros concentradores, o que pode ser explicado tanto por uma tendência natural no setor bancário, como por consequência lateral, a partir da constatação de que o processo de concentração acarreta um natural acúmulo da riqueza no setor, o que termina por beneficiar o próprio processo; e, b) a realidade econômica do País nas últimas décadas, que criou um setor intimamente ligado ao setor público, através de um processo de estreita vinculação da dívida externa e da dívida pública federal com as instituições financeiras, o que, em última análise acaba criando um entrelaçamento entre os setores de caráter impróprio. As dificuldades pelas quais passou o Estado Brasileiro na última década criaram uma situação que impõe a necessidade de financiamento de despesas e investimentos não cobertas pela arrecadação federal através da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional ou do Banco Central. Esse tipo de financiamento através da emissão de títulos públicos trouxe efeitos sobre a eficácia da execução da política monetária, comprometida, a partir de então, pela necessidade de levantamento de

recursos para o financiamento do Governo Federal. A necessidade crescente de financiamento por parte do Estado, acrescida por um natural crescimento da dívida mobiliária federal, comprometeu de vez o instituto de operações de mercado aberto, fazendo com que o lado governamental ficasse fragilizado frente às instituições financeiras intermediárias de recursos entre o setor privado e público da economia.

O setor financeiro cresceu de forma a gerar dentro de si condições para uma concentração cada vez maior, com o intuito de criar um setor na economia capaz de trafegar pelas diversas transformações econômicas, adequando-se com a brevidade possível às modificações conjunturais e estruturais que se interpunham em sua atuação. Nesse sentido, a atuação do governo em relação ao setor bancário funcionou como importante anteparo para a transformação porque passou o sistema, permitindo que esse se desenvolvesse de forma inexorável rumo à concentração.

A evidência empírica demonstra algo que a realidade parecia já ressaltar, ou seja, o crescimento do setor financeiro se deu de forma concentradora, o que não traz nenhuma surpresa, em função das medidas de caráter institucional adotadas com o intuito explícito de concentrar o setor para adequá-lo ao trabalho de intermediação financeira.

A concentração no setor financeiro durante o período considerado elevou-se, qualquer que seja a medida considerada, o que demonstra que nem mesmo as transformações ocorridas a partir de 1988, como a eliminação da exigência de cartas-patentes para a abertura de novos bancos comerciais e a criação dos bancos múltiplos, tiveram efeito de desconcentrar o setor bancário.

7 ANEXOS

Year	Project	Start	End	Total
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030

TABELA I
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ano	Semestre	Índices			Índices (1)		
		Gini	Herfindahl	Theil	Gini	Herfindahl	Theil
1985	1º sem.	0,76575	0,07450	0,73260	0,68957	0,03699	0,59772
	2º sem.	0,76980	0,07667	0,73776	0,69183	0,03942	0,60182
1986	1º sem.	0,76818	0,08173	0,74349	0,67490	0,03480	0,57334
	2º sem.	0,78424	0,12438	0,78993	0,66096	0,03390	0,55670
1987	1º sem.	0,79179	0,12223	0,79454	0,66872	0,03516	0,56651
	2º sem.	0,80206	0,15655	0,82866	0,63985	0,03395	0,53662
1988	1º sem.	0,79493	0,13185	0,81436	0,64321	0,03585	0,54660
	2º sem.	0,81072	0,13654	0,82529	0,66981	0,03948	0,58238
1989	1º sem.	0,83418	0,13049	0,84600	0,71861	0,04202	0,65012
	2º sem.	0,89635	0,23974	0,92482	0,77937	0,04090	0,72686
1990	1º sem.	0,89042	0,13154	0,89679	0,81885	0,04141	0,77157
	2º sem.	0,89189	0,12449	0,89756	0,82536	0,04265	0,78216
1991	1º sem.	0,88775	0,11321	0,89351	0,82433	0,04542	0,78718
	2º sem.	0,89522	0,11974	0,90432	0,83196	0,05281	0,80572
1992	1º sem.	0,90006	0,11675	0,90646	0,84343	0,05584	0,81963
	2º sem.	0,89252	0,11622	0,90068	0,83016	0,05204	0,80258
1993	1º sem.	0,88997	0,10929	0,89700	0,82998	0,04912	0,80135

(1) exclui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ano	Semestre	Participação dos 4 maiores Bancos		
		Maior Banco	3 Maiores Seguintes	Total
1985	1º sem.	20,83%	24,38%	45,21%
	2º sem.	20,10%	26,52%	46,62%
1986	1º sem.	18,81%	28,72%	47,53%
	2º sem.	31,51%	22,01%	53,52%
1987	1º sem.	30,15%	23,84%	54,00%
	2º sem.	34,78%	24,88%	59,65%
1988	1º sem.	26,34%	32,71%	59,05%
	2º sem.	27,43%	32,72%	60,16%
1989	1º sem.	26,14%	33,62%	59,76%
	2º sem.	46,59%	21,11%	67,69%
1990	1º sem.	30,07%	27,80%	57,87%
	2º sem.	28,81%	28,61%	57,42%
1991	1º sem.	26,13%	30,18%	56,31%
	2º sem.	25,49%	33,30%	58,78%
1992	1º sem.	24,46%	33,84%	58,30%
	2º sem.	24,91%	32,86%	57,77%
1993	1º sem.	24,12%	31,82%	55,93%

TABELA II
DEPÓSITOS À VISTA

Ano	Semestre	Índices			Índices (1)		
		Gini	Herfindahl	Theil	Gini	Herfindahl	Theil
1985	1º sem.	0,87842	0,24999	0,89789	0,78995	0,07057	0,74768
	2º sem.	0,85276	0,14882	0,84849	-0,79921	0,07345	0,75744
1986	1º sem.	0,84949	0,12258	0,83261	0,80677	0,06904	0,76009
	2º sem.	0,85745	0,14389	0,84929	0,81021	0,07708	0,77125
1987	1º sem.	0,87603	0,22627	0,88818	0,79742	0,07747	0,75643
	2º sem.	0,89541	0,30515	0,91644	0,80005	0,08261	0,76488
1988	1º sem.	0,86009	0,18045	0,86658	0,79361	0,08203	0,76017
	2º sem.	0,85016	0,13147	0,84091	0,80762	0,09055	0,78129
1989	1º sem.	0,87872	0,12248	0,86736	0,85472	0,10906	0,84138
	2º sem.	0,93194	0,17262	0,93158	0,91328	0,15104	0,91523
1990	1º sem.	0,89674	0,07775	0,87533	0,88202	0,06736	0,85571
	2º sem.	0,91831	0,09757	0,90425	0,90517	0,08707	0,88881
1991	1º sem.	0,91848	0,09201	0,90281	0,90636	0,08211	0,88766
	2º sem.	0,92069	0,09136	0,90516	0,90874	0,07863	0,88937
1992	1º sem.	0,92151	0,08825	0,90467	0,90955	0,07499	0,88812
	2º sem.	0,90639	0,08303	0,88385	0,89439	0,07090	0,86688
1993	1º sem.	0,91078	0,08463	0,88913	0,89934	0,07227	0,87279

(1) exclui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ano	Semestre	Participação dos 4 maiores Bancos		
		Maior Banco	3 Maiores Seguintes	Total
1985	1º sem.	48,20%	18,14%	66,34%
	2º sem.	34,53%	24,33%	58,86%
1986	1º sem.	30,18%	24,52%	54,70%
	2º sem.	33,45%	26,59%	60,04%
1987	1º sem.	45,25%	20,42%	65,66%
	2º sem.	53,74%	18,74%	72,48%
1988	1º sem.	39,00%	25,65%	64,65%
	2º sem.	30,06%	32,28%	62,34%
1989	1º sem.	26,00%	37,28%	63,27%
	2º sem.	33,35%	40,92%	74,27%
1990	1º sem.	18,99%	27,89%	46,88%
	2º sem.	22,14%	33,19%	55,33%
1991	1º sem.	21,18%	31,45%	52,64%
	2º sem.	21,57%	31,14%	52,71%
1992	1º sem.	21,14%	29,40%	50,54%
	2º sem.	20,21%	29,31%	49,52%
1993	1º sem.	20,48%	28,43%	48,91%

TABELA III

DEPÓSITOS A PRAZO

Ano	Semestre	Índices			Índices (1)		
		Gini	Herfindahl	Theil	Gini	Herfindahl	Theil
1985	1º sem.	0,75746	0,03895	0,67505	0,75925	0,04030	0,67766
	2º sem.	0,77329	0,04937	0,70233	0,75779	0,04084	0,67449
1986	1º sem.	0,75595	0,05069	0,68640	0,73248	0,03775	0,64156
	2º sem.	0,71844	0,03691	0,62423	0,70663	0,03460	0,60637
1987	1º sem.	0,75746	0,05900	0,69643	0,72094	0,03663	0,62464
	2º sem.	0,74012	0,08040	0,70908	0,67304	0,03013	0,56320
1988	1º sem.	0,73041	0,04137	0,64698	0,70001	0,03343	0,59981
	2º sem.	0,75354	0,04960	0,68273	0,72150	0,03785	0,63058
1989	1º sem.	0,78270	0,05474	0,73167	0,74209	0,03958	0,66665
	2º sem.	0,85506	0,09125	0,84731	0,79241	0,04142	0,73916
1990	1º sem.	0,87832	0,09726	0,87052	0,84497	0,05671	0,81482
	2º sem.	0,83332	0,06671	0,81384	0,79047	0,03005	0,72666
1991	1º sem.	0,85260	0,07447	0,84165	0,80257	0,03630	0,75701
	2º sem.	0,86681	0,08882	0,86224	0,81745	0,03635	0,76915
1992	1º sem.	0,86584	0,08805	0,86422	0,81283	0,03997	0,77408
	2º sem.	0,85067	0,09208	0,85357	0,79392	0,03777	0,74933
1993	1º sem.	0,85801	0,10651	0,86867	0,79465	0,03974	0,75410

(1) exclui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

Ano	Semestre	Participação dos 4 maiores Bancos		
		Maior Banco	3 Maiores Seguintes	Total
1985	1º sem.	7,91%	20,90%	28,81%
	2º sem.	14,24%	19,34%	33,58%
1986	1º sem.	15,74%	17,28%	33,03%
	2º sem.	9,82%	17,37%	27,19%
1987	1º sem.	18,89%	16,81%	35,70%
	2º sem.	25,31%	13,74%	39,06%
1988	1º sem.	10,82%	21,21%	32,03%
	2º sem.	14,58%	20,41%	34,99%
1989	1º sem.	14,51%	24,73%	39,24%
	2º sem.	21,92%	29,57%	51,49%
1990	1º sem.	26,06%	24,67%	50,72%
	2º sem.	21,89%	16,24%	38,13%
1991	1º sem.	22,28%	21,19%	43,47%
	2º sem.	25,68%	20,16%	45,84%
1992	1º sem.	24,89%	22,08%	46,96%
	2º sem.	26,47%	19,73%	46,20%
1993	1º sem.	29,04%	20,37%	49,41%

TABELA IV

DEPÓSITOS TOTAIS (2)

Ano	Semestre	Índices			Índices (1)		
		Gini	Herfindahl	Theil	Gini	Herfindahl	Theil
1985	1º sem.	0,79768	0,08688	0,76494	0,75254	0,04476	0,67379
	2º sem.	0,79603	0,08235	0,75909	0,75609	0,04788	0,68145
1986	1º sem.	0,79157	0,08849	0,76128	0,74164	0,04519	0,66362
	2º sem.	0,77600	0,07983	0,73924	0,72768	0,04337	0,64494
1987	1º sem.	0,78608	0,11209	0,77324	0,71047	0,03805	0,61536
	2º sem.	0,79018	0,16737	0,81477	0,67376	0,03513	0,57215
1988	1º sem.	0,75967	0,08210	0,73097	0,69106	0,04034	0,60429
	2º sem.	0,76043	0,07044	0,71944	0,71048	0,04678	0,63685
1989	1º sem.	0,78394	0,06872	0,75402	0,73564	0,04941	0,68060
	2º sem.	0,85736	0,09393	0,85490	0,79785	0,05368	0,76472
1990	1º sem.	0,86453	0,07350	0,85149	0,83278	0,05855	0,80878
	2º sem.	0,84629	0,06095	0,82576	0,80833	0,03982	0,76313
1991	1º sem.	0,85951	0,06717	0,84496	0,81974	0,04180	0,78006
	2º sem.	0,86837	0,07638	0,85816	0,82447	0,03966	0,78177
1992	1º sem.	0,86496	0,08003	0,85913	0,80997	0,03905	0,77410
	2º sem.	0,85471	0,08354	0,85357	0,80268	0,03822	0,78751
1993	1º sem.	0,86168	0,09785	0,86888	0,80312	0,09016	0,76544

(1) exclui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

(2) depósitos à vista + depósitos a prazo.

Ano	Semestre	Participação dos 4 maiores Bancos		
		Maior Banco	3 Maiores Seguintes	Total
1985	1º sem.	25,06%	19,70%	44,76%
	2º sem.	23,56%	20,76%	44,32%
1986	1º sem.	25,38%	18,93%	44,30%
	2º sem.	23,57%	19,49%	43,06%
1987	1º sem.	30,72%	15,48%	46,19%
	2º sem.	39,34%	13,60%	52,94%
1988	1º sem.	24,20%	20,49%	44,70%
	2º sem.	20,38%	23,54%	43,93%
1989	1º sem.	18,89%	26,40%	45,29%
	2º sem.	21,10%	32,83%	53,93%
1990	1º sem.	18,05%	30,10%	48,15%
	2º sem.	16,83%	26,10%	42,93%
1991	1º sem.	17,94%	27,25%	45,19%
	2º sem.	21,39%	25,24%	46,63%
1992	1º sem.	22,54%	23,37%	45,90%
	2º sem.	24,21%	21,91%	46,12%
1993	1º sem.	27,05%	22,03%	49,08%

TABELA V

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ano	Semestre	Índices			Índices (1)		
		Gini	Herfindahl	Theil	Gini	Herfindahl	Theil
1985	1º sem.	0,85674	0,17845	0,86710	0,75186	0,06334	0,70032
	2º sem.	0,85450	0,17736	0,86351	0,75060	0,06650	0,70094
1986	1º sem.	0,85263	0,17599	0,86135	0,75440	0,06795	0,70640
	2º sem.	0,85332	0,16318	0,85772	0,75497	0,06768	0,70567
1987	1º sem.	0,84247	0,16799	0,84597	0,74116	0,06281	0,68024
	2º sem.	0,84532	0,15304	0,84472	0,74855	0,06550	0,69291
1988	1º sem.	0,83523	0,15259	0,83721	0,73877	0,06246	0,68185
	2º sem.	0,82597	0,14601	0,82979	0,73005	0,06285	0,67804
1989	1º sem.	0,81565	0,12701	0,82461	0,73538	0,05480	0,68712
	2º sem.	0,84994	0,11442	0,86507	0,76071	0,04754	0,72533
1990	1º sem.	0,85042	0,10108	0,86368	0,77651	0,04704	0,74968
	2º sem.	0,84815	0,08942	0,85487	0,78854	0,04249	0,75408
1991	1º sem.	0,84777	0,08589	0,85516	0,78804	0,04156	0,75736
	2º sem.	0,86363	0,09105	0,87481	0,80366	0,05075	0,78822
1992	1º sem.	0,85732	0,09770	0,87302	0,80075	0,05211	0,78898
	2º sem.	0,84742	0,09651	0,86435	0,79846	0,05240	0,78751
1993	1º sem.	0,83881	0,09288	0,85758	0,79191	0,04921	0,77918

(1) exclui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ano	Semestre	Participação dos 4 maiores Bancos		
		Maior Banco	3 Maiores Seguintes	Total
1985	1º sem.	38,18%	27,59%	65,77%
	2º sem.	37,92%	28,09%	66,01%
1986	1º sem.	38,55%	27,00%	65,55%
	2º sem.	35,23%	30,11%	65,34%
1987	1º sem.	37,03%	26,52%	63,55%
	2º sem.	30,26%	33,52%	63,78%
1988	1º sem.	34,69%	26,97%	61,66%
	2º sem.	33,85%	27,46%	61,31%
1989	1º sem.	31,71%	24,55%	56,26%
	2º sem.	25,01%	32,79%	57,80%
1990	1º sem.	24,94%	29,06%	54,00%
	2º sem.	23,92%	26,36%	50,28%
1991	1º sem.	23,35%	25,78%	49,13%
	2º sem.	21,43%	32,12%	53,55%
1992	1º sem.	26,08%	26,08%	52,16%
	2º sem.	26,37%	24,10%	50,47%
1993	1º sem.	25,85%	24,03%	49,88%

TABELA VI

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ANO	SEMESTRE	MAIOR BANCO	TRÊS MAIORES SEGUINTE		
			BANCO DO BRASIL	BANESPA	CITIBANK
1985	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	CITIBANK
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1986	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1987	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	NOSSA CAIXA N. BANCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	CAIXA ECON. EST. GOIAS
1988	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	NOSSA CAIXA N. BANCO
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	BRADESCO
1989	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1990	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1991	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1992	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1993	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO

TABELA VII
DEPÓSITOS À VISTA

ANO	SEMESTRE	MAIOR BANCO	TRÊS MAIORES SEGUINTE		
			BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1985	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	NACIONAL
1986	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	CAIXA ECON.MINAS GERAIS
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	CAIXA ECON.MINAS GERAIS	ITAÚ
1987	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	CEF
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1988	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
1989	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
1990	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
1991	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1992	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1993	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ

TABELA VIII

DEPÓSITOS A PRAZO

ANO	SEMESTRE	MAIOR BANCO	TRÊS MAIORES SEGUINTE		
			BRADESCO	BANCO DO BRASIL	UNIBANCO
1985	1o.Sem.	ITAÚ	BRADESCO	BANCO DO BRASIL	UNIBANCO
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	ITAÚ	BRADESCO	SAFRA
1986	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	SAFRA	B.FRANCÊS E BRASILEIRO	CITIBANK
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	SAFRA	ITAÚ	UNIBANCO
1987	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	UNIBANCO	B.FRANCÊS E BRASILEIRO	CITIBANK
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	UNIBANCO	CITIBANK	ITAÚ
1988	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	CITIBANK
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	ITAÚ	BANESPA
1989	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	B.FRANCÊS E BRASILEIRO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	SAFRA
1990	1o.Sem.	CEF	ITAÚ	BRADESCO	BAMERINDUS
	2o.Sem.	CEF	BANESPA	BANCO DO BRASIL	BRADESCO
1991	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BAMERINDUS
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1992	1o.Sem.	CEF	BANESPA	BANCO DO BRASIL	SAFRA
	2o.Sem.	CEF	BANESPA	BANCO DO BRASIL	ECONÔMICO
1993	1o.Sem.	CEF	BANESPA	BANCO DO BRASIL	BAMERINDUS

TABELA IX

DEPÓSITOS TOTAIS (1)

ANO	SEMESTRE	MAIOR BANCO	TRÊS MAIORES SEGUINTE		
			BRADESCO	ITAÚ	UNIBANCO
1985	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	UNIBANCO
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1986	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	CAIXA ECON.MINAS GERAIS
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	CAIXA ECON.MINAS GERAIS
1987	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	UNIBANCO
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	UNIBANCO
1988	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	CEF
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	BANESPA	ITAÚ
1989	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO	CEF
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BANESPA	BRADESCO
1990	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1991	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
	2o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO
1992	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BAMERINDUS
	2o.Sem.	CEF	BANESPA	BANCO DO BRASIL	BRADESCO
1993	1o.Sem.	CEF	BANCO DO BRASIL	BANESPA	BRADESCO

(1) (depósitos à vista + depósitos a prazo)

TABELA X

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ANO	SEMESTRE	MAIOR BANCO	TRÊS MAIORES SEGUINTE		
			CEF	BRADESCO	ITAÚ
1985	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1986	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1987	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1988	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1989	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	CEF	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1990	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1991	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	CEF	BRADESCO	ITAÚ
1992	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	CEF	ITAÚ
	2o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA
1993	1o.Sem.	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAÚ	BANESPA

TABELA XI

PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO NO DEPÓSITO TOTAL

ANO	DEPÓSITOS À VISTA	PARTIC.	DEPÓSITOS A PRAZO	PARTIC.	DEPÓSITO TOTAL	
1985	1o.Sem.	44.012.589	43,23%	57.789.203	56,77%	101.801.792
	2o.Sem.	92.111.809	45,95%	108.360.709	54,05%	200.472.518
1986	1o.Sem.	291.483.852	66,72%	145.382.146	33,28%	436.865.998
	2o.Sem.	413.065.951	58,18%	296.965.389	41,82%	710.031.340
1987	1o.Sem.	440.892.839	44,87%	541.725.766	55,13%	982.618.605
	2o.Sem.	1.051.164.895	49,36%	1.078.530.036	50,64%	2.129.694.931
1988	1o.Sem.	1.936.413.278.107	47,49%	2.140.851.282.862	52,51%	4.077.264.560.969
	2o.Sem.	5.558.453.581.857	37,49%	9.269.213.409.017	62,51%	14.827.666.990.874
1989	1o.Sem.	12.249.036.401	38,16%	19.854.091.922	61,84%	32.103.128.323
	2o.Sem.	67.261.380.994	26,89%	182.895.318.154	73,11%	250.156.699.148
1990	1o.Sem.	808.484.492.492	41,41%	1.144.014.601.527	58,59%	1.952.499.094.019
	2o.Sem.	1.591.612.317.195	32,63%	3.286.757.234.411	67,37%	4.878.369.551.606
1991	1o.Sem.	3.114.960.314.198	26,97%	8.435.023.662.104	73,03%	11.549.983.976.302
	2o.Sem.	7.491.804.313.769	21,44%	27.456.515.553.502	78,56%	34.948.319.867.271
1992	1o.Sem.	19.678.290.900.101	12,95%	132.311.763.298.071	87,05%	151.990.054.198.172
	2o.Sem.	71.744.654.438	11,00%	580.718.626.336	89,00%	652.463.280.774
1993	1o.Sem.	258.153.177.448	8,66%	2.724.081.193.528	91,34%	2.982.234.370.976

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL
DEPÓSITOS TOTAIS
1964-1993

ANO	TODOS OS BANCOS		SEM BANCO DO BRASIL	
	ÍNDICE	VARIÇÃO	ÍNDICE	VARIÇÃO
1964	0,25026	-	0,10707	-
1965	0,27991	11,85%	0,10548	-1,49%
1966	0,28893	3,22%	0,11024	4,51%
1967	0,22051	-23,68%	0,09791	-11,18%
1968	0,18360	-16,74%	0,06426	-34,37%
1969	0,18844	2,64%	0,08640	34,45%
1970	0,17916	-4,92%	0,07951	-7,97%
1971	0,17343	-3,20%	0,06821	-14,21%
1972	0,12642	-27,11%	0,05197	-23,81%
1973	0,12128	-4,07%	0,05503	5,89%
1974	0,15197	25,31%	0,05491	-0,22%
1975	0,14528	-4,40%	0,05303	-3,42%
1976	0,11682	-19,59%	0,05240	-1,19%
1977	0,09929	-15,01%	0,05205	-0,67%
1978	0,08027	-19,16%	0,04889	-6,07%
1979	0,09646	20,17%	0,05074	3,78%
1980	0,09824	1,85%	0,05131	1,12%
1981	0,14800	50,65%	0,05206	1,46%
1982	0,09629	-34,94%	0,05672	8,95%
1983	0,11066	14,92%	0,06871	21,14%
1984	0,08833	-20,18%	0,06892	0,31%

ANO		TODOS OS BANCOS		SEM BANCO DO BRASIL	
		ÍNDICE	VARIÇÃO	ÍNDICE	VARIÇÃO
1985	1o. Sem.	0,09185	3,99%	0,05175	-24,91%
	2o. Sem.	0,08751	-4,73%	0,05475	5,80%
1986	1o. Sem.	0,09434	7,80%	0,05377	-1,79%
	2o. Sem.	0,08692	-7,87%	0,05372	-0,09%
1987	1o. Sem.	0,11860	36,45%	0,05052	-5,96%
	2o. Sem.	0,17583	48,25%	0,05718	13,18%
1988	1o. Sem.	0,09363	-46,75%	0,06101	6,70%
	2o. Sem.	0,08120	-13,28%	0,06255	2,52%
1989	1o. Sem.	0,08315	2,40%	0,07215	15,35%
	2o. Sem.	0,10612	27,62%	0,09895	37,14%
1990	1o. Sem.	0,08608	-18,88%	0,09370	-5,31%
	2o. Sem.	0,07979	-7,31%	0,08557	-8,68%
1991	1o. Sem.	0,08550	7,16%	0,09176	7,23%
	2o. Sem.	0,09344	9,29%	0,10257	11,78%
1992	1o. Sem.	0,09899	5,94%	0,10972	6,97%
	2o. Sem.	0,10693	8,02%	0,11927	8,70%
1993	1o. Sem.	0,11880	11,10%	0,13377	12,16%

TABELA XIII

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS E DE AGÊNCIAS (1)

Ano		No.de Bancos	Incr.Semestral	No.de Agências	Incr.Semestral
1985	1o.Sem.	110	0,00%	15.788	0,00%
	2o.Sem.	108	-1,82%	15.788	0,00%
1986	1o.Sem.	108	0,00%	15.254	-3,38%
	2o.Sem.	107	-0,93%	15.529	1,80%
1987	1o.Sem.	106	-0,93%	15.291	-1,53%
	2o.Sem.	106	0,00%	15.000	-1,90%
1988	1o.Sem.	107	0,94%	14.833	-1,11%
	2o.Sem.	106	-0,93%	14.880	0,32%
1989	1o.Sem.	125	17,92%	15.465	3,93%
	2o.Sem.	169	35,20%	16.292	5,35%
1990	1o.Sem.	193	14,20%	16.494	1,24%
	2o.Sem.	205	6,22%	16.482	-0,07%
1991	1o.Sem.	214	4,39%	16.622	0,85%
	2o.Sem.	221	3,27%	16.447	-1,05%
1992	1o.Sem.	225	1,81%	16.375	-0,44%
	2o.Sem.	229	1,78%	17.015	3,91%
1993	1o.Sem.	232	1,31%	16.978	-0,22%

(1) Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos, Caixa Econômica Federal e Caixas Econômicas Estaduais

TABELA XIV

NÚMERO MÉDIO DE AGÊNCIAS POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA
1985/1993

ANO		MATRIZES	AGÊNCIAS	No.MÉDIO DE AGÊNCIAS
1985	1o.Sem.	110	15.788	143,5
	2o.Sem.	108	15.788	146,2
1986	1o.Sem.	108	15.254	141,2
	2o.Sem.	107	15.529	145,1
1987	1o.Sem.	106	15.291	144,3
	2o.Sem.	106	15.000	141,5
1988	1o.Sem.	107	14.833	138,6
	2o.Sem.	106	14.880	140,4
1989	1o.Sem.	125	15.465	123,7
	2o.Sem.	169	16.292	96,4
1990	1o.Sem.	193	16.494	85,5
	2o.Sem.	205	16.482	80,4
1991	1o.Sem.	214	16.622	77,7
	2o.Sem.	221	16.447	74,4
1992	1o.Sem.	225	16.375	72,8
	2o.Sem.	229	17.015	74,3
1993	1o.Sem.	232	16.978	73,2

TABELA XV

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

ANO		ÍNDICE %	LN
1985	1o.Sem.	74,29	4,31
	2o.Sem.	92,27	4,52
1986	1o.Sem.	43,29	3,77
	2o.Sem.	15,17	2,72
1987	1o.Sem.	183,50	5,21
	2o.Sem.	81,95	4,41
1988	1o.Sem.	187,80	5,24
	2o.Sem.	295,26	5,69
1989	1o.Sem.	139,22	4,94
	2o.Sem.	687,10	6,53
1990	1o.Sem.	608,38	6,41
	2o.Sem.	122,56	4,81
1991	1o.Sem.	98,23	4,59
	2o.Sem.	192,68	5,26
1992	1o.Sem.	236,71	5,47
	2o.Sem.	273,60	5,61
1993	1o.Sem.	361,43	5,89

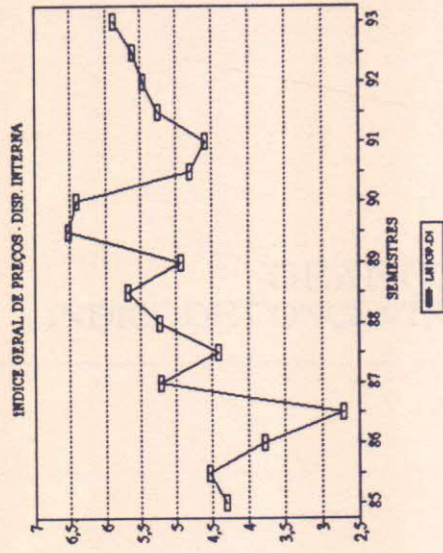


GRÁFICO I
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI

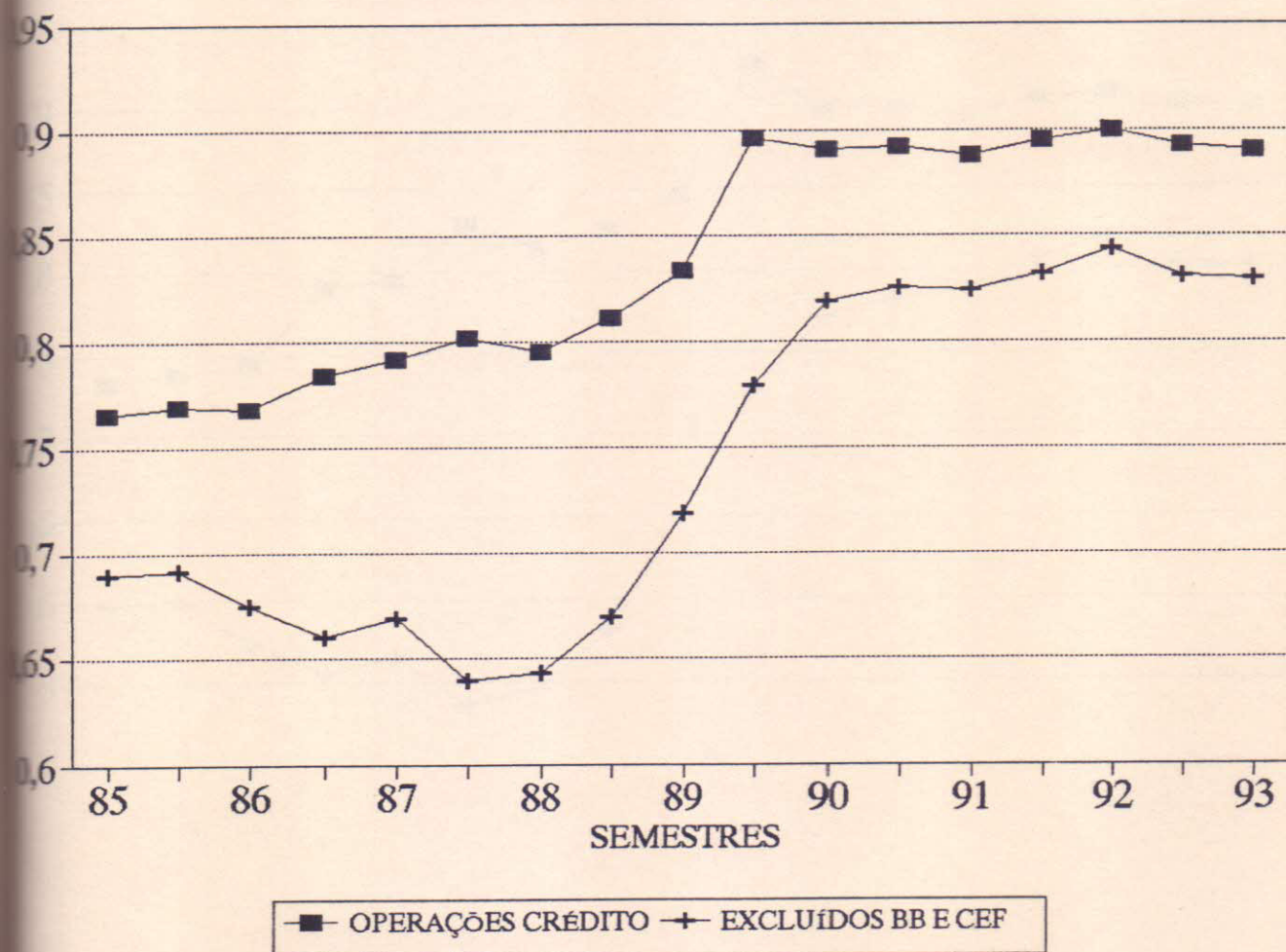


GRÁFICO II
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE THEIL

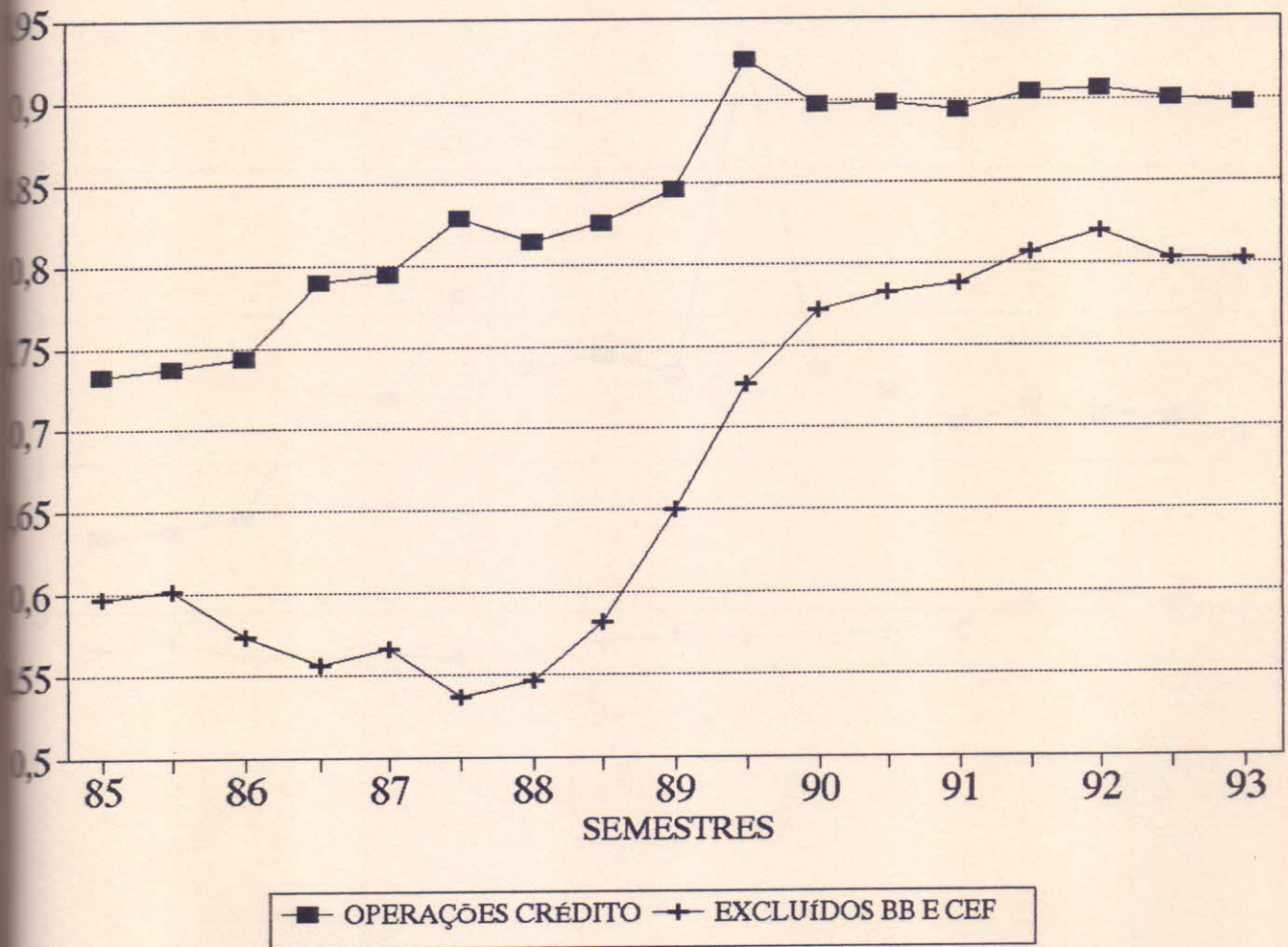


GRÁFICO III
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL

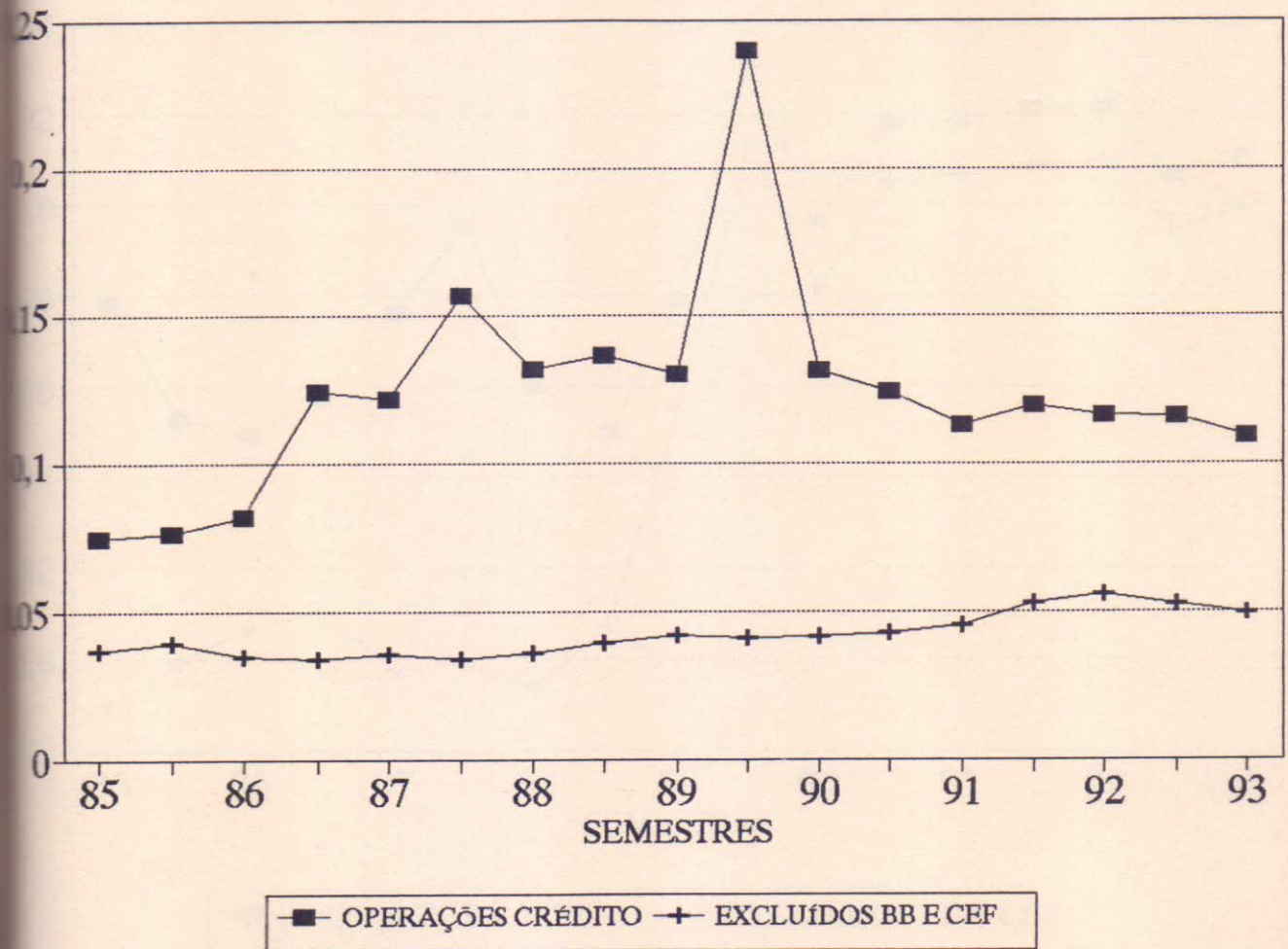


GRÁFICO IV
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI

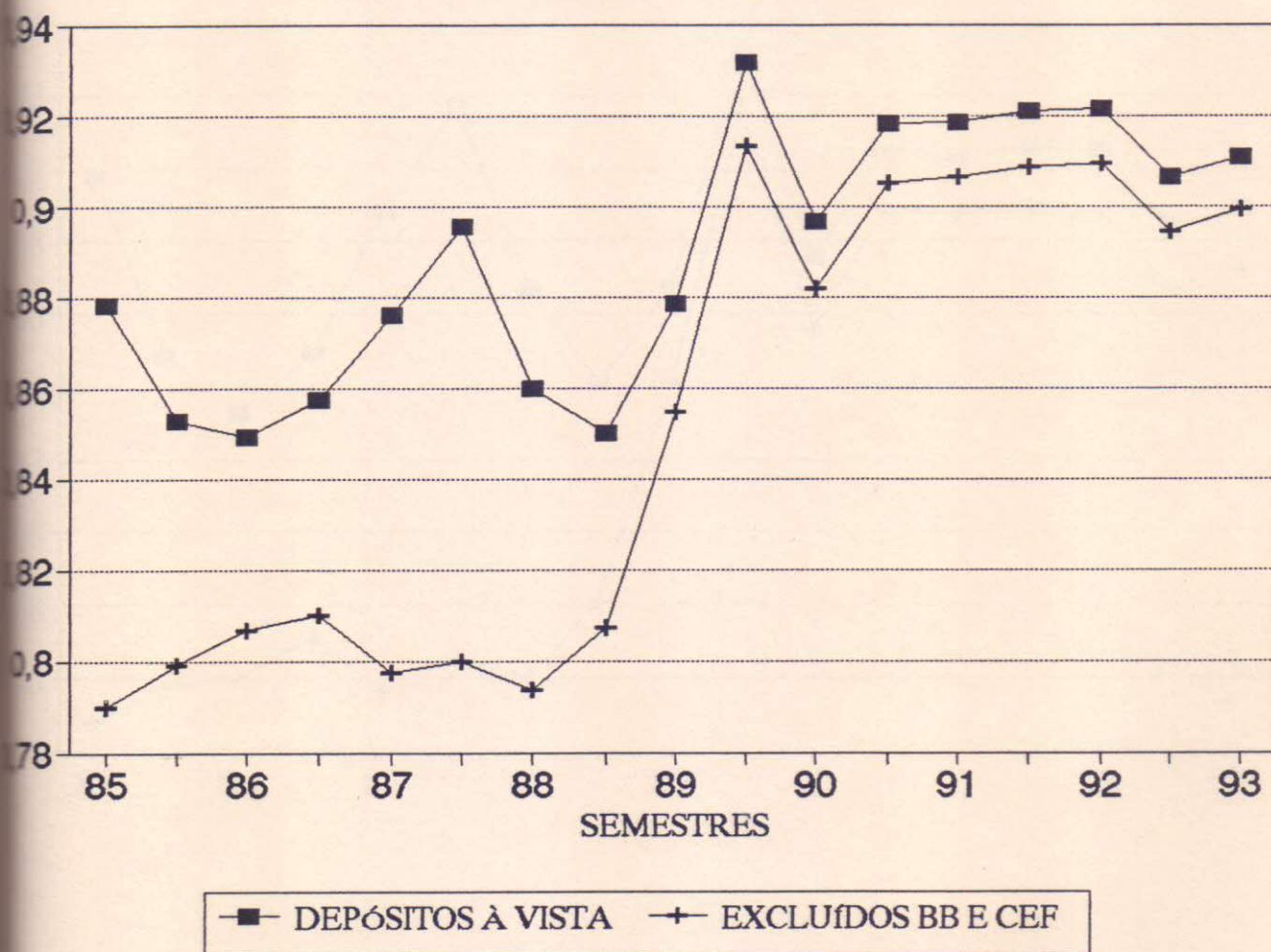


GRÁFICO V
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE THEIL

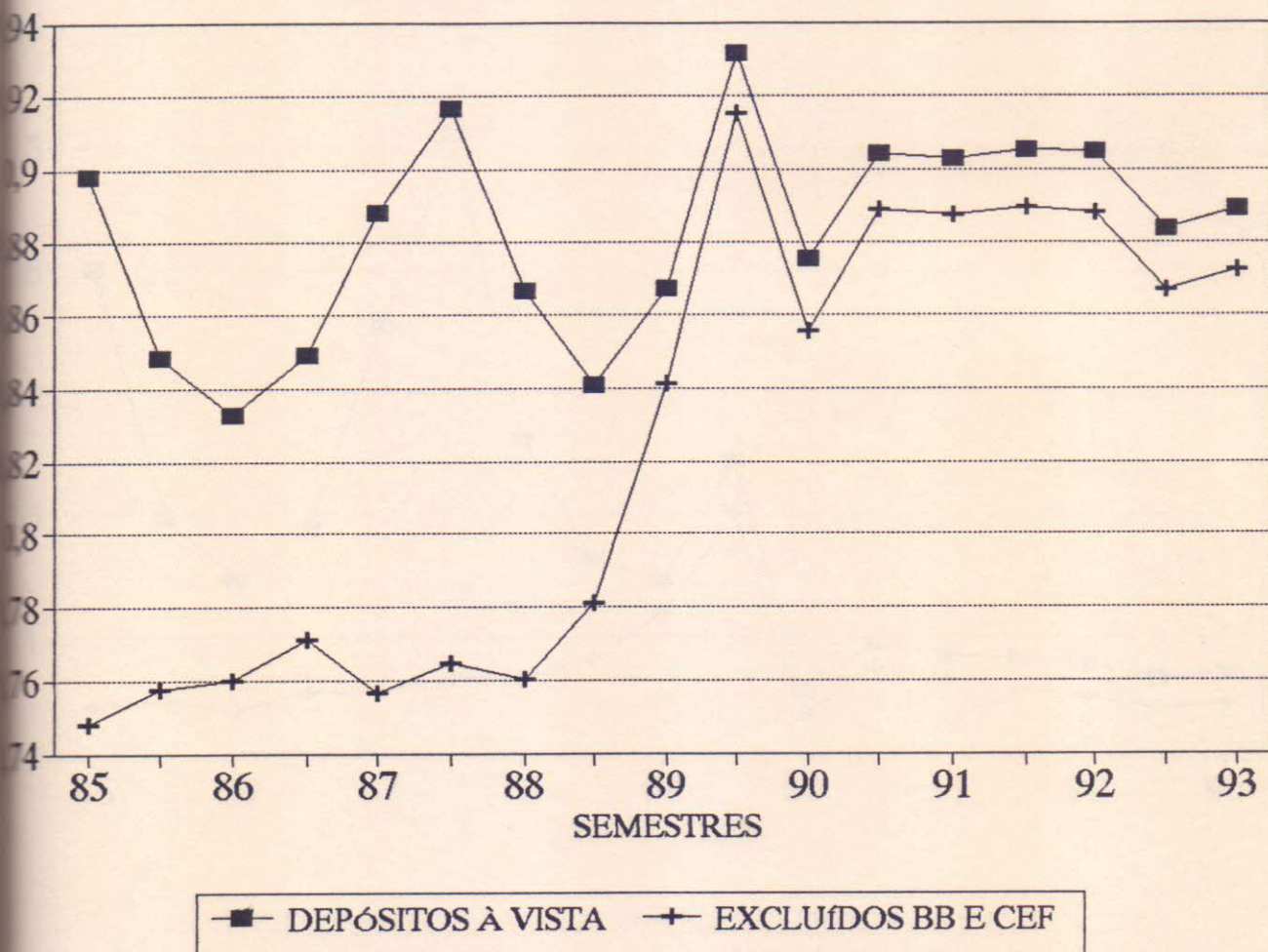
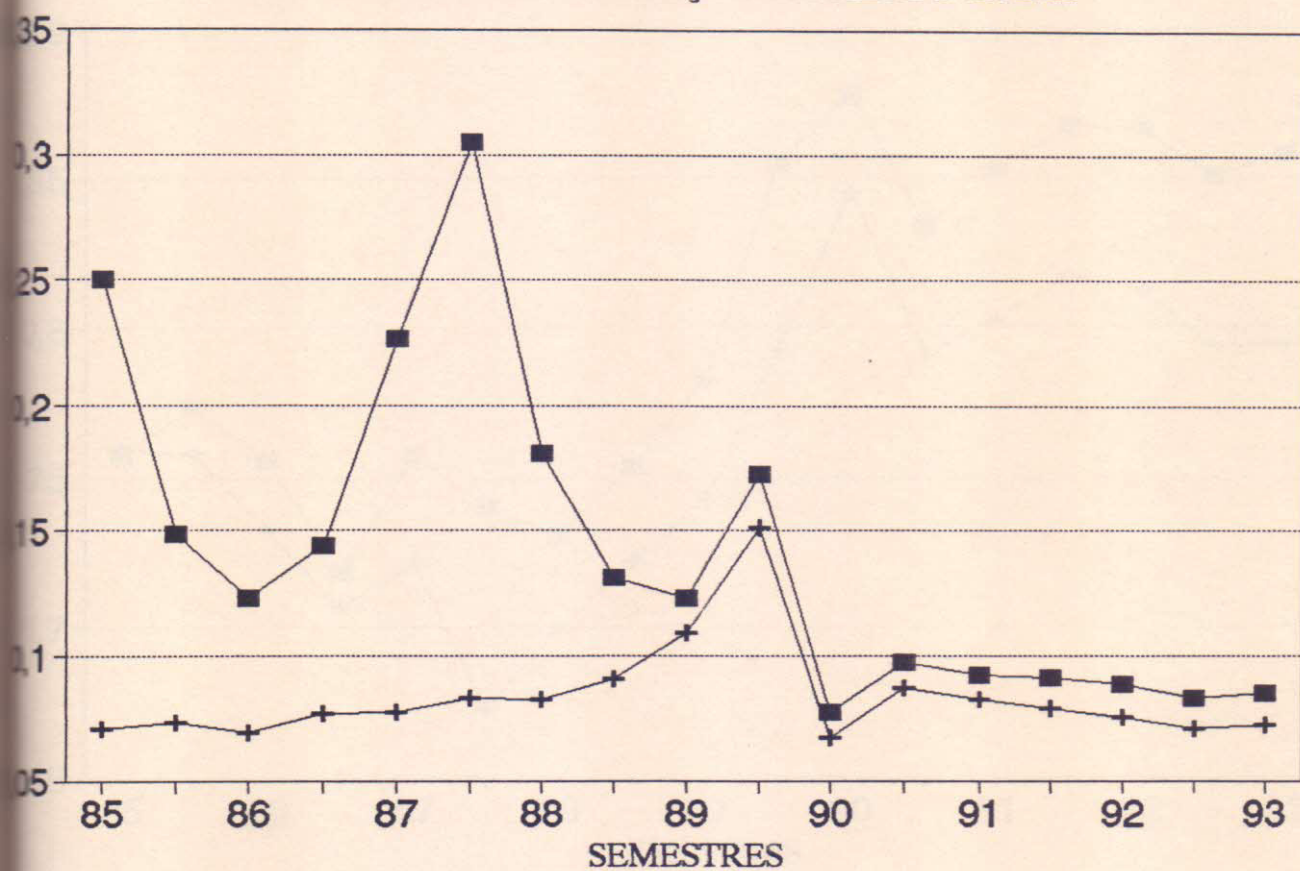
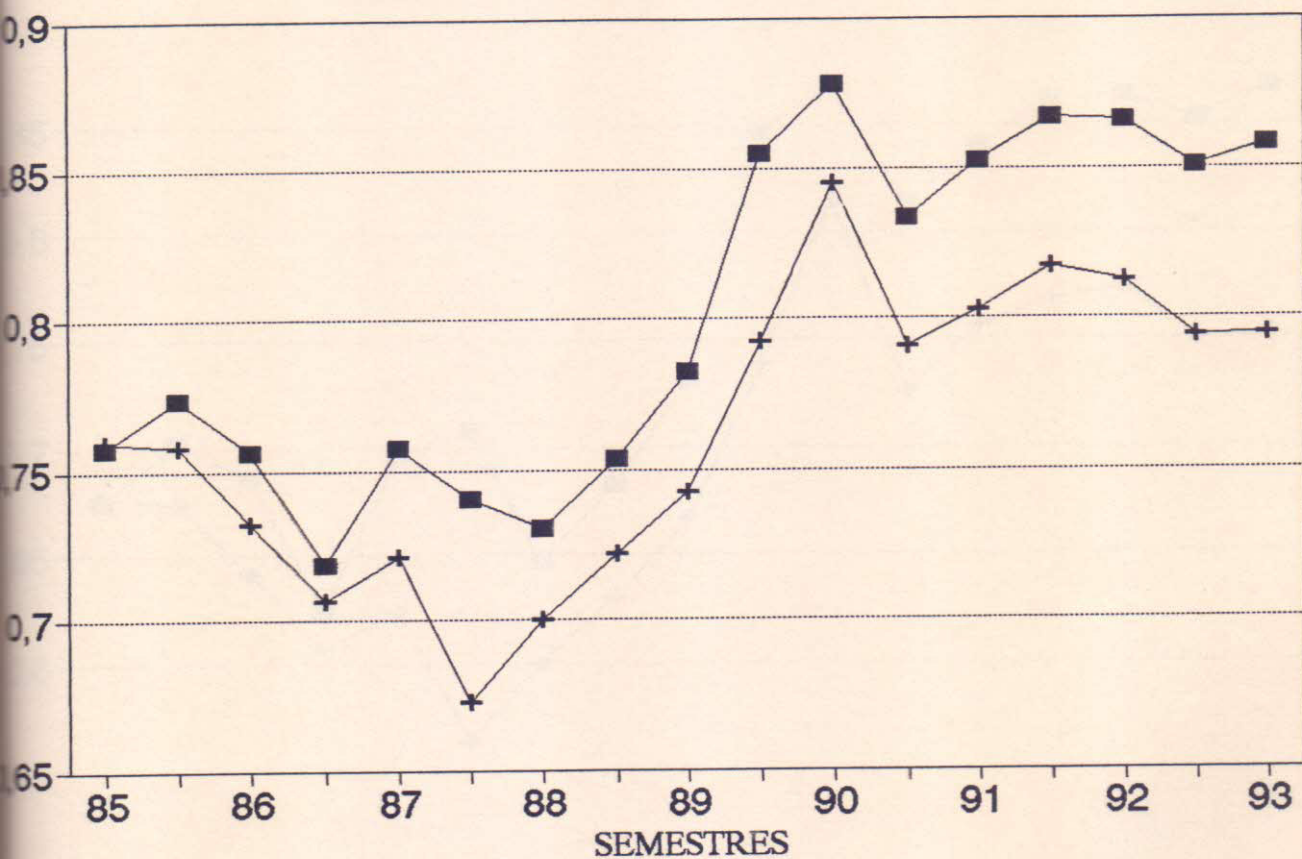


GRÁFICO VI
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL



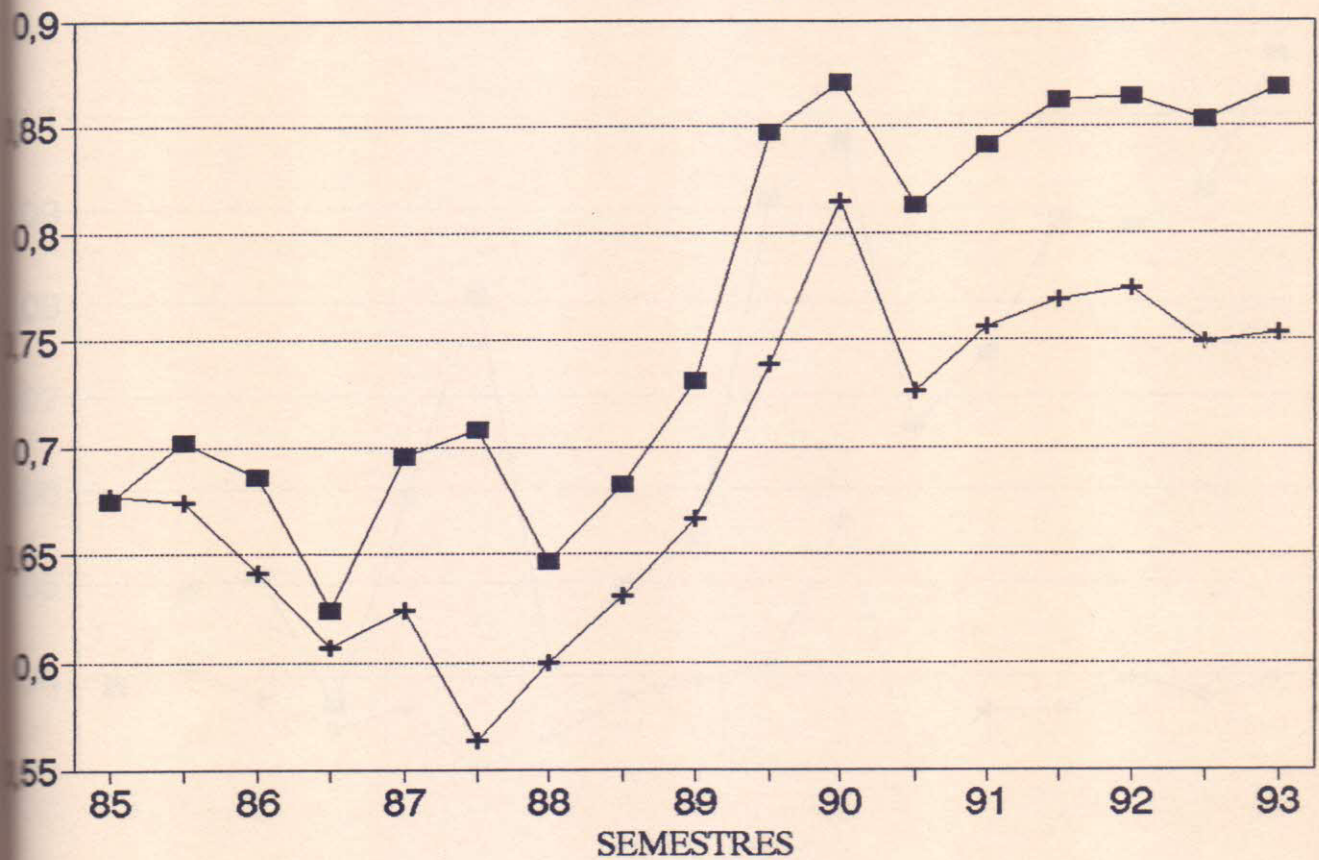
■ DEPÓSITOS À VISTA + EXCLUÍDOS BB E CEF

GRÁFICO VII
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI



■ DEPÓSITOS A PRAZO + EXCLUÍDOS BB E CEF

GRÁFICO VIII
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE THEIL



■ DEPÓSITOS A PRAZO + EXCLUÍDOS BB E CEF

GRÁFICO IX
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL

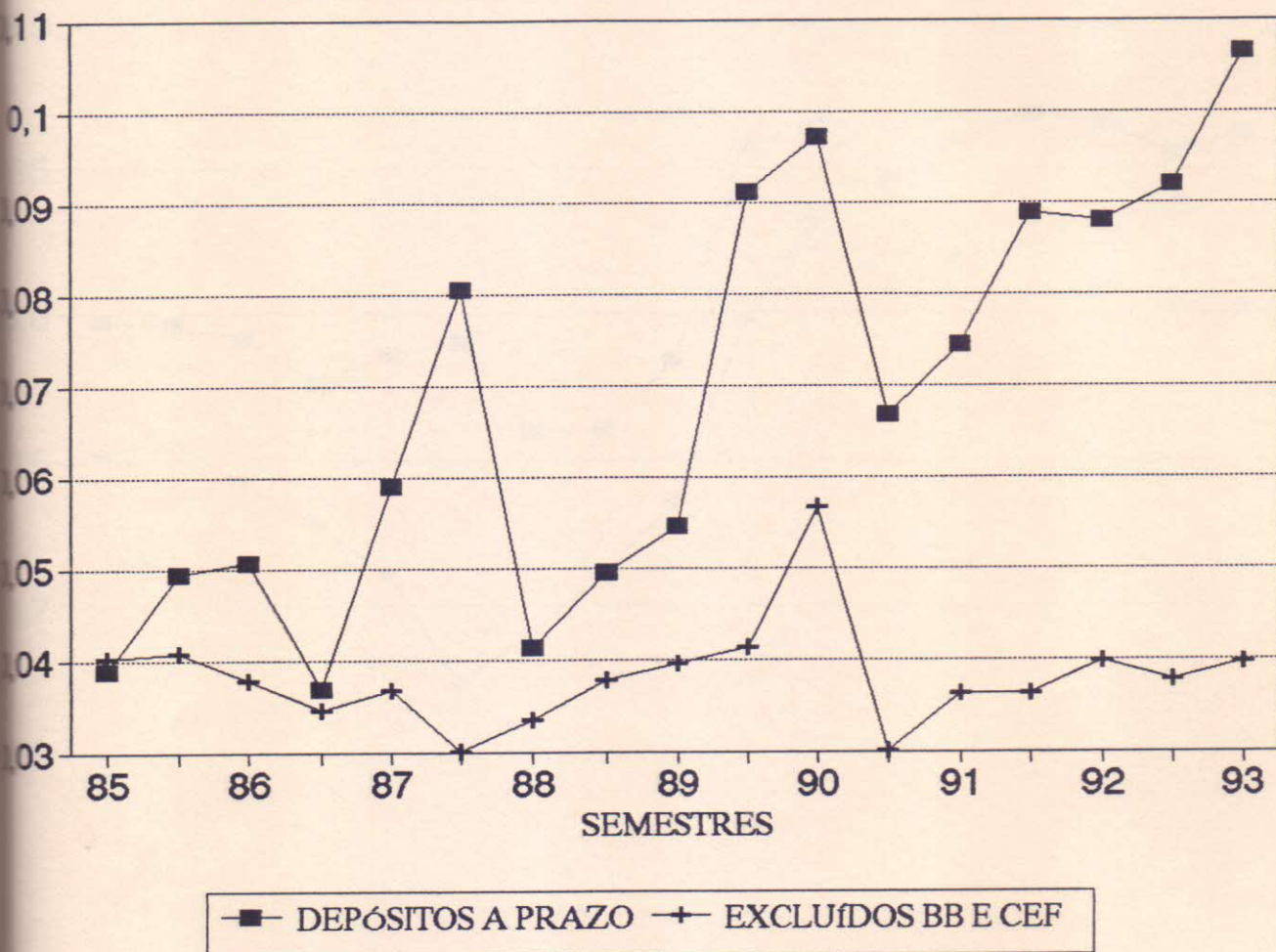


GRÁFICO X
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI

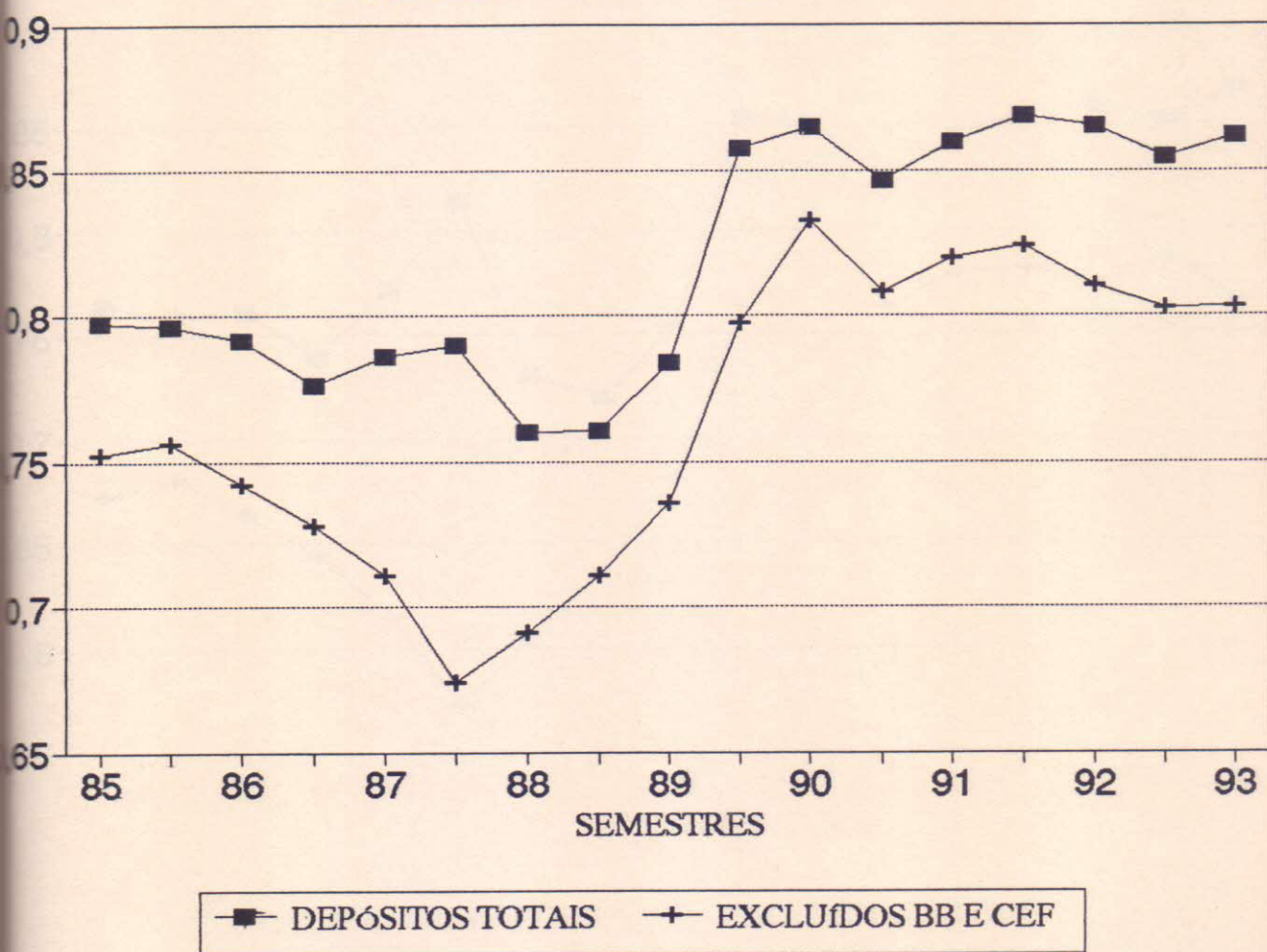


GRÁFICO XI
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE THEIL

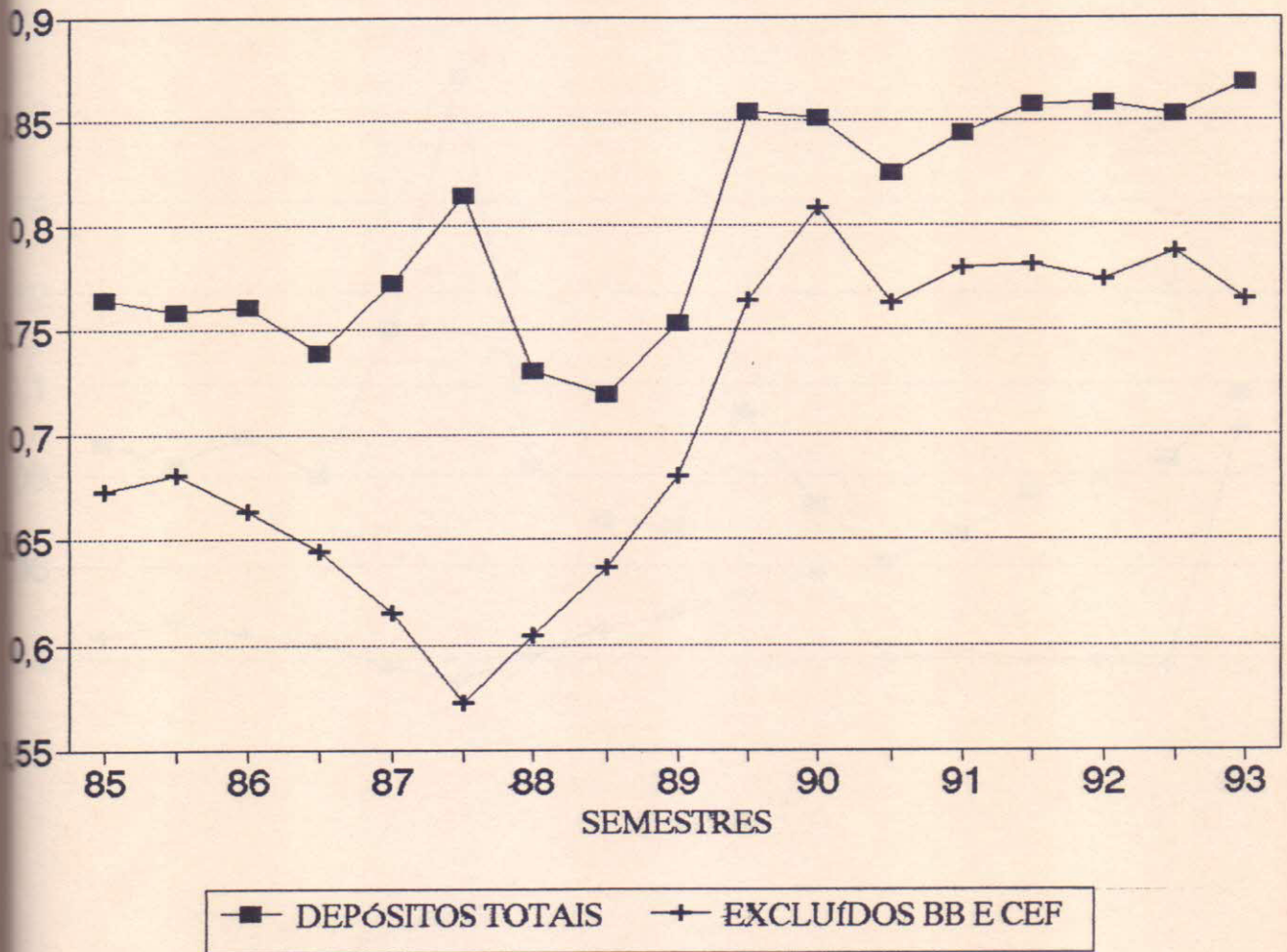


GRÁFICO XII
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL

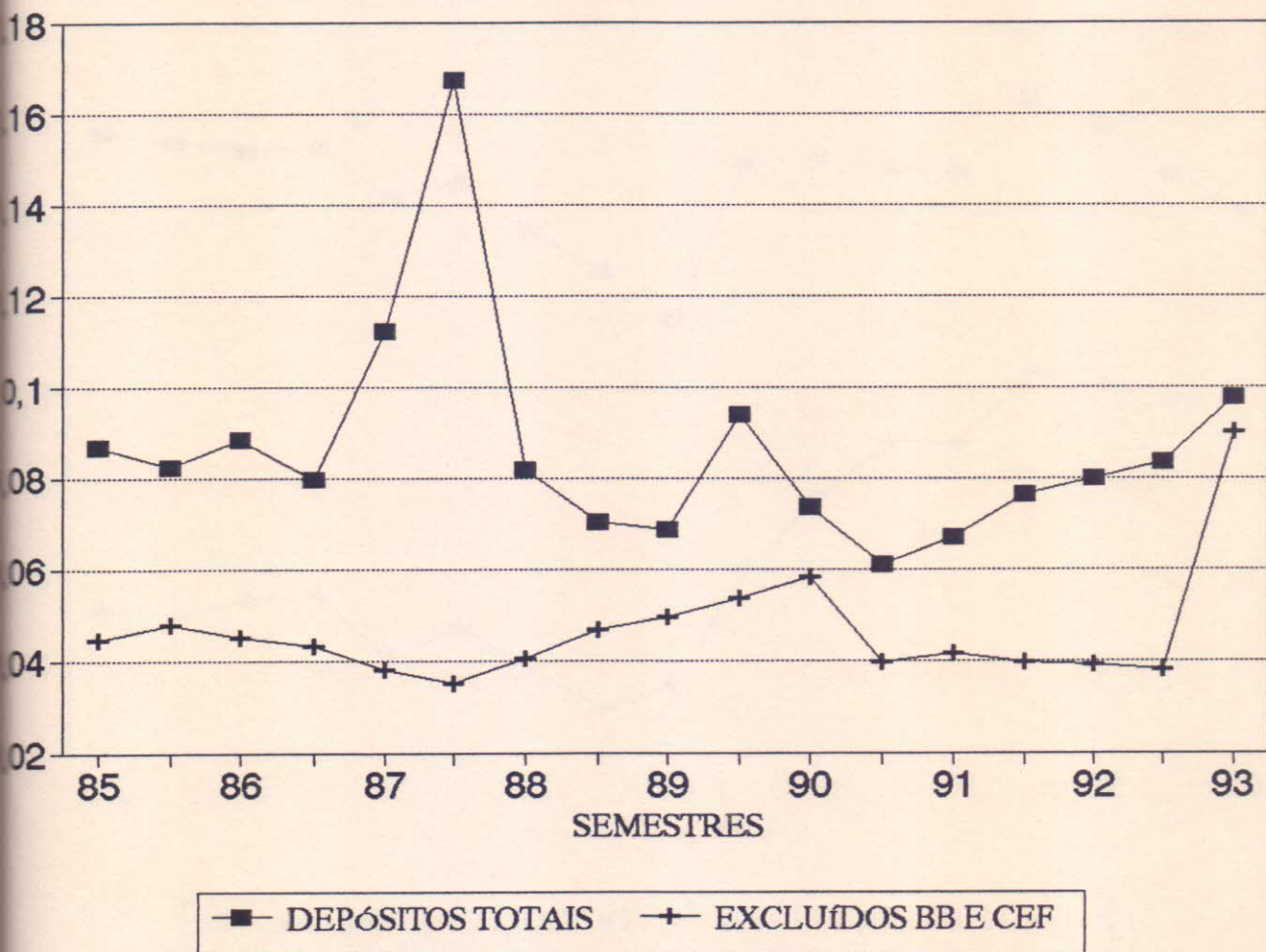


GRÁFICO XIII
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI

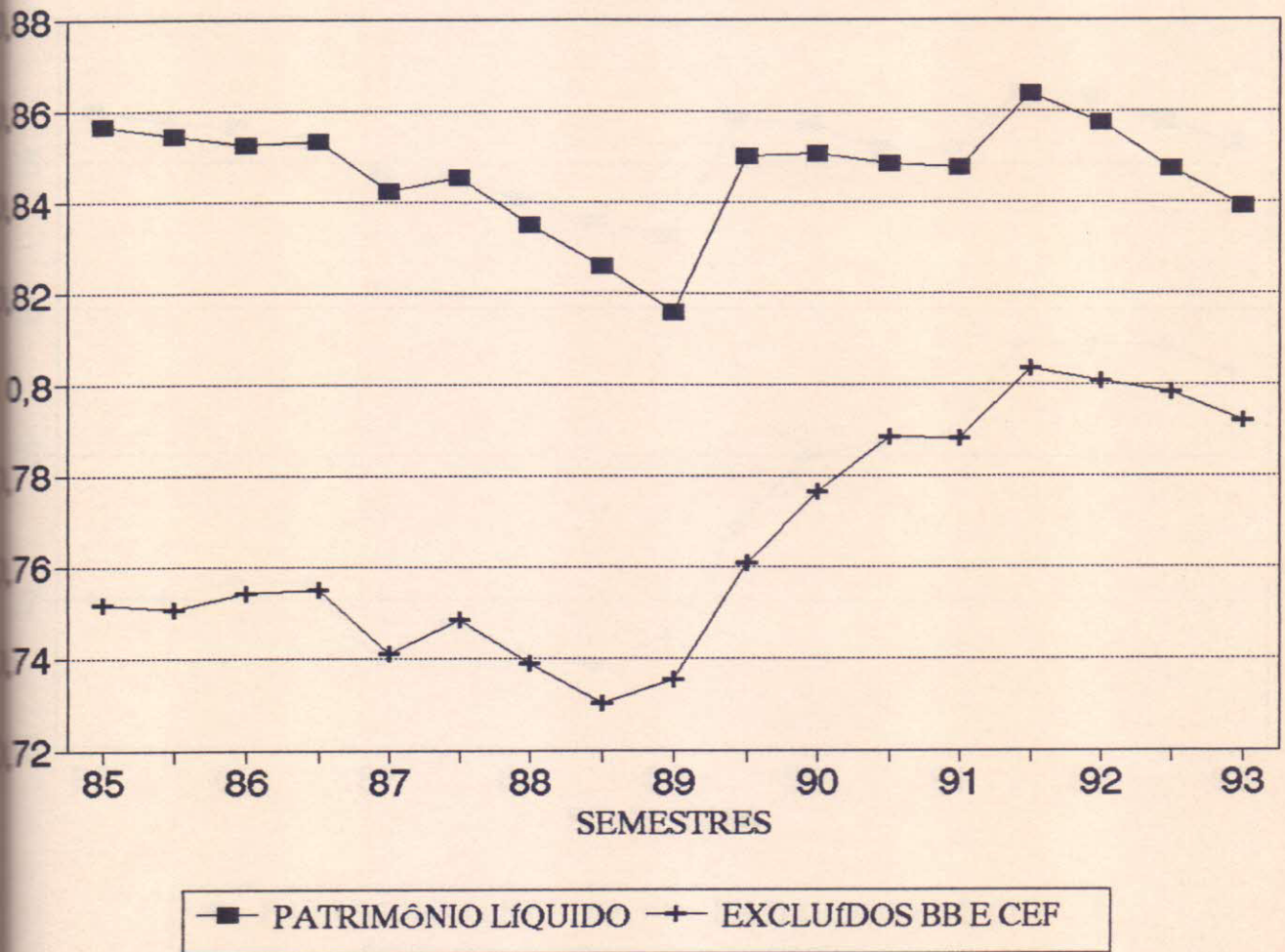
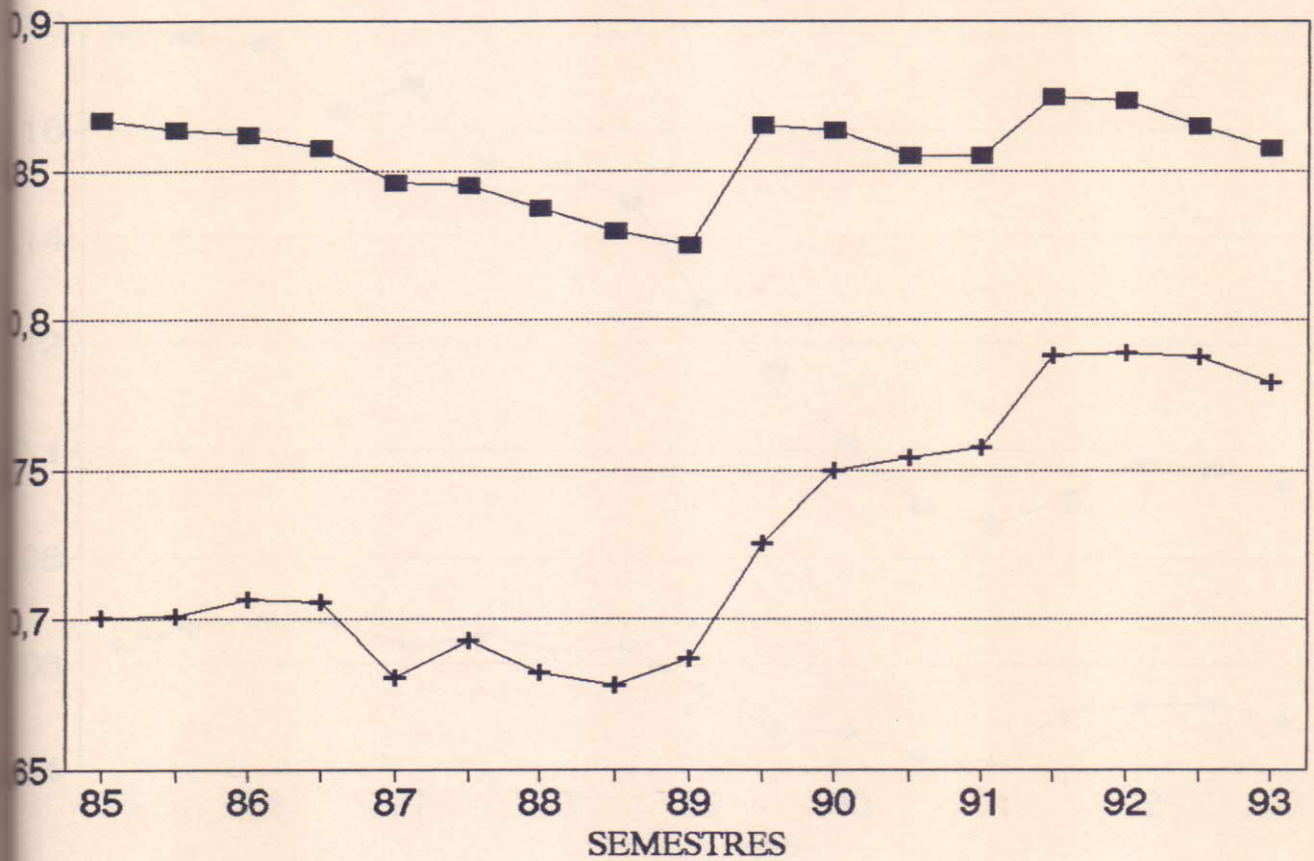
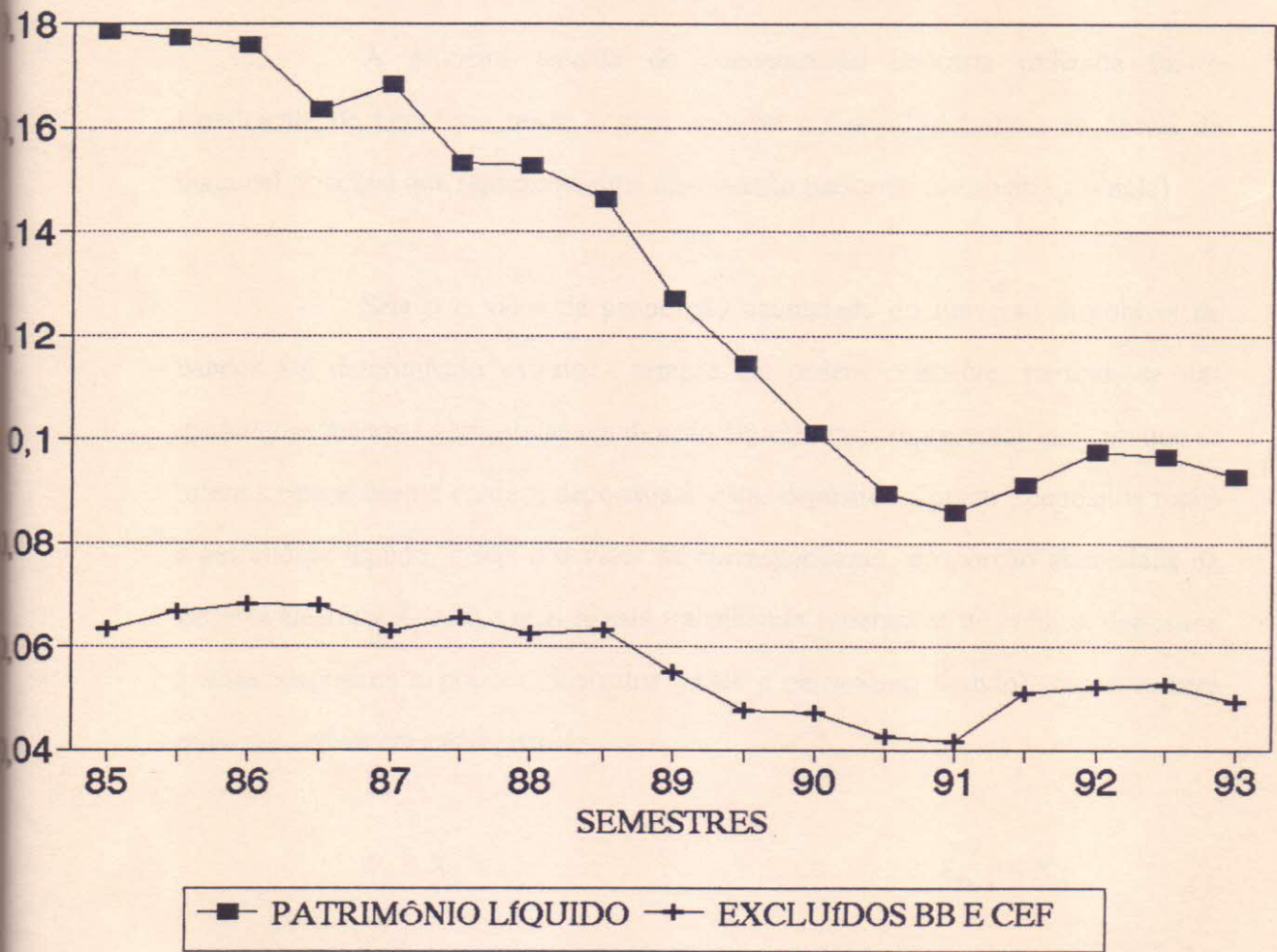


GRÁFICO XIV
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE THEIL



■ PATRIMÔNIO LÍQUIDO + EXCLUÍDOS BB E CEF

GRÁFICO XV
ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE HERFINDAHL



8 APÊNDICE ESTATÍSTICO

A seguir desenvolvemos pequena análise com o intuito de mostrar qual a metodologia utilizada na elaboração dos índices de concentração que compõem esse trabalho.

A primeira medida de concentração bancária utilizada foi o Coeficiente de Gini, que mede o grau no qual a Curva de Lorenz se desvia da diagonal principal que representa uma distribuição uniforme (concentração nula).

Seja p o valor da proporção acumulada do universo disponível de bancos até determinado extrato - sempre em ordem crescente, partindo-se das instituições menos significativas em direção àquelas mais representativas - no que se refere a operações de crédito, depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos totais e patrimônio líquido, e seja q o valor da correspondente proporção acumulada da variável aleatória X_i com a qual se está trabalhando (operações de crédito, depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos totais e patrimônio líquido), cujos valores estão em ordem crescente, isto é,

$$X_1 \leq X_2 \leq \dots \leq X_{n-1} \leq X_n$$

A proporção acumulada do número de elementos, até o i -ésimo elemento, é dada por:

$$P_i = \frac{i}{n} \tag{1}$$

A correspondente proporção acumulada de X , até o i -ésimo elemento é:

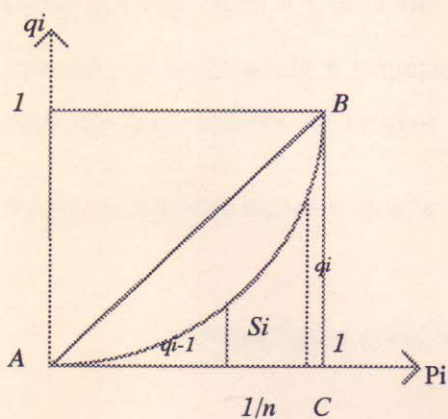
$$q_i = \frac{\sum_{j=1}^i X_j}{\sum_{j=1}^n X_j} = \frac{\alpha}{\frac{1}{2}n - \mu} \cdot \sum_{j=1}^i X_j \quad (2)$$

onde μ é a média da distribuição, ou seja:

$$\mu = \frac{1}{n} \cdot \sum_{j=1}^n X_j$$

As expressões (1) e (2) definem as coordenadas (p_i, q_i) , com $i=1, \dots, n$) de n pontos sobre a Curva de Lorenz. Por se tratar de uma distribuição discreta não existe uma curva, mas sim uma poligonal cujos vértices são a origem dos eixos e os pontos de coordenadas (p_i, q_i) .

Um exemplo da Poligonal de Lorenz é mostrado na ilustração a seguir:



Por definição, o Índice de Gini (G) é a relação entre a área de concentração, indicada por α , e a área do triângulo ABC - (base x altura) / 2 = 0,5 - α , isto é:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2 \alpha$$

Vai-se calcular o Índice de Gini a partir dos valores X_i ($i=1, \dots, n$) da variável discreta.

Seja a área compreendida entre a Curva de Lorenz e o eixo das abcissas. Pela figura da página anterior, observa-se que:

$$\alpha = \frac{1}{2} - \beta \tag{4}$$

Substituindo (4) em (3):

$$G = 1 - 2\beta \tag{5}$$

Observando a figura da página anterior, verifica-se que a área β , compreendida entre a Curva de Lorenz e o eixo das abcissas, pode ser obtida somando-se as áreas de n trapézios (desde que se considere o triângulo retângulo com um dos vértices na origem dos eixos e catetos iguais a $\frac{1}{n}$ e q_i como um trapézio cuja base menor é igual a zero).

Nessa figura pontilhou-se a área do i -ésimo trapézio, que é dada por:

$$S_i = \frac{1}{2} \cdot (q_i - 1 + q_i) \cdot \frac{1}{n}$$

Fazendo $q_0 = 0$, obtém-se:

$$\beta = \sum_{i=1}^n S_i = \frac{1}{2n} \cdot \sum_{i=1}^n (q_i - 1 + q_i)$$

Substituindo-se esse resultado em (5), obtém-se:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n (q_i - 1 + q_i)$$

Note-se que o Coeficiente de Gini toma em consideração o grau de desvio do tamanho dos bancos com respeito ao tamanho médio, porém apresenta a limitação de não tomar em conta separadamente o número total de bancos. Assim, em uma situação extrema na qual existissem dois bancos de igual tamanho, a Curva de Lorenz seria igual à diagonal e o Coeficiente não indicaria concentração.

A interpretação do Coeficiente de Gini (G) é dada da seguinte maneira:

- a) se $G = 0$, indica a não existência de concentração bancária;
- b) se $G = 1$, significa que o mercado está dominado por alguns poucos bancos.

Outra medida do grau de concentração bancária é o Índice de Herfindahl, ou Índice H, o qual, além de considerar os desvios do tamanho dos

bancos com respeito ao tamanho médio, como faz o coeficiente de Gini, toma em conta cada um dos bancos incluídos no sistema.

Conforme González Sánchez ¹, com o Índice H mede-se o grau de concentração de algumas das principais funções da intermediação financeira, representadas pelas variáveis instrumentais: total de ativos, total de depósitos e obrigações bancárias, e total de colocações.

O Índice H consiste simplesmente na soma dos quadrados da participação de cada empresa no mercado. Se X_i representa cada uma das variáveis instrumentais do banco i , a soma dos quadrados da participação do i -ésimo banco no mercado bancário será dada por:

$$H = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right)^2$$

Da mesma forma que o coeficiente de Gini, o Índice H varia de 0 a 1. Quando $H = 1$, o mercado bancário está dominado por um único banco, ou seja, a participação desse banco é de 100%. Portanto, à medida em que o índice se aproxima de 0, diminui o grau de concentração bancária.

As principais características do Índice H são as seguintes:

a) O índice aumenta à medida em que aumentam os desvios com respeito ao tamanho médio e à medida em que diminui o número de bancos, isto é:

¹SÁNCHEZ, Enrique González; Economias de Escala na Indústria Bancária Mexicana, Boletim do CEMLA, Volume nº 35 - Setembro/Outubro 1989

$$H = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right)^2$$

$$H = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right)^2 - \left(2 \sum_{i=1}^n \frac{X_i}{n} \cdot \sum_{i=1}^n X_i \right) + \frac{1}{n} + \frac{1}{n}$$

Evidenciando o somatório ($\sum = n$) nos numeradores dos três primeiros termos do lado direito da desigualdade, e lembrando que $\frac{1}{n} = \frac{n}{n^2}$, obtém-se:

$$H = \sum_{i=1}^n \left[\frac{X_i^2}{\sum_{i=1}^n X_i^2} - 2 \cdot \frac{X_i}{n} \cdot \sum_{i=1}^n X_i + \frac{1}{n^2} \right] + \frac{1}{n}$$

O primeiro termo do lado direito é um trinômio quadrado perfeito.

Reescrevendo:

$$H = \sum_{i=1}^n \left[\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} - \frac{1}{n} \right]^2 + \frac{1}{n}$$

Mas, como $1 = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{\sum_{i=1}^n X_i}$,

$$\text{e } 1 = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right),$$

pode-se reescrever o primeiro termo do lado direito da seguinte maneira:

$$H = \sum_{i=1}^n \left[\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} - \frac{\left(\frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n} \right)}{\frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}} \right]^2 + \frac{1}{n}$$

$$H = \sum_{i=1}^n \left[\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} - \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{n} \right) \right]^2 + \frac{1}{n}$$

Na forma final do índice, o primeiro termo do lado direito é a soma ao quadrado dos desvios com relação à participação média, enquanto $\frac{1}{n}$ representa o inverso do número de bancos.

Portanto, o índice aumenta quando o primeiro termo do lado direito aumenta e/ou quando o número de bancos (n) diminui;

b) O índice proporciona uma boa estimativa da concentração mesmo quando não existe informação disponível sobre os bancos pequenos, pois quando a participação destes é elevada ao quadrado, a sua contribuição para o resultado final pode carecer de importância;

c) O índice não revela a participação individual dos bancos no mercado (esta propriedade ajuda a conservar a confiabilidade dos dados requeridos, quando estes não tenham sido dados a conhecer ao público);

d) Quando o mercado é composto por bancos do mesmo tamanho, o Índice H será igual ao inverso do número de bancos, isto é, $H = \frac{1}{n}$, porque:

$$H = \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right)^2 = \left[\frac{1}{n} + \frac{1}{n} + \dots + \frac{1}{n} \right]^2$$

$$H = \left[\frac{1^2}{n^2} + \frac{1^2}{n^2} + \dots + \frac{1^2}{n^2} \right] = \frac{n}{n^2} = \frac{1}{n}$$

$$H = \frac{1}{n}$$

Portanto, quando o mercado é composto por bancos do mesmo tamanho, o inverso do índice indica o número de bancos (de igual tamanho) que proporcionariam o valor resultante do índice.

Outra medida do grau de concentração bancária é o Índice de Theil. Para o entendimento do enfoque de Theil torna-se imprescindível a prévia

compreensão de alguns conceitos, dentre os quais se destacam o conteúdo informativo, a entropia e a redundância.

Em 1967, Theil introduziu uma medida de concentração denominada redundância.

Seja x a probabilidade de ocorrer o evento E , isto é, $P(E) = x$. Matematicamente, o conteúdo informativo da mensagem que afirma que determinado evento ocorreu é dado por:

$$h(x) = \log \frac{1}{x} = -\log x \quad (1)$$

A escolha da função logarítmica se fundamenta na propriedade de aditividade do conteúdo informativo no caso de eventos independentes. Assim, se E_1 e E_2 são dois eventos independentes com probabilidades x_1 e x_2 , respectivamente, a probabilidade de que ambos os eventos ocorram é $x_1 \cdot x_2$. O conteúdo informativo da mensagem de que ambos os eventos ocorreram será dado por

$$h(x_1 \cdot x_2) = \log \frac{1}{x_1 \cdot x_2} = \log \frac{1}{x_1} + \log \frac{1}{x_2} = h(x_1) + h(x_2)$$

Na teoria da informação normalmente se usa logaritmos de base 2 ou logaritmos naturais. Quando se usa logaritmo de base 2 diz-se que o conteúdo informativo é medido em "bits" e quando se utiliza logaritmo natural diz-se que o conteúdo informativo é medido em "nits". Temos então as equivalências:

$$1 \text{ bit} = 0,693 \text{ nit}$$

e

$$1 \text{ nit} = 1,443 \text{ bit}$$

Generalizando o conceito de informação, será visto a seguir como se mede o conteúdo informativo de uma medida sujeita a erro ou mensagem incerta.

Vai-se admitir, por exemplo, que a probabilidade de chover em certo dia e em determinado local, estabelecida com base em séries históricas, seja $x_1 = 0,5$. Neste exemplo, o conteúdo da informação "chove" será:

$$h(x_1) = \log \frac{1}{0,5} = 1 \text{ bit}$$

que é o logaritmo de 2 (= 1 : 0,5) na base 2.

Suponha-se agora que uma previsão de tempo estabeleceu que iria chover. Suponha-se ainda que, tendo em vista os resultados anteriores de tais previsões, a probabilidade de que realmente chova passa a ser $y_1 = 0,68$. Agora, o conteúdo da informação "chove" é:

$$h(y_1) = \log \frac{1}{0,68} = 0,5564 \text{ bits}$$

que é o logaritmo de 1,4706 (= 1 : 0,68) na base 2.

O conteúdo informativo da previsão será dado por:

$$h(x_1) - h(y_1) = \log \frac{1}{x_1} - \log \frac{1}{y_1} = \log \frac{y_1}{x_1} = \log \frac{0,68}{0,5} = 0,4436$$

que é o logaritmo de 1,36 (= 0,68 : 0,5) na base 2. De outra forma far-se-ia $1 - 0,5564 = 0,4436$.

De modo geral, o conteúdo informativo de uma mensagem sujeita a erro ou mensagem incerta, como é o caso de uma previsão, é dada por:

$$\log \frac{y}{x} \quad (2)$$

onde x é a probabilidade "ex-ante" ou probabilidade de que o evento ocorra antes de recebida a mensagem, e y é a probabilidade "ex-post" ou probabilidade de que o evento ocorra uma vez recebida a mensagem.

A seguir será examinando o conceito de entropia de uma distribuição. Seja o universo de n possíveis eventos E_i ($i = 1, \dots, n$) mutuamente exclusivos, aos quais associam-se as probabilidades x_i . Sabe-se que $\sum_{i=1}^n x_i = 1$. A informação esperada de uma mensagem certa, ou seja, a esperança matemática do conteúdo informativo da mensagem "ocorreu E_i ", também denominada entropia da distribuição é:

$$H(x) = E[h(x_i)] = \sum_{i=1}^n x_i \cdot h(x_i)$$

$$H(x) = \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log \frac{1}{x_i} = - \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log x_i \quad (3)$$

Para o caso particular de $x_i = 0$, adota-se a definição

$$x \log x = 0$$

$$\text{se } x = 0 \tag{4}$$

uma vez que $\lim_{x \rightarrow 0} x \cdot \log x = 0$

Para $0 < x_i \leq 1$, temos $\frac{1}{x_i} \geq 1$ e $\log \frac{1}{x_i} \geq 0$

Assim, conclui-se que:

$$H(x) = \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log \frac{1}{x_i} = - \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log x_i \geq 0$$

O valor mínimo de $H(x)$ ocorre quando uma das probabilidades x_i é 1 e as demais, conseqüentemente, são nulas.

Neste caso, $H(x) = 0$.

Para determinar o valor máximo de $H(x)$, sujeito a $\sum_{i=1}^n x_i = 1$, utiliza-

se o método do multiplicador de Lagrange, formando a função:

$$L = - \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log x_i - \lambda(x_i - 1) \tag{5}$$

$$= \frac{\partial L}{\partial x_i} = -\log x_i - x_i \cdot \frac{1}{x_i} - \lambda$$

$$= \frac{\partial \mathcal{L}}{\partial x_i} = -\log x_i - 1 - \lambda$$

Igualando as primeiras derivadas a zero:

$$-\log x_i - 1 - \lambda = 0$$

obtém-se,

$$\log x_i = -(1 + \lambda), \text{ para } i = 1, \dots, n$$

Pode-se concluir que o máximo de $H(x)$ ocorre quando todas as probabilidades são iguais entre si e, portanto, iguais a $\frac{1}{n}$. Nesse caso,

$$H(x) = \sum_{i=1}^n x_i \cdot \log \frac{1}{x_i} = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \cdot \log n$$

$$\text{Como } \sum \frac{1}{n} = 1, H(x) = \log n$$

Em resumo, tem-se que:

a) o valor mínimo de $H(x)$ ocorre quando uma das probabilidades x_i é 1 e, conseqüentemente, as demais são nulas. Neste caso, $H(x) = 0$;

b) o valor máximo de $H(x)$ ocorre quando todas as probabilidades são iguais entre si, e portanto iguais a $\frac{1}{n}$. Neste caso, $H(x) = \log n$.

Portanto,

$$0 \leq H(x) \leq \log n \quad (6)$$

Assim, a entropia de uma distribuição é máxima, ou seja, há um máximo de incerteza a respeito do que pode ocorrer, quando todos os possíveis eventos são igualmente prováveis, isto é, quando há um máximo de "desordem" no sistema.

Vai-se apresentar agora o conceito de informação esperada de uma mensagem incerta. Tendo em vista o universo de n possíveis eventos E_i , mutuamente exclusivos, com probabilidades x_i ($i = 1, \dots, n$), consideremos uma mensagem incerta (isto é, uma previsão, ou mensagem duvidosa) que transforma as probabilidades "a priori" x_i em probabilidades "a posteriori" y_i (y_i é a probabilidade de ocorrência do evento E_i depois de recebida a mensagem). Lembrando (2), verifica-se que a esperança matemática do conteúdo informativo da mensagem é:

$$I(y : x) = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log \frac{y_i}{x_i} \quad (7)$$

A definição (1) (conteúdo informativo de uma mensagem certa) é apenas um caso particular de (7), em que uma probabilidade "a posteriori" é igual a 1 e todas as outras são iguais a zero,

isto é, $y_i = 1$ e $y_j = 0$, para todo $j \neq i$. Aplicando essas peculiaridades a (7), obtém-se (1), isto é:

$$y_i = 1, y_j = 0, \forall i \neq j \Rightarrow \sum_{i=1}^n x_i = 1 = y_i$$

substituindo em (7)

$$I(y : x) = 1 \cdot \log \frac{1}{x_i} = \log \frac{1}{x_i} = h(x_i)$$

Proceder-se-á agora à introdução do conceito de redundância.

Seja uma população com n indivíduos, em que cada um recebe uma fração não negativa ($y_i \neq 0$, com $i = 1, \dots, n$) da renda total.

$$\text{Evidentemente, } \sum_{i=1}^n y_i = 1$$

Os valores de y_i têm as mesmas propriedades que as probabilidades associadas a um universo de eventos. Lembrando (3), pode-se definir a entropia da distribuição de renda como sendo:

$$H(y) = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log \frac{1}{y_i}$$

No caso de perfeita igualdade na distribuição da renda ($y_i = \frac{1}{n}$ para $i = 1, \dots, n$), tem-se que $H(y) = \log n$ e no caso de perfeita desigualdade ($y_i = 1$ e $y_j = 0$ para todo $i \neq j$) tem-se $H(y) = 0$. A entropia é, portanto, uma medida do grau de igualdade da distribuição.

De acordo com (6), tem-se que:

$$0 \leq H(y) \leq \log n$$

Theil (1967) mostrou que é mais interessante utilizar uma medida de desigualdade, obtida subtraindo-se a entropia de seu próprio valor máximo. Essa medida, denominada redundância da distribuição, é dada por:

$$R = \log n - H(y)$$

Resolvendo:

$$R = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \cdot \log n - \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log \frac{1}{y_i}$$

$$R = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log n - \sum_{i=1}^n y_i \cdot (\log 1 - \log y_i)$$

$$R = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log n + \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log y_i$$

$$R = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log n \cdot y_i \tag{8}$$

Note-se que

$$0 \leq R \leq \log n \tag{9}$$

sendo $R = 0$ no caso de uma distribuição com perfeita desigualdade e

$R = \log n$ no caso de perfeita igualdade.

Geralmente, a redundância é medida em nits ou bits, conforme os logaritmos sejam naturais ou de base dois, respectivamente.

De (8), tem-se que:

$$R = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log n \cdot y_i, \text{ ou}$$

$$R = \sum_{i=1}^n y_i \cdot \log \frac{y_i}{\frac{1}{n}} \quad (10)$$

Comparando (10) com (7), verifica-se que a redundância corresponde à esperança do valor informativo de uma mensagem incerta, onde as probabilidades "a posteriori" são as frações da renda total apropriadas pelos indivíduos e as probabilidades "a priori" são iguais a $\frac{1}{n}$, isto é, iguais à fração da renda total que caberia a cada indivíduo no caso de perfeita igualdade da distribuição.

Para o cálculo do Índice de Theil, considera-se que uma fração T de uma população com n indivíduos tem renda nula e que a renda total está equitativamente distribuída entre os demais indivíduos. Então nT indivíduos nada recebem e (1 - T)n recebem, cada um, a fração $\frac{1}{(1-T)n}$ da renda total. De acordo com (8), e lembrando (4), verifica-se que a redundância dessa distribuição é

$$R = \log \frac{1}{(1-T)}$$

ou seja, a redundância é uma função crescente da fração T da população que não recebe renda. Se estamos utilizando logaritmos naturais:

$$R = \log_e \frac{1}{(1-T)}$$

$$e^R = \frac{1}{(1-T)}$$

$$1 - T = \frac{1}{e^R}$$

$$T = 1 - e^{-R} \tag{11}$$

Dada uma distribuição de renda qualquer e conhecido o valor da sua redundância, pode-se, através de (11), determinar a fração T da população que ficaria sem renda se a renda total fosse equitativamente distribuída entre os indivíduos restantes, mantendo-se constante o valor da redundância. Essa fração T , que é uma medida do grau de concentração da distribuição, é denominada Índice de Theil.

9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALHADEFF, D.A. Monopoly and competition in banking. Berkeley: University of California, 1954.
- BAER, Herbert , MOLE, Larry R. The effects of nationwide banking on concentration - evidence from abroad. Chicago: Federal Reserve Bank, 1978.
- BOLETIM RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL diversos números a partir de 1972.
- BELL, F.W., MURPHY, N.B. Economies of scale and division of labour in comercial banking. EUA: Southern Economic Journal, 1968.
- BENSTON, G., HANWECK, G, HUMPHREY, D. Scale economies in banking: a restructuring reassessment. EUA: Journal of Money Credit and Banking, 1974.
- BENSTON, G. , KAUFMAN, G.C. Risks and failures in banking : overview: history and evaluation. EUA: Staff Memorand 86/1, Federal Reserve Bank of Chicago, 1987.
- BERGER, Allen N. Barriers to entry in financial markets. in The New Palgrave Dictionary of Money and Finance. New York: Newman, Millgate & Eatwell, 1993.
- BONTEMPO, Hélio César Transferências externas e financiamento do governo federal e autoridades monetárias. (Mimeo)
- BOUZAN, A. Os bancos comerciais no Brasil. São Paulo: FEA/USP, (Tese de Doutorado) 1972.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. EPEA. O programa de ação econômica do governo, 1964-1966. Rio de Janeiro: Documentos EPEA n.1, 1965.
- CALABI, Andrea, REISS, G , LEVI, P. Geração de poupança e estrutura de capital das empresas no brasil. São Paulo: FIPE/USP, 1981.
- CAMERON, R. , PATRICK, N. Banking in the early stages of industrialization. London: Oxford University, 1967.
- CHINEAU, André Os mecanismos financeiros do crescimento econômico. Seminário Internacional de Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: IBMEC, 1971.
- CARVALHEIRO, Nélson Bancos comerciais no Brasil - 1964/1976 - crescimento e concentração. São Paulo: FEA/USP, (Dissertação de Mestrado) 1984.

- CARVALHEIRO, Nélson , TAVARES, Martus A.R. O setor bancário brasileiro: alguns aspectos do crescimento e da concentração. Série Ensaios Econômicos. São Paulo: v.51, 1985.
- DAVIDOFF, Paulo Dívida externa e política econômica - a experiência brasileira nos anos setenta. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1984.
- DEANNE, Phyllis A evolução das idéias econômicas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- DREYFUSS, René A. 1964: a conquista do estado. Rio de Janeiro: Editora. Petrópolis Vozes, 1984.
- FAIG-AUMALLE, Miquel Implications of banking market for monetary policy: a survey. New York: IMF, 1987.
- FILARDO, Maria Lúcia Rangel. Fontes de financiamento das empresas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- FORTUNA, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Associação Brasileira de Bancos Estaduais. São Paulo: ASBACE, 1993.
- FRASER, Donald R. & ROSE, Peter S. More on banking structure and performance. EUA: Journal of Financial and Quantitative Analysis, 1971.
- FRAY, Luigi Desenvolvimento econômico e estrutura do mercado financeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971.
- GOODFRIEND, Marvin , KING, Robert G. Financial deregulation, monetary policy and central banking. (Mimeo).
- GOLDSMITH, Raymond W. La estructura financiera y el crecimiento econômico. México: CEMLA, 1963.
- - - - . A century of financial development in latin america. Venezuela: Banco Central da Venezuela, 1972.
- - - - . Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.
- GOLDSMITH, Richard Financial structure and development. EUA: Yale University, 1969.
- GRAMLEY, L.E. A study of scale economies in banking. EUA: Federal Reserve Bank of Kansas City, 1962.
- GURLEY, John G. Desafios no capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

- GURLEY, John G. , Edward S. Shaw; Principal aspects of economic development. in American Review, EUA: v. 45, set., 1955.
- - - - Financial intermediaries in the saving-investment process. EUA: Journal of Finance, v. 11, maio, 1956.
- - - - Money in a theory of finance. EUA: The Brokings Institution, 1976.
- HILFERDING, Rudolf El capital financiero. Espanha: Editora Tecnos, 1973.
- HOFFMAN, Rodolfo Estatística para economistas. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências, 1980.
- JACKSON, William Comercial banking performance and structure - a factor analysis approach. EUA: Federal Reserve Bank of Richmond, 1972.
- KEELEY, Michael C. The regulation of bank entry. (Mimeo).
- KEYNES, John M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LEWIS, M.K. & DAVIS, K.T. Domestic and international banking. EUA: Philip Allan, 1987.
- MARQUES, Newton F. da S. A concentração do capital bancário no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 1986.
- MARQUES, Newton F. da S. Concentração bancária e inovação tecnológica: inovação da automação bancária no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 1987.
- MARX, Karl O capital. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.
- MONTORO FILHO, André Franco The recent development of the brazilian financial system. EUA: Yale University, (Tese de Doutorado) 1976.
- MOREIRA, R.M. A concentração bancária e a conglomeração financeira. Revista Brasileira do Mercado de Capitais, 1984.
- OSBORNE, Dale K. Banking structure and competition. in The New Palgrave Dictionary of Money and Finance. New York: Newman, Millgate & Eatwell, 1993.
- OSBORNE, Dale K. , WENDEL, Jeanne A note on concentration and checking account prices. EUA: Journal of Finance, v. 36, n.1, 1981.
- PAIVA, Ronaldo F. , Outros A concentração dos depósitos no sistema bancário brasileiro - 1964/1984. (Mimeo).

- PAIVA, Ronaldo F. The brazilian economy and its crisis: an historical overview. (Mimeo).
- PATRICK, Hught T. Desarrollo financiero y crecimiento econômico en los países subdesarrollados. México: CEMLA, 1973.
- PERDIGÃO, L.A. Conglomerados financeiros: análise de seu desempenho no Brasil no período 1978/1981. Rio de Janeiro: EPGE/FGV (Tese de Doutorado).
- POSSAS, Mário L. Estruturas de mercado em oligopólio Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1989.
- REZENDE, Marcelo Determinantes da estrutura de mercado no setor bancário brasileiro 1970/1986. São Paulo: Revista Brasileira de Economia, 1988.
- REZENDE, Marcelo Estrutura de mercado no setor bancário e política monetária: um estudo exploratório. São Paulo: Estudos Econômicos, Maio/Agosto, 1991.
- ROADHES, Stephen A. Does market structure matter in comercial banking ? EUA: Antitruste Bulletin, v.26, 1981.
- ROBINSON, Joan Ensayos sobre la teoria del crecimiento econômico. México: Fondo de Cultura Econômica, 1973.
- SÁNCHEZ, Enrique G. Economias de escala na indústria bancária mexicana. (Mimeo).
- SÁNCHEZ, Mário R. Análise da concentração bancária: o caso dos bancos comerciais da Costa Rica. (Mimeo).
- SAYAD, João The regulation of brazilian comercial banks. (PHD Thesis).
- SIMONSEN, Mário H., CAMPOS, Roberto A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.
- TAVARES, Maria da Conceição Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.